

WALDIR BEVIDAS

**SEMIÓTICAS SINCRÉTICAS (O CINEMA).
POSIÇÕES**

EDIÇÃO *ON LINE*

ISBN : 85-905252-1-X

DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

AGÊNCIA BRASILEIRA DO ISBN

JULHO 2006

ÍNDICE

Liminar	2
Prefácio	3
Introdução Geral	10

PARTE I – POSIÇÕES METODOLÓGICAS

Cap. 1 Da crítica cinematográfica à Semiótica do cinema	18
Cap. 2 Semiologia e Semiótica: o icônico e o figurativo	25
Cap. 3 Psicanálise e Semiótica. Semiotização do inconsciente	31

PARTE II – SEMIÓTICAS SINCRÉTICAS

Cap. 4 Níveis de estruturação : o percurso gerativo e a manifestação	47
Cap. 5 Forma científica, forma semiótica, forma códica	56
Cap. 6 O sentido da expressão	77
Cap. 7 Função Intersemiótica (de Sincretização)	90
Cap. 8 A função de conceptualização	104
Cap. 9 Considerações Finais	122

BIBLIOGRAFIA	128
---------------------------	------------

LIMINAR

O estudo que o leitor tem à vista refere-se à Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de Mestre em Letras, na Área de Lingüística. Defendida em 1983, obteve a indicação do saudoso Prof. Ignácio de Assis Silva para ser publicada, tamanha a euforia com que ele, para minha grande satisfação, a leu e acolheu. Chegou mesmo a comentar sobre o trabalho com Greimas, o fundador e principal teórico da semiótica que se desenvolveu desde a preparação metodológica de Hjelmslev, por sobre as formulações originais e geniais de F. Saussure. Sugeri encaminhar-lhe um exemplar, ao que prontamente atendi.

Lamento ter-me inibido à época e não ter-me empenhado mais na sua publicação integral. Apenas divulguei um pequeno extrato de capítulo, publicado no número 6 de *Significação – Revista Brasileira de Semiótica*. São Paulo: Centro de Estudos Semióticos, 1987, p. 13-21. Mas havia uma razão nisso. É que o modo como tinha teorizado o conceito de “sincretismo”, tomando o cinema como ilustração, não encontrou eco, no movimento das pesquisas semióticas brasileiras, e ficou apagado perante as investigações que se faziam atuais, à época, na França, por Jean-Marie Floch, Christian Metz e outros. Apenas nos cinco últimos anos começaram a ganhar maior fôlego, aqui no Brasil, estudos mais diretos sobre semióticas sincréticas. E, como as discussões retomam problemáticas próximas ao pensado e trabalhado na dissertação, tomei o encargo de publicá-la em hipertexto, para servir, com a amplitude que o modo permite, de consulta e discussão, no campo lingüístico e semiótico, aos estudantes de graduação e de pós-graduação, cujo eventual interesse incida sobre o mesmo tema. O texto recebeu de minha parte uma revisão sintática, repontuando os longos períodos do original, para aliviar a leitura. O Prof. Dr. José Luiz Fiorin, colega de cursos de pós-graduação nos idos anos 70, que gentilmente fez a leitura estimulante de revisão, à época, também gentilmente aceitou, no presente, prefaciá-lo. Sou-lhe grato de coração.

PREFÁCIO

por José Luiz FIORIN

O homem, num lento processo de evolução, aprendeu a produzir significações e a comunicar sentidos. Ninguém sabe bem quando isso ocorreu. Talvez há algumas dezenas de milhares de anos. Deve ter havido um período em que os seres humanos não tinham qualquer sistema de comunicação que se assemelhasse ao que conhecemos hoje como língua. Em determinado momento da evolução, a língua constituiu-se. A linguagem era então manifestada oralmente. Mais tarde, os homens começam a expressar os sentidos de outras maneiras: incisões regularmente espaçadas em pedras e ossos, figuras gravadas ou pintadas. Começam a aparecer os sistemas de escritas: pictogramas, ideogramas, fonogramas. O conhecimento da estrutura da língua falada determina cada invenção decisiva no desenvolvimento da escrita

A palavra *escrita* vem do particípio passado do verbo latino *scribere*, formado da raiz indo-européia *-ker, -sker*, que significa “cortar”, “separar”, “fazer incisão em” e, portanto, “gravar”. Para ficar apenas no latim, dessa raiz originaram-se *curtus, curtare, carpere* (= colher), *cena* (= jantar), *cenaculum* (= sala de jantar), *cernere* (= decidir), *certus* (= decidido, certo), *certitudo* (= certeza), *certare* (= lutar, rivalizar), *decretum* (= decreto), *discernere* (= discernir), *discretus, secretus, scrupulus* (= pedrinha, escrúpulo). É curiosa a irradiação semântica dessa raiz. No entanto, o que nos interessa é que *escrita* tira seu nome do processo utilizado para manifestar os sentidos. Por isso, o sentido do termo pode ser ampliado e aplicado a todos os procedimentos pelos quais se externam sentidos num suporte que garanta certa permanência.

Pouco a pouco, vão surgindo outras maneiras de expressar os sentidos, vão sendo elaboradas outras linguagens. Ao lado das linguagens “simples”, que se manifestam por um único meio de expressão, como a música ou a escrita alfabética, engendram-se linguagens “complexas”, que se externam por diversos meios de expressão. Desde muito cedo, a humanidade organiza ritos e espetáculos e cria o teatro. Mais tarde, aparece a ópera. A modernidade parece ter-se caracterizado pela geração de linguagens cada vez mais complexas nas novas *midia*: o cinema, o jornal, as revistas, a televisão, a internet. As escritas contemporâneas propõem, para o estudioso dos discursos e dos textos, novos desafios, pois novas discursivizações e textualizações estão vindo à luz. Só agora algumas teorias do discurso, como a chamada Análise Crítica do Discurso, perceberam essa realidade discursiva e textual da contemporaneidade e começam a estudar essas linguagens complexas com o conceito de multimodalidade.

Entretanto, a Semiótica narrativa e discursiva interessou-se pelas linguagens complexas desde muito cedo, pois, na esteira das proposições saussurianas, ela sempre se concebeu como uma teoria geral da significação e, por isso, estabeleceu, em sua origem, o postulado da unicidade do sentido, reconhecendo que ele poderia manifestar-se por diferentes semióticas ou por diversas semióticas ao mesmo tempo. Já em 1979, em *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, obra em que Greimas e Courtés buscam compendiar as aquisições da Semiótica até então, no verbete *sincretismo*, definem-se essas linguagens complexas: “serão consideradas sincréticas as semióticas que empregam várias linguagens de manifestação”. O conceito de *sincretismo*, tomado de Hjelmslev, tinha várias conseqüências teóricas. A definição de Greimas e Courtés era imprecisa, não extraía do conceito hjelmsleviano todos os efeitos e era necessário refiná-la.

Foi o que tentou fazer Jean-Marie Floch no segundo tomo do *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, publicado em 1986.

Floch começa por examinar a definição dada por Greimas: "as semióticas sincréticas (no sentido de semióticas-objeto, isto é, grandezas manifestadas que se dão a conhecer) caracterizam-se pelo emprego de várias linguagens de manifestação". Segundo ele, essa abordagem coloca, inicialmente, o problema da tipologia das linguagens que a pluralidade de manifestação implica. Não existe qualquer consenso para estabelecer essa classificação: alguns levam em conta a natureza do signo determinada a partir de sua relação com o referente e, assim, categorizam as linguagens em icônicas, indiciais e simbólicas; outros consideram os canais sensoriais de sua transmissão e, assim, dividem as linguagens em visuais, táteis, olfativas, auditivas e gustativas; outros ainda se fundamentam na substância dos significantes e, portanto, distribuem as linguagens em sonoras verbais, sonoras não verbais, gestuais, etc. Outros, como Hjelmslev, levam em conta o grau de cientificidade e sobretudo o número de planos dessas semióticas. Uma semiótica precisa operar com dois planos: um da expressão e um do conteúdo.

O semioticista francês, com base nas postulações hjelmslevianas, diz que "as semióticas sincréticas constituem seu plano de expressão - e mais precisamente a substância de seu plano de expressão - com elementos que dependem de várias semióticas heterogêneas". As semióticas sincréticas constituem um todo de significação e, portanto, há um único conteúdo manifestado por diferentes substâncias da expressão. A primeira condição para a existência de uma semiótica sincrética é, pois, a superposição dos conteúdos, mas não a da expressão.

Floch avança ainda mais na precisão do conceito: o plano de expressão das semióticas sincréticas caracteriza-se "por uma pluralidade de substâncias para uma forma única".

A sincretização, segundo ele, é um mecanismo de enunciação. Assim, não há para um dado enunciado sincrético, uma enunciação visual, uma enunciação verbal, uma enunciação gestual, etc. Se houvesse um ato enunciativo para cada linguagem, o resultado seria colocar uma ao lado da outra, sem que houvesse uma superposição da forma da expressão e, por conseguinte, sem que dela resultasse um sincretismo. Ao contrário, temos uma única enunciação sincrética, realizada por um mesmo enunciador, que recorre a uma pluralidade de linguagens de manifestação para constituir um texto sincrético. Esse ato enunciativo constitui uma estratégia global de comunicação, que se vale de diferentes substâncias para manifestar, na textualização, um conteúdo e uma forma da expressão. No momento em que Floch considera o processo de sincretização como uma estratégia enunciativa, ele altera profundamente o conceito de sincretismo proposto por Greimas e Courtés. Não se trata mais de linguagens sincréticas, mas de textos sincréticos. Pensa o sincretismo em termos de processo e não de sistema. A definição de Floch não é menos imprecisa do que a de Greimas.

Em Semiótica, portanto, duas direções de pesquisa para a definição da sincretização poderiam ser tomadas: a que considera a existência de linguagens sincréticas e a que postula que os textos é que são sincréticos.

Enquanto tudo isso se passava na França, Waldir Bevidas, alguns anos antes de Floch ter desenvolvido suas concepções, mais precisamente em 1983, em sua dissertação de mestrado, faz um notável e rigoroso esforço teórico para precisar o conceito de linguagem sincrética. É esse trabalho, que ficou nas bibliotecas durante vinte e três anos, que ora vem à luz.

Alguns poderiam perguntar: por que agora? Lendo-o, constata-se que ele conserva uma extraordinária atualidade. Lembremo-nos do quanto tem sido discutido o conceito de sincretismo em nossos encontros e congressos, para dizer que estamos ainda longe de chegar a uma definição clara dos procedimentos de sincretização.

O problema que deve enfrentar todo aquele que toma como objeto de análise um texto sincrético é “descrever como se dá a conciliação e compatibilização das várias linguagens heterogêneas de manifestação, para a obtenção de uma significação global e homogênea” (p. 123).

Waldir Bevidas não faz uma semiótica do cinema propriamente dita. Na verdade, ele constrói uma preliminar teórica importante para os estudos do objeto fílmico: propõe um modelo hipotético do modo de presença, de interação e de funcionamento dos vários códigos no interior das linguagens complexas. Waldir Bevidas filia-se àquela corrente, que poderíamos considerar mais fiel à proposta greimasiana, que julga existirem linguagens sincréticas e não somente textos sincréticos.

Ele começa seu trabalho discutindo a contribuição da crítica cinematográfica, da Semiologia e da Psicanálise aos estudos do cinema. Mostra que os que perfilham a primeira corrente, tomando dos cineastas sua terminologia técnica, dão estatuto de código a um fazer tecnológico, não atentando para a dimensão semiótica que esses aparatos tecnológicos propiciam. Por isso, afirmam que não se pode operar com uma teoria geral da significação nos estudos do cinema, pois sua linguagem tem uma singularidade que a distingue de todas as outras. Por conseqüência, descrevem angulações, *travellings*, enquadramentos, *closes*, *contra-plongés*, modos enunciativos singulares e não conseguem apreender o que é que faz dessa linguagem um todo harmonicamente estruturado. Sabemos que a afirmação de que é preciso elaborar uma teoria para cada *medium* faz parte do pensamento dominante na área de Comunicações. Entretanto, já na Idade Média, Jean de Salisbury ensinava no *Metalogicus: Nominantur singularia, sed universalia significantur*.

A Semiologia, definindo-se como a ciência dos signos, proclama a natureza iconológica do cinema e, por isso, postula, implícita ou explicitamente, a existência de um referente externo, o que determina uma postura interpretativa diante do objeto e uma incapacidade de apreender o processo de produção da significação no cinema.

A corrente psicanalítica de estudos do cinema busca aproximar a linguagem onírica, a linguagem do inconsciente, o imaginário humano e a linguagem cinematográfica. No entanto, isso se faz, mais ou menos, à maneira de uma associação livre, sem que se analisem finamente as articulações modais, que criam os efeitos de sentido patêmico.

Seguindo os postulados hjelmslevianos de análise, Waldir Beividas formula, dedutivamente, um modelo hipotético que explique o arranjo que as várias formas da expressão dos códigos que atuam no texto cinematográfico “tomam no instante da função semiótica, cujo resultado se dá como uma significação global e homogênea” (p. 54).

Estudar as linguagens sincréticas é debruçar-se sobre a manifestação. No entanto, a manifestação é formada por uma nebulosa de sons, cores, luzes, figuras, etc. Para que ela seja significativa, é preciso que esteja enformada. Portanto, conclui Waldir Beividas que “a instância da manifestação é ela própria um dado prévio à manifestação” e que, por conseguinte, qualquer trabalho com a manifestação só pode ser dar na imanência (p. 53). O que se quer examinar é, portanto, a estrutura da manifestação, situada em imanência e não na manifestação propriamente dita. Assim, a estrutura da manifestação das linguagens complexas estaria fundada no sincretismo dos códigos diversos de que se vale. Esse sincretismo não foi definido, de maneira vaga, com palavras como *simbiose* ou *amálgama*. Ao contrário, o autor deste trabalho foi buscar em Hjelmslev não o conceito de *sincretismo*, como se poderia esperar, mas o de *função* e definiu o sincretismo como uma função.

Esse procedimento de estruturação da manifestação de determinadas linguagens seria uma *função intersemiótica*, uma constelação, nos termos do lingüista dinamarquês, cujos funtivos seriam *funções semióticas*. Se a função semiótica faz entender a manifestação nas linguagens “simples”, não permite explicar o modo paradigmático de funcionamento, numa linguagem, de diferentes funções semióticas. Para isso, é preciso lançar mão de uma metafunção, que foi descrita rigorosamente por Waldir Bevidas. Por outro lado, Hjelmslev mostra que não se pode tornar inteligível simplesmente o modo paradigmático de presença, mas é preciso também esclarecer o modo sintagmático de funcionamento. Para isso, Waldir Bevidas postula uma *função de conceptualização*, cujos funtivos são as funções intersemióticas dos vários enunciados de um texto sincrético, o que permite tornar claro o processo de compreensão do texto.

Para chegar a essas conclusões, ele teve de enfrentar dois problemas teóricos espinhosos, intrinsecamente relacionados entre si. O primeiro é explicar como as mesmas formas semióticas podem manifestar-se em diferentes linguagens; o outro é esclarecer o fato de que o plano da expressão não é mero veículo do conteúdo, mas entra no jogo das significações, produzindo “desvios” e “acréscimos”. Assim, os diferentes códigos que manifestam as significações não são meros “veículos ou canais de uma significação já construída e acabada nas instâncias anteriores”, mas são “co-produtores da significação” (p. 54).

Com imaginação teórica – aqui esse sintagma tem um valor bastante eufórico –, Waldir Bevidas postula a natureza triforme de toda e qualquer linguagem, o que permite estabelecer três níveis de pertinência: a forma científica, a forma semiótica e a forma códica. Essas três formas aplicam-se tanto ao plano da expressão quanto ao do conteúdo. Distinguem-se, assim, “o objeto semiótico propriamente dito, objeto discursivo, transfrástico, formalizável através do modelo do percurso gerativo, e um objeto códico, definido como a representação final que o objeto semiótico toma, ao se enquadrar numa gramática de manifestação, ou gramática códica” (p. 123), como, por exemplo, a de uma língua natural. No entanto, não seria adequado pressupor que a forma semiótica da expressão se postulasse por meio de um percurso gerativo similar ao do conteúdo, pois os termos *sentido* e *significação* são aplicáveis ao plano da expressão apenas metaforicamente, com recurso a aspas. Por isso, o autor deste trabalho propõe substituí-los por *semantismo da expressão* e *consignação*. O plano da expressão presentifica um semantismo da expressão, de natureza particular, e, por meio dele, dá sua “cota de contribuição ao sentido” (p. 83). Esse semantismo, juntamente com seu componente sintático, seria responsável pelas formas semióticas da expressão. Sua função seria a de “provocar” os efeitos de sentido, “excitá-los” (p. 83-4). O percurso de articulações do semantismo da expressão não seria um percurso gerativo de sentido, mas um percurso de consignação (p. 84). Só o conteúdo poderia gerar sentidos. A expressão poderia

consigná-los (em sua acepção etimológica, marcar com um sinal, selar) (p. 84). A escolha do termo é particularmente feliz, porque mantém os percursos da expressão e do conteúdo dentro do mesmo campo semântico.

Ao longo de seu texto, Waldir Bevidas brinda-nos com inúmeras sugestões de trabalho e com formulações brilhantes. Penso, por exemplo, na resposta aos que afirmam que a metalinguagem da Semiótica é excessivamente pesada e desnecessária (p. 59-61) ou na sugestão de organização dos códigos que operam no cinema a partir de sua pertinência semiótica (p. 86-8).

Waldir Bevidas oferece-nos, com vinte três anos de atraso, um belo trabalho, que, antes de Floch, é preciso que se repita, localiza, de maneira exata e precisa, a sincretização dos códigos na instância de manifestação. O sincretismo é construído pelas funções manifestantes (forma códica do conteúdo e da expressão). Para isso, na verdade, o que este trabalho vai desenvolver é como as articulações semióticas (formas semióticas) são convertidas em articulações códicas (forma códica), “de modo a manifestar compatibilizadamente um significado global e homogêneo, mesmo nas semióticas sincréticas” (p. 126). Acima de tudo, como qualquer texto científico produzido, ao mesmo tempo, com rigor e paixão, o que o trabalho de Waldir Bevidas faz não é simplesmente entregar-nos uma proposta teórica instigante e inteligente, mas incitar-nos à aventura teórica que a Semiótica nos propõe.

José Luiz Fiorin

São Paulo, maio de 2006.

Supondo que os principais modelos axiológicos de nosso universo sejam analisados e descritos, supondo também que conheçamos suficientemente bem os paradigmas de variações e as regras de transformação dos modelos ideológicos, poderíamos prever um dia a possibilidade de construção e de introdução de modelos funcionais, capazes de infletir os indivíduos e as coletividades na direção de novas estruturações axiológicas. Uma ciência eficaz do homem poderia, assim, substituir os tateamentos atuais das terapêuticas psicológicas e sociológicas.

(GREIMAS, 1966: 140)

INTRODUÇÃO GERAL

A linguagem e a constituição da Semiótica

A linguagem tem sido preocupação constante em qualquer atividade do pensar. É o meio, senão único, com certeza preponderante pelo qual os sentidos têm acesso à percepção e inteligência das coisas do mundo, isto é, meio pelo qual os sentidos podem projetar algum sentido ao mundo que nos rodeia.

Os graus de interesse por ela tem sido, desde sempre, desiguais, conforme as atividades intelectivas, filosóficas, poéticas, estéticas, filológicas. No entanto, a partir do final do século XIX e inícios do seguinte, formou-se um conjunto de reflexões, cujas descobertas representaram novidade de tal monta, que houve necessidade de ser requisitada uma ordenação mais efetiva de pesquisas e uma denominação particular para elas, o que pôde fazer nascer a *Lingüística* como disciplina autônoma. A proclamação por Saussure de que a linguagem (referindo-se às línguas naturais) não é uma coleção de etiquetas que se aderem ajustadamente às coisas do mundo, mas um sistema de signos cujo arranjo e dependências internas se dão de modo arbitrário e autônomo por relação às coisas, constituiu um salto qualitativo, acreditamos, sem precedentes para as demais disciplinas humanísticas.

É impossível, no espaço temático a que nos propusemos, poder configurar o alcance de tal avanço qualitativo. Se nos contentarmos em ver que, com sua concepção de língua e de signo, Saussure imprimiu na lingüística uma vocação à cientificidade; que, justamente por isso, ela acabou por se tornar uma ciência-piloto perante outras disciplinas afins, então teremos talvez cercado o núcleo do valor desse avanço.

A atitude epistêmica que Saussure transmitiu nos seus Cursos de Lingüística Geral, no raiar do século XX, permitiu ao lingüista dinamarquês L. Hjelmslev, algumas décadas depois, ultrapassar o didatismo, por vezes comprometedor, das aulas saussurianas, e destilar ensinamentos que, lapidados pela sua intuição aguda, deram-lhe condições à criação de uma nova disciplina: a Semiótica.¹ Enunciando já em 1945 os ‘prolegômenos’ dessa nova teoria, Hjelmslev (1968) procurou estender os conhecimentos adquiridos no exame das línguas naturais para todos os tipos de linguagens humanas, ficando desse modo à Semiótica a tarefa de se desenvolver como *Teoria da Linguagem*, visto que a Lingüística se ocupava em estudar as línguas naturais ou linguagens verbais.

¹ Referimo-nos à Semiótica tal como se constituiu na Europa, e não à Semiótica de Peirce, de Lotman ou de outros.

Pouco tempo depois, a Semiótica hjelmsleviana iria tomar impulso decisivo com a publicação do *Sémantique Structurale* de A. J. Greimas (1966). A partir de então começava configurar-se um trabalho concertado de investigação e um *modus operandi* específico de descrição. Iniciava-se assim uma intensa produção teórica que a acompanha até nossos dias.

A maneira como Greimas interpretou o pensamento de Hjelmslev sobre os dois modos de existência de uma linguagem – enquanto sistema e enquanto processo –, sobre a sua concepção de signo – união solidária de duas entidades formais, a forma do conteúdo e a forma da expressão – possibilitou-lhe ver que o discurso não é simples concatenação de frases coordenadas ou subordinadas; que essa maneira de manifestação é apenas coerção de uma gramática de manifestação lingüística; que o objeto semiótico está para além das dimensões frasais; que o discurso se articula em estruturas de significação cada vez mais ‘finas’ quanto mais se recua da superfície de sua manifestação e se galgam níveis de profundidade; que o discurso humano – entendamos: quaisquer práticas significantes, em quaisquer modos de manifestação, sonora (fônica, musical, entoacional), visual (pintura, arquitetura, cinema, teatro), somática (gestos, dança, ritos) – tal discurso não é senão um pequeno espetáculo de relações semântico-lógicas, vertidas antropomorficamente, o que pode encontrar uma explicação e descrição na forma de uma *estrutura actancial*. Verificou-se, enfim, que os signos manifestados não passam de ‘pontos de marcação’, por assim dizer, dessa estrutura actancial, investida de conteúdos semânticos, os quais lhes dão roupagem de figuras, de temas, distribuídos no tempo, sob vários aspectos, numa palavra, estrutura que os *discursiviza*, condição necessária à sua percepção pelo usuário da linguagem.

Com isso, o objeto semiótico deslocou-se do signo, em manifestação, para uma estrutura semiótica de significação, em *imanência*. É fácil ver, portanto, que a Semiótica se apartou de uma Semiologia sgnica – apegada mais diretamente à formulação explícita de Saussure, ao dizê-la “Ciência dos Signos”. Edificou-se enquanto *ciência da significação*, um pouco à margem da formulação dada em Saussure, conquanto bem afinada com a atitude epistêmica que parecia governar o pensamento do lingüista de Genebra.

Expansão da Semiótica

O arranjo e estruturação do pequeno espetáculo actancial (destinador, destinatário, sujeito, objeto, adjuvante e oponente) que parece governar os discursos, figurativos ou não, só foi possível através da recuperação, sob o novo enfoque semiótico, das pesquisas de V. Propp, folclorista russo, sobre os contos maravilhosos de sua terra natal. O caráter reduzido desse corpus não tem impedido desde então a generalidade dos modelos actanciais, graças mesmo à universalidade desses contos.

Apostada a generalidade dos modelos actanciais, as pesquisas semióticas ousaram lançar-se na descrição de outros sistemas de significação que não apenas o lingüístico. Assim, já na década seguinte ao primeiro livro de Greimas, também a pintura, a arquitetura e até mesmo discursos das ciências exatas e experimentais começaram a ser examinados sob o novo enfoque. Se as pesquisas têm sido desde então modestas aí é porque os pesquisadores, em número reduzido, preferem avanço lento, em torno de metodologia homogênea, a passos largos que venham eventualmente comprometê-la. É também porque as análises, mais numerosas, dos textos literários oferecem costumeiramente matéria rica a novas problemáticas, a novos objetos semióticos.

Com efeito, os novos conhecimentos sobre a estrutura actancial mostraram que o discurso não é apenas um sistema de *comunicação* de objetos referenciados ou de valor; que seus programas narrativos estão perpassados de estratégias de *manipulação*, seja pragmática, seja cognitiva; que são fortemente modalizados; que a competência modal do sujeito (do FAZER) só pode ser entendida junto com um conhecimento efetivo do modo de presença da sua existência modal (do SER). Ou seja, essa problemática leva a Semiótica a permanecer mais longamente no exame dos textos literários, já que sua experiência é maior nesse campo, para localizar objetos semânticos mais e mais sutis e lançar-se na tarefa de sua descrição. É assim que se organizou, ao lado de uma *semiótica da ação* (voltada ao FAZER) do sujeito, uma *semiótica da manipulação* (FAZER-FAZER), uma *semiótica da paixão* (do SER do sujeito).²

Semióticas sincréticas

O contato cada vez mais freqüente que fomos tendo com os estudos semióticos, ao longo dos cursos de pós-graduação, e os trabalhos finais requeridos, foi pouco a pouco indicando a viabilidade de uma experiência de abordagem semiótica cujo centro de interesse incidisse sobre a linguagem cinematográfica.

De um ponto de vista amplo, a sabida complexidade de tal linguagem, imbricada de múltiplas micro-linguagens de manifestação, de ordem material diversa (sonora, visual, verbal, gestual, espacial) ao invés de convite à demissão, significava maior estímulo ao desafio; pessoalmente, a carência de suficiente competência pragmática dentro do estrito campo cinematográfico não parecia constituir impedimento severo à medida que o trabalho prosseguia. A um aumento de competência desse tipo, preferimos investir no aprendizado mais empenhado da metodologia da teoria semiótica.

² Presumimos que as páginas anteriores tenham dado um contexto mínimo em que nos seja permitido inserir o tema deste trabalho e suas justificativas.

Mesmo porque o acompanhamento dos estudos sobre o cinema, os quais procuravam sistematizar essa linguagem, permitiu-nos deduzir que não chegavam a respostas satisfatórias. Misturando por vezes Semiologia com Semiótica peirceana (Ch. Metz) ou com Teoria da Informação (U. Eco), essas tentativas pioneiras – carregadas de bravura na sua meticulosidade – não conseguiam, no nosso entender, ir além de um caráter sugestivo, sem maiores chances de prolongamentos, justamente por falta de metodologia homogênea que pudesse organizar, num projeto de conjunto, as intuições por vezes sagazes aí contidas.

Do ponto de vista semiótico, a experiência pareceu-nos legítima e até necessária. Se a Semiótica aprendeu a ver os sistemas de significação (verbais ou não) como modos distintos de manifestação de uma estrutura semiótica que lhes é comum, situada em imanência, pareceu-nos exigência natural de seu desenvolvimento a extensão do seu método de análise e de suas hipóteses a uma linguagem como o cinema. Não só porque se abriria a chance de ver essas hipóteses testadas, e ver consolidado o poder explicativo de seu método, como também porque as particularidades específicas de tal linguagem, no seu modo de ‘tratar’ as estruturas semióticas, poderiam postar-se como novos campos de indagação para melhor conhecimento das próprias estruturas imanentes.

Essas particularidades específicas só poderiam ser evidenciadas quando, abstraindo-nos operacionalmente das articulações dos níveis profundos, fôssemos centrando a atenção nas articulações mais próximas à manifestação, fôssemos observando a entrada do plano da expressão no jogo da significação. E aqui, as coerções do plano da expressão de uma linguagem fortemente heterogênea, como a do cinema, só poderiam mesmo parecer como que refratárias a qualquer análise. Tais dificuldades puderam pelo menos servir de alerta para evitar miragens ingênuas, como a de querer ver o objeto já inteiramente descrito ao cabo da última página.

Submetendo-nos, pois, à evidência da enorme distância que há entre um objetivo final (a descrição da semiótica cinematográfica) e os meios atualmente disponíveis, e assumindo conscientemente a atitude de que, em semiótica, as eventuais descobertas valem menos do que a *alocação* e assentamento delas na economia geral da disciplina, houvemos por bem privilegiar algumas escolhas.

Assim, ao invés de lançarmo-nos diretamente à descrição do plano da expressão do cinema, dos seus códigos e subcódigos heterogêneos, e formular aí algumas descobertas, preferimos guiar a reflexão na direção de dois temas menos desbravadores: (a) discutir algumas *posições* metodológicas que, segundo nossa interpretação, um estudo semiótico deve tomar por relação aos outros modos de abordagem do cinema (da crítica cinematográfica, da semiologia, da psicanálise); (b) propor um modelo hipotético do modo de presença, de interação e de funcionamento dos vários códigos no interior das linguagens complexas (o cinema sendo, no caso, o objeto referencial). Tal modelo, procurando localizar-

se na instância de manifestação, deveria ser capaz de explicar a imbricação dos códigos intervenientes, não num modo intuitivo, tal uma ‘fusão’, ‘amalgama’, ‘simbiose’, ou coisa mítica congênere, que o valha. Teria de ser ao modo de uma *sincretização* de funções manifestantes – operação a ser definida oportunamente –, uma sincretização de “funções semióticas” (Hjelmslev) que, por isso mesmo, poderia ser capaz de definir o cinema, de maneira mais precisa, como uma dentre as *semióticas sincreticas*.

Tornando-se, portanto, titulares deste estudo, os dois temas (posições metodológicas e modelo de sincretização) desenvolveram-se na forma de capítulos, repartindo com outras reflexões menores, hipóteses operacionais, comentários de ajustamentos interpretativos, o espaço a que nos enquadrámos no estudo.

Assim, no primeiro capítulo, quisemos contrapor brevemente o interesse social e estético das correntes críticas do cinema ao interesse descritivo e sistematizador que a Semiologia dos anos 60 do século findo, procurava instaurar, mais pela ousadia dos pesquisadores empenhados nisso, do que pela segurança de alguma metodologia (ainda inexistente). A carência metodológica, levando a Semiologia a hesitar entre um modo *hermenêutico* de enfoque dos signos e um modo *científico* de descrição da significação, propiciou-nos fazer uma breve apresentação da Teoria Semiótica, justamente porque era a que estava em melhores condições de assumir a tarefa da segunda direção.

Entretanto, o fato de algumas análises semiológicas, mantendo-se em nível sígnico, procurarem nas categorias peirceanas de signo (principalmente na de ícone) uma vocação metodológica para a análise das imagens, permitiu-nos discutir, no segundo capítulo, qual posição a Semiótica toma perante o ícone. Contrapondo o ícone ao figurativo, pretendemos mostrar aí que aceitar a natureza iconológica da imagem significa aceitar um referente extra-semiótico como terminal da relação, do qual a imagem é ícone. E essa aceitação é sempre um pesado ônus para a descrição científica, proposta pela Semiótica, que rejeita quaisquer soluções ontológicas ou transcendentais ao objeto em exame.

Por sua vez, consideramos oportuno, no capítulo terceiro, contrapor o método semiótico de descrição a algumas abordagens psicanalíticas, as quais procuram acercar-se do cinema. Isto porque trabalhos sugestivos, como o *Essais sémiotiques* ou *O significante imaginário* (Ch. Metz), pareceram-nos querer reprovar à Semiótica a sua relutância em aceitar a pertinência da oposição *consciente* vs. *inconsciente* como critérios de análise, tal a ênfase que o autor concede aos processos chamados ‘primários’ da condensação e do deslocamento (processos inconscientes), no que concerne à significação dos discursos. Quisemos fazer ver no tema que as sondagens que a teoria semiótica estaria fazendo na tentativa de constituir uma *semiótica das paixões* levam-nos à convicção de que as postulações freudianas sobre o inconsciente podem ser traduzidas cientificamente sob a

forma de *pressuposições lógico-semânticas* – as quais governam o *modus operandi* da teoria semiótica – entre articulações modais dos discursos.

Esta convicção permitiu-nos comentar brevemente que talvez a atitude epistêmica do próprio criador da psicanálise não seria incompatível com uma eventual ‘superação’ do inconsciente. Não no sentido empírico da terapia, em que se revela suficientemente operacional e eficaz, mas no da descrição propriamente científica. Procurando não exatamente legitimar uma aproximação precoce entre a psicanálise freudiana e a semiótica das paixões, mas apontar para uma possível economia que poderia significar uma releitura de Freud sob essa ótica, este capítulo foi-nos de suma importância pessoal: nosso interesse particular, enquanto pesquisador iniciante, foi seduzido pela problemática do universo passional do sujeito da enunciação. Mesmo porque o discurso cinematográfico parece mostrar-se como lugar privilegiado de manifestação das estruturas modais que definem o estado passional do sujeito, lugar de maior transparência modal do sujeito da enunciação. Daí talvez a observação intuitiva e aguda de alguns que o aproxima do ‘imaginário humano’ como tal. Isto nos leva, pois, a supor que uma reflexão mais criteriosa sob esse enfoque poderia requisitar um caráter heurístico não desprezível. A nossa competência e escolha atuais e o caráter incipiente dos estudos empenhados só puderam mesmo insinuar o tema, protelando seu desenvolvimento para uma eventual oportunidade futura.

O quarto capítulo, a par de introduzir em linhas gerais o projeto greimasiano, teve o fim de lançar as primeiras discussões sobre a tentativa de *localizar* o modelo, a ser proposto, na instância de manifestação. Advirta-se, porém, de antemão que, sendo o modelo destinado a *estruturar* a manifestação das linguagens complexas, ele se posta como *estrutura* da manifestação. Como tal, não obstante o paradoxo aparente – visto que Hjelmslev opunha a manifestação concreta dos discursos à sua estrutura imanente – ele só pode estar situado ‘em imanência’ e não propriamente na manifestação ‘bruta’ do objeto analisado (cf. explanação mais detalhada no capítulo).

No capítulo quinto, procuramos ajustar algumas interpretações para facilitar a formulação do modelo sincretizador dos códigos operantes no cinema. Para isso, tivemos de lançar e desenvolver uma hipótese operacional que pudesse ver uma linguagem ou um código como podendo articular-se em três níveis de pertinência: o da *forma científica*, o da *forma semiótica* e o da *forma códica*. Se, para o plano da expressão, tal hipótese não pareceu constituir problema maior – porque homologável aos “níveis” que Hjelmslev propusera para a descrição da “substância”, no entanto, para o plano do conteúdo, exigiu uma discussão mais detida e apoiada diretamente num texto greimasiano, citado, rico de sugestões. As formas códicas (do conteúdo e da expressão), entendidas como representação final das formas semióticas (do conteúdo e da expressão), teriam, no nível de

manifestação, a incumbência de contrair a função manifestante, ou “função semiótica” conforme a define Hjelmslev.

Servindo-nos da hipótese acima, não quisemos lançar-nos à formulação do modelo sincretizador dos códigos sem antes, no capítulo sexto, procurar defender a operacionalidade que poderia ter o modelo, quando etapas ulteriores de pesquisa sobre o cinema tivessem porventura de voltar-se com mais empenho para a descrição do seu plano da expressão. Assim, a intenção básica foi evitar os inconvenientes de trabalhar com a idéia de um “sentido” (*purport*) da expressão (Hjelmslev) ou com uma possível ‘significação’ da expressão – que não padecessem de certa inflexão oblíqua e metafórica, haja vista o aparente paradoxo dos termos ao se aplicarem ao plano da expressão (não sabemos se o termo inglês *purport* ou o original em dinamarquês carregam este ônus). Propusemo-nos sugerir que as pesquisas se contentassem com termos como ‘semantismo’ da expressão, também não inteiramente satisfatório, ou como *consignação*, talvez melhor, para operarmos no plano da expressão. A idéia central foi a de reservar ao plano do conteúdo, tal como parece querer Greimas, toda e qualquer descrição do *sentido* e da *significação* na acepção forte e definida que a Semiótica vem conferindo a tais termos.

Assim também, ainda no mesmo capítulo, procuramos distinguir as tarefas da descrição quando se situassem no nível da forma científica, no da forma semiótica ou naquele da forma códica. Presumimos ser útil questionar a utilização costumeira que alguns estudos semiológicos fazem de denominações como “códigos de movimento”, “códigos de angulação”, “códigos de enquadramento” ou outros. Justo porque as características tecnológicas do cinema não podem ser confundidas com o estatuto semiótico dos códigos de sua linguagem. Por isso, sugerimos alguns deslocamentos de pertinência que eventualmente pudessem fazer os estudos criarem outros objetos semióticos, isto é, outras denominações códicas.

Julgando que os ajustes principais estavam discutidos, reservamos o capítulo sétimo para a proposição de um modelo hipotético de sincretização dos códigos manifestantes das linguagens complexas. Para tanto, servimo-nos, como apoio metodológico, das propostas de Hjelmslev acerca do conceito de “função”. O objetivo principal do modelo foi tentar conceber alguma maneira de não deixar as “funções semióticas”, particulares a cada código, sob um modo de presença estanque, sem integração umas com as outras. De modo que, encarando-as como funtivos variáveis de uma nova função – a que chamamos *função intersemiótica* (ou função de sincretização) – pudemos conceber esta última como um mecanismo de sincretização dos códigos, tentando dar a este termo a força de uma definição semiótica precisa que pudesse denominar de *semióticas sincréticas* as semióticas pluricódicas.

Dado que, nesse momento da reflexão, estávamos empenhados em observar o modo paradigmático de presença dos códigos, foi-nos necessário

observar também a sua conversão sintagmática, isto é, seu modo de funcionamento. Propusemos então, no capítulo oitavo, uma ampliação do modelo sincretizador. Ora, observar a sintagmática de uma linguagem, no nível de manifestação, é praticamente colocar-se não numa perspectiva de retro-leitura descritiva, mas no de uma leitura de *compreensão* do texto. Frente a isso, consideramos oportuno apoiar-nos numa sugestão de Greimas que legitima uma leitura da substância (cf. Hjelmslev) a partir do ponto de vista do enunciatário. Aproveitamos também de sugestão de B. Pottier para abordar o mecanismo de compreensão dos textos, fenômeno pouco localizado no interior das pesquisas semióticas.

Explorando, pois, a formulação de Pottier sobre a “conceptualização”, quisemos propor o nome de *função de conceptualização* à função que se estabeleceria *entre* as funções intersemióticas (estas paradigmáticas) e que as converteria sintagmaticamente. Notando que a função de conceptualização representaria uma espécie de ponte entre a significação manifestada e a sua recuperação à instância conceptual do sentido, presumimos ter chegado ao término da exploração, de vez que, saltando da instância de manifestação para a de compreensão, estaríamos saindo do espaço da construção da significação, dentro do qual a teoria semiótica procura encerrar os limites da sua descrição.

Por fim, consideramos oportuno, à guisa de conclusão, proceder a um pequeno balanço, que se mostrasse como uma retro-leitura do trabalho, a rastrear os objetivos mais significativos a que nos tínhamos proposto. Quisemos também fazer ver que os resultados porventura obtidos no trajeto, seja de natureza metodológica – reflexões que procuraram contrapor a orientação semiótica às outras – seja de natureza descritiva – a formulação do modelo de sincretização das linguagens de manifestação nos discursos complexos –, não constituem mais do que um primeiro passo em busca de estratégias de descrição das semióticas sincréticas. Não quisemos pretender no trabalho outra natureza senão a de sondagem, sempre sujeita a retificações. Sua validação e operacionalidade só poderão ser testadas através de aprimoramentos e aplicações na análise de micro-universos de discursos realizados, em ulteriores e eventuais estudos.

PARTE I POSIÇÕES METODOLÓGICAS

CAP. 1 DA CRÍTICA CINEMATOGRAFICA À SEMIÓTICA DO CINEMA.

A não ser que compreendamos o código ou modo de expressão que permite a existência de significação no cinema, estamos condenados à imprecisão e à nebulosidade em grande escala na crítica cinematográfica, a confiar sem razão na intuição e em impressões momentâneas.

P. Wollen

Os críticos do cinema.

As poucas décadas de existência do cinema não impedem que seja objeto de reflexão de literatura já vasta, com diversas tendências e orientações. Dado que o centro do nosso interesse não é investigar essa literatura em profundidade, permitimo-nos um comentário breve – e por isso certamente injusto – ao dizer que, até a década de 60 do século findo – caracterizou-se, sobretudo, como literatura crítica, histórica e estética.

Marcou presença atuante na história do cinema, ao retratar a estupefação do público na época de seu nascimento, ao registrar os momentos eufóricos na evolução do cinema mudo ao falado, ao apontar também algumas decepções com a chegada deste ou, pelo contrário, as empolgações com os novos recursos artísticos e tecnológicos que, a partir disso, puderam entrar em cena. Mas tal literatura o fez dando ênfase freqüente a interpretações sociológicas, políticas ou ideológicas sobre os filmes.

Esse papel histórico-crítico foi desempenhado de maneira conjunta com seu papel de estética. E aqui, voltou-se mormente a discussões de natureza normativa: Eisenstein proclama a montagem como dado fundamental; Bazin reprova-o e instaura o “realismo”, o registro da fluidez do ‘real’, a fluidez da narrativa como padrão da boa conduta cinematográfica; Braklage sugere o expressionismo; outros, o surrealismo, mais perto de nós, o desconstrutivismo e assim por diante (apenas para citar alguns exemplos).

De modo geral, pode-se dizer que até aquela década, os críticos e teóricos do cinema não problematizaram a linguagem cinematográfica de forma aguda e sistemática. Não procuraram inaugurar alguma disciplina que a tomasse como objeto exclusivo de seus estudos, que se acercasse das suas articulações internas,

do modo de presença e funcionamento das suas ‘micro-linguagens’, isto é, dos códigos e subcódigos que a compõem. Salvo algumas exceções como o caso, por exemplo, de Eisenstein – cujas formulações, um tanto estranhas para seu tempo, começaram nos nossos dias a ser reinterpretadas à luz das novas descobertas no terreno da linguagem verbal pela Lingüística e pela Semiótica –, os esforços de sistematização dessa linguagem, além de raros, não tiveram prolongamentos teóricos de peso. Apenas, a linguagem do cinema se lhes impunha como evidência, cabendo-lhes na maioria das vezes acorrer em defesa de um ou outro modo de produção cinematográfica e optar por uma ou outra regra do ‘bom cinema’. A significação dos filmes já lhes aparecia construída. Bastava comentá-la, parafraseá-la no discurso crítico, realçar seus conteúdos sociológicos, ideológicos, estéticos.³

Lingüística e Semiologia do cinema.

A partir dos anos 60 presenciavam-se os trabalhos de Ch. Metz (*Essais sur la signification au cinéma*), de U. Eco (*La struttura assente*), entre outros, que introduzem nova orientação de pesquisa no cinema. As normas de produção cinematográfica não mais constituem prioridade; procura-se conceber os primeiros elementos para a construção de modelos (parciais) cujo objetivo seja o de dar conta das articulações dos códigos; volta-se a atenção, com maior empenho, para os problemas concernentes à significação no cinema, não como pretexto para especulações filosóficas, comentários políticos, interpretações sociológicas ou ideológicas. A tentativa é compreender o modo de construção da significação global numa linguagem complexa, imbricada de múltiplos códigos de natureza diferente. E nessa nova orientação, as pesquisas se vêem em meio a dificuldades consideráveis.

A maior delas refere-se à ausência de metodologia segura que pudesse nortear as análises e as formulações concernentes à significação. Embora a lingüística de então já contasse com avanços de porte no campo da linguagem verbal, não parecia satisfatória uma transposição pura e simples de suas descobertas para a análise de uma linguagem predominantemente visual. Chegou-se mesmo, entre outras aproximações, a propor (à vista da dupla

³ É escusado dizer que não se trata com isso de menosprezar essas correntes críticas. Como se verá adiante, elas forneceram materiais intuitivos úteis para os estudos que são atualmente desenvolvidos em cinema (psicanalíticos, semióticos). As carências apontadas só se justificam, pois, do ponto de vista evolutivo. Não há carência enquanto não se problematiza uma necessidade. A inflexão do comentário serve apenas como medida de ênfase para ressaltar as novas orientações que se seguiram.

articulação lingüística) um sistema de dupla, de tripla e até de quántupla articulação para a linguagem do cinema (cf. Eco, 1976a).⁴

Por sua vez, querer emprestar algo da semiologia era quase como procurar no vazio. Esta, que Saussure propusera chamar “Ciência dos signos”, ainda em estado embrionário e nebuloso, quando muito conseguia repetir, se exagerarmos um pouco, a mesma definição dada no *Cours*, como se a proclamação de seus votos bastasse para estabelecer sua autonomia. Ainda que possamos reconhecer alguns progressos obtidos com a estratégia semiológica, esta não procurou impor-se como conduta homogênea; não procurou desenvolver-se como corpo coeso de pesquisas; não conseguiu ir além de um pequeno número de trabalhos – notáveis no brilho e esforço pessoais – mas carentes de resultados teóricos mais duradouros.

Estamos propensos a crer que, entre outras razões, os resultados insatisfatórios se deveram à permanência – nem sempre explicitamente admitida – de um dilema maior. Na verdade, a semiologia hesitava entre duas direções: (a) apresentar-se como nova crítica, predominantemente interpretativa, conquanto mais controlada em sua intuição, mais coerente nas ligações entre as interpretações sígnicas colhidas do texto analisado – já que tinha o respaldo da ciência lingüística no que tange à delimitação, à definição, à segmentação sígnica do texto; (b) abandonar essa conduta hermenêutica e, ao modo de uma semiologia ‘científica’, empenhar-se na pesada tarefa de construir vagarosa e artesanalmente uma teoria sistemática que, suplantando o estágio sígnico da linguagem verbal, pudesse construir algum modelo de significação (ou antes, modelos de significação) para outros sistemas significantes, além do verbal.⁵

Tal hesitação trouxe-lhe ao mesmo tempo dois reveses: (a) a teoria semiótica, que começava a se impor como “ciência da significação”, abre (e rouba-lhe, por assim dizer) espaço na segunda direção apontada acima; (b) a semiologia sente ameaçada também o conforto da primeira daquelas direções, já que a pertinência do nível sígnico para a análise da significação dos códigos visuais começa aos poucos ser questionada e substituída pelo interesse centrado no processo de produção da significação nos discursos de qualquer natureza, e não mais no signo, por assim dizer, *já dado* em discurso.

⁴ Entretanto, se as descobertas lingüísticas não pareciam apresentar condições favoráveis de uso imediato nos estudos sobre cinema, no campo das aplicações, ao invés, no campo teórico das reflexões epistemológicas e metodológicas, a lingüística desempenhava um papel pioneiro – entre as ciências humanas – de grande valia para a busca de estratégias de exploração da significação nas linguagens não-verbais, como, de resto, para as pesquisas em quase todas as áreas humanísticas (antropologia, psicanálise, psicologia, semiótica, etc.)

⁵ Roland Barthes parece-nos um notável representante dessa semiologia, pois ‘viveu’ toda essa hesitação em sua produção teórica e assumiu-a em sua honestidade intelectual.

OBS. É fato que não se pode negar que a hesitação lhe trouxe decepções. Mas encará-lo como questão de pura escolha ou de tendências a modismos é cair no simplismo ingênuo e inconseqüente. Ao contrário, a olhar mais de perto, as duas orientações estão comprometidas, ao que parece, com bases epistemológicas distintas: (a) a epistemologia científica, em que a segunda orientação (semiótica) procura fundar-se, embora preveja momentos interpretativos em sua conduta, não permite espaço livre para interpretações não legitimadas pela hierarquia dos conceitos de sua metodologia (é o princípio da coerência interna dos modelos e da metalinguagem). Aqui, a própria imaginação fica submetida a uma disciplina conceitual rigorosa. E não se trata de aprisionamento imposto, mas de deontologia assumida. Ao contrário, optar pela semiologia interpretativa parece exigir-se que se abandone, por disfórico, esse controle epistemológico de método, a seu ver excessivamente restritivo para ser cabível a análises concernentes aos fatos humanos. Nesta opção, requisita-se maior liberdade e espontaneidade nas intuições e na condução das interpretações que emergem do objeto examinado. Como se vê, a hesitação da semiologia reflete uma dificuldade que também é a de nossos dias: conciliar o pensamento das grandes ‘sínteses interpretativas’, tradição de todo pensamento humanístico, filosófico, sociológico, literário, estético, com o *discurso científico* em ciências humanas, que exige a disciplina da intuição (e portanto da interpretação) para justificar, com maior coerência, a pertinência dos resultados.

A metalinguagem da Semiologia

Essas dificuldades não impedem, no entanto, que apareçam, desde a década de 70, alguns trabalhos de fôlego, especialmente o *Langage et cinéma*, de Ch. Metz (1971), com vistas a definir “em compreensão” a linguagem cinematográfica. A expressão é do próprio autor (p. 216), para justificar sua escolha perante outro trabalho “em extensão” – isto é, elencar todos os códigos e subcódigos que compõem essa macro-linguagem – todavia não empreendido por ele.

Não nos interessa aqui resumir suas idéias ou enfatizar sua acuidade de observação dos problemas que cercam o cinema. Contentamo-nos, nos limites deste item, apenas em comentar brevemente a sua estratégia de condução de método, isto é, sua estratégia metalingüística. Neste sentido, sem querer minimizar seus intentos, assistimos nesse livro a um esforço meticuloso de eliminar ambigüidades nos termos correntemente usados em cinema. É o que faz ao procurar definir o “cinematográfico”, perante o “fílmico”, o “especificamente cinematográfico”, o “especificamente fílmico”, o fílmico “dentro” do cinematográfico, o cinematográfico dentro do fílmico, o “fílmico em sentido absoluto”, etc.

Observando sua produção anterior (*Essais...*, 1972) vemos que Metz tivera como horizonte de referência a crítica cinematográfica, digamos, tradicional, à

qual endereçava suas formulações, na tentativa de instaurar a perspectiva semiológica. Esta era então recebida com temor e repulsa, pois parecia vir arrasar as conquistas já obtidas, propagar a “mutilação da obra”, fazer *tabula rasa* de todo conhecimento já ganho em matéria de cinema, para depois propor um modelo salvador, crivado de “eixos paradigmáticos” e “sintagmáticos”, instâncias sistemáticas, sustentado pelo princípio não menos aterrorizador da “pertinência”.

Ora, é certo que, sempre melhor do que ninguém, o tempo já se encarregara de desfazer tais temores e enganos, e apaziguar um pouco os ânimos. Mesmo assim, ainda sente-se na nova obra de Metz o receio de se lançar a uma metalinguagem mais agressiva, que evitaria entrar no redemoinho dos termos do senso comum, já saturados de ambigüidades e imprecisões, nas utilizações despreocupadas de rigor mais científico. Na verdade, assiste-se, nesse novo trabalho de Metz, a um esforço artesanal de tentar forjar um significado preciso para esses termos do senso comum, esforço particularmente louvável na intenção, mas, parece-nos, inglório na execução.

Em outras palavras, a pesquisa volumosa, inserida no *Langage et cinéma*, desenvolveu-se paralelamente à pesquisa semiótica nascente, sem procurar aproximar-se das reflexões conceptuais, metalingüísticas e metodológicas que esta tentava instaurar, ainda que, é claro, precariamente. Foi uma pesquisa que passou ‘ao lado’ da Semiótica, quando poderia ter seguido ‘junto’ dela.⁶

A Semiótica no cinema

Há, pois, um dado, cuja justificativa é, na verdade, o desafio maior do presente estudo – que gostaríamos de enfatizar logo aqui, e que dá sentido à pequena digressão histórica sobre os estudos da linguagem do cinema. Faz-se sentir cada vez mais a necessidade de um estudo da linguagem cinematográfica a partir dos avanços da teoria semiótica, disciplina que atualmente, se não o detém, ao menos projeta obter um corpo metodológico coeso de análise. Seus conceitos, construídos sobretudo em interdefinição e erigidos para descrever a significação em instâncias anteriores à sua manifestação propriamente dita numa linguagem qualquer, abrem amplas possibilidades de estudos sobre qualquer tipo de produção humana significativa, como o caso que nos ocupa aqui, do cinema.⁷

⁶ É possível que, nesse contexto de hesitações da semiologia, estejam os elementos capazes de apontar algumas das causas da hibernação por que, ao que parece, passou a semiologia do cinema, durante quase toda a década dos anos 70, e que ainda persiste hoje, se a compararmos com a(s) semiótica(s) ou com a(s) psicanálise(s), entre outras direções, estas em franca agitação produtiva.

⁷ Não se pretende com isso afirmar que não haja outras alternativas de reflexão sobre o cinema. O próprio Metz, atualmente (1977, 1980), trabalha sobre uma base psicanalítica, à primeira vista bastante proveitosa. Esta análise visaria destacar pontos de encontro entre o

É certo que o setor das pesquisas semióticas, mais desenvolvido, trata das estruturas narrativas e discursivas, formuladas com base nos estudos sobre os textos mais simples, dos contos de magia, a partir das pesquisas de V. Propp. Se, por um lado, a transposição desse modelo narrativo não vai sem problemas, num objeto mais complexo, como a linguagem do cinema, por outro, tem uma vantagem inicial: o modelo narrativo pode requisitar um caráter de universalidade, dada a universalidade desses contos, isto é, do seu *corpus*: “... o esquema proppiano, diz Greimas, é passível de ser considerado, após certos ajustes necessários, como um modelo hipotético, mas universal, da organização dos discursos narrativos e figurativos” (1976a: 11).

Além disso, é imperioso estender o esquema narrativo a textos mais complexos, não só porque se tem nisso a chance de testá-lo, fazê-lo evoluir, como ainda consolidar seu poder descritivo. E também porque essa é uma vocação da Semiótica: “é o ultrapassamento, em todos os sentidos, da especificidade do conto maravilhoso que caracteriza a condução da semiótica narrativa desde seus inícios. O alargamento e a consolidação do conceito de *esquema narrativo* aparecem assim como uma de suas tarefas prementes” (Greimas *apud* COURTÉS, 1976: 10).⁸

Entretanto, mesmo que possamos dizer que a Semiótica esteja em melhor situação para oferecer auxílio nos estudos sobre a linguagem cinematográfica, isto é, que no campo da significação, entre as ciências humanas, é a que mais se preocupa em refinar seus métodos (ao lado da Linguística), mesmo assim, ela é ainda uma teoria nascente. Não está segura de seus métodos e descobertas que, nessa perspectiva, devem ser vistas, antes de tudo, como hipóteses de trabalho. Não é, pois, de se espantar, como o diz Greimas, que ela “provoca em suas confrontações com metodologias e teorias constituídas, conflitos epistemológicos, que sofra em si própria distorções ideológicas e que dê por vezes a impressão de uma dispersão excessiva e de desigualdades gritantes de grau de seu desenvolvimento. De modo que convém mais falar, nesse estado de crescimento e de expansão, de um projeto semiótico, do que de uma semiótica estabelecida” (1977: 226).

Mesmo a intensa produção teórica que o Groupe de Recherches Sémio-linguistiques de Paris tem levado adiante, nos últimos anos, nos seus *Bulletins* ou

filme e a linguagem onírica, ou o filme *enquanto* linguagem onírica, “exercício da pulsão escópica como regragem institucional do imaginário e da crença...” (*apud* VERON, 1981: 12)

⁸ A extensão do modelo das estruturas narrativas para o objeto cinematográfico parece-nos imperiosa não só pelos fatos apontados, como ainda pela proximidade cada vez mais justificada que podemos notar entre um grande número de filmes e os contos maravilhosos (de magia, mitológicos, lendas, etc.). A insistência espantosa com que o cinema (e a televisão) nos força a vê-lo como substituto moderno (visual) das ‘falas’ (fábulas) mitológicas não parece mero fruto de imaginação alada, mas algo a exigir estudo sério. Eles têm liames mais íntimos do que nossos conhecimentos atuais talvez consigam captar.

Documents, não é ainda capaz de atestar à Semiótica um estatuto de ciência constituída. No entanto, esses ensaios permitem deduzir que as hipóteses centrais (percurso gerativo, quadrado semiótico, isotopia) não só permanecem, como também permitem avanços qualitativos na descrição das semióticas verbais e não verbais, principalmente porque conseguem postar-se como mecanismos metodológicos capazes de preservar a homogeneidade da descrição.

É essa homogeneidade, ao lado de constante aprofundamento nas discussões sobre seus princípios epistemológicos, que faz com que a teoria se sinta segura para refutar algumas soluções que a Semiologia procura instaurar para a análise das imagens, apoiando-se no conceito de “ícone” de Peirce. Esta segurança também lhe permite reprovar à psicanálise a manutenção de sua estratégia de análises (fílmicas), no modo intuitivo, suportada na estipulação do nível “inconsciente”, projetado como espécie de lugar secreto, insólito e, contudo, fonte das implicações mais pesadas para o problema da significação. E como essa contraposição entre a Semiótica e a Semiologia da imagem, ou a Psicanálise, pede certamente maiores esclarecimentos, tal será o assunto dos próximos capítulos.

CAP. 2 SEMIOLOGIA E SEMIÓTICA: O ICÔNICO E O FIGURATIVO

Não devemos nos enredar nos fantasmas da verdade. O cinema é uma formidável mentira que necessitou inventar todos os seus detalhes.

F. FELLINI

O signo icônico

O estágio de disciplina em formação, ou de projeto de ciência, não impede que a Semiótica procure já estabelecer sua autonomia por relação à Semiologia. A autonomia não é postulação *a priori*, por mero desejo de novidade, mas por decorrência de nova orientação, seja no nível descritivo, seja no metodológico, isto é, por decorrência da aceitação dos princípios epistemológicos da teoria semiótica de Hjelmslev. Particularizando o enfoque e restringindo-nos, neste capítulo, ao exame do objeto visual, podemos dizer que a semiótica do visual toma como ponto de partida a recusa completa dos postulados de base da semiologia da imagem (cf. FLOCH, 1978).

A principal divergência entre a semiótica do visual e a semiologia da imagem está no modo de encarar o signo. A semiologia da imagem toma-o, em geral, como base da análise, a partir da sua manifestação. A linguagem da imagem é vista por esta como um sistema de signos, e o refinamento da análise se dá pela discussão em torno da analogia que o signo-dado tem com o referente exterior, o mundo representado em imagens. A entrada do referente para a definição do signo imagético faz com que seja concedido a conceitos como iconicidade, iconográfico, iconológico, o estatuto de instrumentos metodológicos de análise, depositando-se neles grande parte da força da teoria.

É certo que alguns progressos da pesquisa semiológica fizeram-na relativizar o conceito de ícone quando aplicado à definição da imagem. Assim, Metz, por exemplo, mesmo concordando que seja normal que a reflexão semiológica *comece* com a noção de analogia, de ícone, propõe que se deva ultrapassar um certo momento de “prisão” da iconicidade. Sem rejeitar a analogia, sem rejeitar o “estatuto analógico” da imagem, ele se propõe a “circunstanciá-la, relativizá-la”, de vez que a semelhança não é algo autônomo e isento de codificação humana, por apelar para o “julgamento da semelhança” (1973a: 8-10).

A relativização da analogia tem que se operar, segundo Metz, tanto na sua dimensão quantitativa – há graus de iconicidade – quanto na sua dimensão qualitativa: a semelhança não deixa de ser um fato cultural. É assim que, mesmo admitindo que a noção de analogia icônica deva ser conservada, na medida em que consegue designar “um caráter bastante acentuado de muitas imagens”, ele sugere que o verdadeiro embate da semiologia está para “além” da analogia. Caso

contrário, “nada se poderá declarar sobre a imagem, senão que ela é semelhante” (1973a: 16-7).

O esforço do autor em relativizar o conceito de analogia, de ícone, embora possa ser considerado um avanço significativo na análise das imagens, não é suficiente para a Semiótica. Por mais que seja relativizado, o icônico acaba permanecendo como critério de definição e, com ele, o referente fica hipostasiado na sua origem. O esforço, benéfico na intenção, não consegue ir além da tentativa de ‘salvar’ metodologicamente um conceito cuja discussão epistemológica ainda não foi conduzida a contento.

A imagem de um « cão », mostrada numa tela de cinema não trará sua significação pelo grau de semelhança com um cão ‘real’ – em vista da utilização ou não de uma câmara-lenta ou algum outro efeito de distorção de imagem. A significação aqui só pode ser engendrada (e descrita) a partir do exame das articulações sêmicas, da estratégia e programas narrativos, que dá ao cão um papel actancial, bem como os investimentos semânticos suscetíveis de se incorporarem a esse papel, articulações que na manifestação aparecem sob a forma figurativa em questão.

Num exemplo bem brasileiro, basta lembrarmos que, no filme *Vidas Secas*, de Néelson Pereira dos Santos – sem que o exemplo pretenda ir além de simples comentário pontual –, a câmara subjetiva na seqüência da morte da cachorra Baleia, bem como seu ‘sonho’ ou ‘delírio’ de moribundo, podem ser vistos precisamente como a construção de um espectro figurativo *humano* para a cachorra. Em outras palavras, é o efeito de sentido ‘humanização’ que importa na seqüência fílmica em questão, e não analogias que porventura o signo visual « cão » possa ter com o animal. A estratégia narrativa, com o tratamento códico do plano da expressão desta seqüência faz com que tal sentido prevaleça exatamente por quebrar qualquer suposta iconicidade.

Assim, o esforço de relativização do conceito de analogia, os graus que se propõe estabelecer para o exame da iconicidade, a natureza cultural da própria semelhança não conseguem esconder que o parâmetro implícito para a determinação da iconicidade ou da semelhança seja a convocação do referente exterior. Em decorrência da aceitação do referente externo, ou antes, do grau de analogia com o referente, como critério de definição e de classificação do signo, a semiologia da imagem só pode mesmo ver nas categorias tipológicas de signo, de Peirce, “os fundamentos de qualquer avanço em semiologia”, já que uma linguagem visual, como o cinema, é “indexal e icônica *primeiramente* (WOLLEN, 1979: 124-6 – itálicos nossos).

O signo é arbitrário

A semiótica do visual, em decorrência dos postulados hjelmslevianos para qualquer semiótica, isto é, qualquer linguagem, tem um ponto de vista

fortemente distinto. Aqui, o signo não é visto como um *dado* manifestado, mas como uma entidade – fundada na solidariedade entre expressão e conteúdo – que *se constrói* a cada manifestação discursiva, não importa em que dimensão (lexical, frasal, textual). O signo não é algo que represente ou esteja no lugar de um objeto do mundo exterior à linguagem, mas uma construção conceptual que combina elementos mínimos de articulação e significação (femas, semas) e que, na instância de manifestação, toma a forma de figuras do mundo natural (cão, montanha) ou toma a forma não-figurativa (amor, paciência). O signo não tem como referência algo no mundo; sua referência imediata é, antes, o *sentido* investido nele pelos discursos anteriores, nas semioses dos discursos já feitos (não sendo pertinente, obviamente, ir à cata da ‘primeira’ semiose do mundo). O signo não é signo de alguma coisa, mas signo de um sentido investido nessa coisa. O referente do signo não é, pois um objeto exterior à linguagem, mas um *objeto cultural*, isto é, um referente semiotizado. Hjelmslev, desde seus *Prolegômenos*, e Greimas, desde sua *Sémantique structurale*, deixam isso bem firmado.

Por decorrência, para a Semiótica, o icônico não pode ser visto como ‘propriedade’ de alguns signos. Proclamar o iconismo da imagem é pressupor implicitamente que o real – terminal da relação de referência – seja um dado pacífico, imune a discussões, um dado objetivo unicamente: significa que se sabe o que é real. É por isso que Greimas e Courtés são veementes, em seu *Dictionnaire...* (1979: 177), ao afirmar que tomar a imagem ou o visual como uma imensa analogia do mundo natural é “perder-se no labirinto de pressupostos positivistas”.

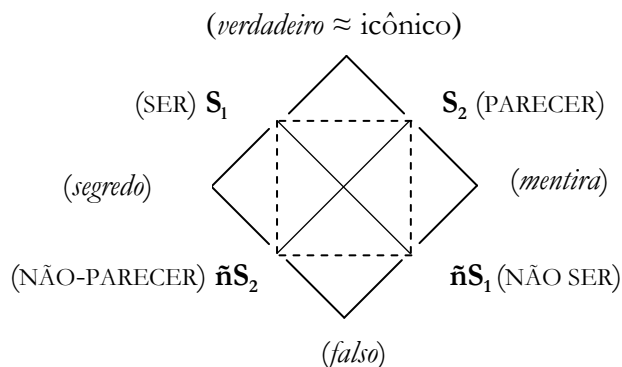
A figurativização

Para a semiótica do visual, o signo não é icônico. Quando muito, pode-se dizer que há, em grande número de casos, um processo de *iconização*, durante o “percurso gerativo da significação”. Este processo, que a Semiótica prefere denominar, mais amplamente, como *figurativização*, não é nada mais do que um procedimento normal em qualquer discurso, visual ou não, pelo qual algumas entidades sintáticas (actantes), em jogo na instância da narrativa, são transformadas em atores, ao receber, no nível discursivo, investimentos semânticos de caráter antropomórficos, ictiomórficos, zoomórficos, etc. A iconização, neste caso, seria um estágio mais avançado da figuração, dando por assim dizer, uma roupagem que tornaria tais figuras mais próximas da ‘realidade’, “criando assim a ilusão referencial”, dizem os autores do *Dictionnaire...*(1979: 329).

Em semiótica, a iconização é vista, pois, como resultante de um conjunto de procedimentos instaurados no discurso “para produzir o efeito de sentido « realidade »” (*idem*, p. 178). Noutros termos, ao invés de se tomar a iconicidade como algo fazendo parte da definição da imagem, e hipostasiado na aceitação de

um real objetivo – pesado de conseqüências ontológicas –, a pesquisa semiótica prefere considerá-la como um “efeito de conotação veridictória, relativo a dada cultura, que julga certos signos « mais reais » do que outros” (*idem*, p. 181).

Estudos mais recentes nessa direção (FLOCH, 1982: 19-38) procuram mostrar que, sendo a iconicidade, do ponto de vista gerativo, a produção do efeito de sentido ‘realidade’, através de procedimentos discursivos sintático-semânticos, ela deve ser definida como “o estatuto (modal) veridictório da dimensão figurativa do discurso”. O icônico, propriamente dito, tal como concebido por Peirce, seria na verdade apenas um dos vários modos de manifestação da categoria das modalidades veridictórias. O icônico peirceano apresentaria apenas uma das várias posições que a iconicidade poderia tomar, ao ser projetada no quadrado de segunda geração das modalidades veridictórias, segundo Floch, aquela definida pelo /VERDADEIRO/: SER + PARECER.



A intersemiotividade

Diríamos, pois, que o sentido das figuras do discurso não é dado pelo cotejo do seu grau analógico com os respectivos objetos do mundo exterior. Só pode ser captado (e descrito) pela relação que tais figuras têm com as outras figuras do discurso e com as conotações culturais que são dadas às figuras do mundo natural, conforme as épocas e sua *episteme*, na acepção que confere Foucault ao termo. Em outras palavras, a teoria semiótica greimasiana prefere equacionar a iconicidade em termos de intertextualidade ou, mais precisamente, em termos de *intersemiotividade*: o referente de tal o tal semiótica visual (construída) é uma outra semiótica: a macro-semiótica do mundo natural, ambas suscetíveis de receber o mesmo tipo de descrição. Desta forma, a iconicidade ganha em duas direções: (a) ela pode ampliar seu domínio e se apresentar sob outras posições do quadrado da veridicção (e não apenas no eixo do /VERDADEIRO/); (b) reduz-se a dimensões menos comprometedoras (a ontologia

do real fica substituída por um mundo *já semiotizado*) o que amplia sua operatividade.

A tipologia de Peirce

Por outro lado, esse modo de conceber a produção dos sentidos nos discursos, pela semiótica greimasiana, isto é, os signos sendo encarados como efeitos de sentido que *provocam* a ilusão referencial, a ilusão veridictória, só pode levá-la a uma recusa completa da tipologia peirceana de signos, porque vê nelas um certo ‘positivismo’ em todas as suas tricotomias e em todas as classes e subclasses que derivam delas. Basta lembrarmos que a tricotomia mais difundida dessa teoria – ícone, índice, símbolo – que não deixa de fazer parte de nenhuma das suas dez classes de signos, define-se eminentemente por sua relação de semelhança com o objeto ‘real’: o símbolo mantém relação de convencionalidade com o objeto; o índice, em relação de contigüidade natural com o objeto; o ícone, em relação de similaridade com o objeto. A entrada do objeto, como parâmetro imediato (ou indireto) da sua tipologia é aqui, pois, o pomo da discórdia.

O que importa à semiótica greimasiana não é tomar o signo já manifestado e, em seguida, procurar taxinômias para distribuí-lo em classes e subclasses, de acordo com a maneira como se comporta em relação ao objeto ‘real’ – orientação que corre o risco de se ter de forjar uma classe ou um tipo para cada ocorrência sígnica, dadas as contínuas, singulares e inusitadas sutilezas das relações referenciais nos contextos discursivos. Importa-lhe, ao contrário, descrever como o signo *se constrói* por um refinamento progressivo das articulações sêmicas do imaginário humano, no percurso gerativo da significação nos discursos. O signo será aqui uma interrupção, por assim dizer, desse percurso, em um ou outro momento de sua consecução, para subir à manifestação. Ele poderá ‘saltar’ do nível profundo, indo direto rumo à manifestação – embora seja este um caso raro em que um sema mínimo se lexicalize tal e qual na manifestação – ou então passar canonicamente pelas instâncias narrativa e discursiva, sendo manifestado sob a forma figurativa, icônica (as várias posições da iconicidade no quadrado da veridicção), ou sob a forma abstrata, não figurativa.

Isto vai bem de acordo com um modo de assumir a epistemologia científica, segundo o qual cabe à análise um trabalho de intelecção, em vias da abstração dos fenômenos ocorridos no mundo, que conduza à descoberta e formulação de *constantes*, de processos reiterativos subjacentes às ocorrências múltiplas dos fenômenos. A análise não é, pois, não um trabalho, digamos, contábil, a pontear as *variáveis* para explicar cada ocorrência da manifestação sígnica, o que leva, como se vê, ao risco de querer construir uma ciência do

tamanho do mundo, um mapa em escala natural, tal a multiplicidade e aparente singularidade de cada ocorrência.⁹

Enfim, a recusa, pela semiótica greimasiana, dos princípios da semiologia da imagem, não significa querer suprimir seu direito à existência. Significa apenas dizer que ela não pode se reclamar como continuadora do pensamento saussuriano, que tinha, na arbitrariedade do signo por relação ao referente, um de seus princípios básicos. O recurso que a Semiologia busca à teoria de Peirce basta para mostrar esse seu ‘desvio’. A teoria semiótica greimasiana questiona apenas essa utilização um tanto apressada da tipologia peirceana de signos, pela Semiologia, já que não vê solução mais econômica e de maior consequência para a análise dos discursos que não seja descartar-se do referente externo, para recuperá-lo como um ‘segundo nível de realidade’, como uma entidade *semiotizada* na macro-semiótica do mundo natural.

⁹ É necessário lembrar aqui que não temos a intenção, nem competência, para com as afirmações acima querer questionar a teoria de Peirce no seu conjunto, ou nas suas partes. Mesmo porque, passados alguns anos da leitura de seus principais escritos – traduzidos no Brasil por J. Teixeira Coelho Neto (*Semiótica*, 1977) – a impressão que nos ficou foi a de um misto de fascínio, pela genialidade e engenhosidade do seu raciocínio, com a admiração e mesmo forte emoção, pela ética com que conduz seu pensamento, no embate com outras teorias de sua época. Ainda mais, porque alguns trabalhos recentes, de recuperação dos ensinamentos de Peirce – semelhantes ao que se fez com alguns conceitos ambíguos e titubeantes do *Cours* de Saussure – começam a ser publicados, e fazem uma revisão da idéia da presença do ‘real’ em Peirce (Cf. PEIRCE, 1978; PERALDI (Org.), 1980). Talvez esses estudos consigam apontar linhas de convergência entre as duas semióticas ou, pelo menos equacionar com maior clareza suas pertinências específicas, minimizando o risco quase sempre inevitável de utilizações indevidas e apreciações incorretas. Se as críticas acima têm um direcionamento é apenas como advertência a um estágio caricatural a que pode chegar uma semiologia (objeto do capítulo) que use parcialmente a tipologia de Peirce, para resolver casos *ad hoc*, sem se preocupar em assumi-la no todo e levar às últimas consequências a aceitação de sua base epistemológica.

CAP. 3 PSICANÁLISE E SEMIÓTICA. SEMIOTIZAÇÃO DO INCONSCIENTE

*C'est toute la structure du langage que l'expérience
psychanalytique découvre dans l'inconscient*

J. Lacan

...mais il n'y a pas de mystères dans le langage.

A. J. Greimas

Suspeição do inconsciente

A proximidade entre a linguagem onírica, a linguagem do inconsciente, o imaginário humano e a linguagem cinematográfica é largamente admitida pelas correntes críticas e psicanalíticas. Trabalhos sugestivos como o *Essais sémiotiques* ou *O significante imaginário. Psicanálise e cinema*, de Ch. Metz procuram acercar-se da linguagem do cinema servindo-se do método psicanalítico de Freud – e sua retomada por Lacan – e aproximando-o do método lingüístico e semiótico de descrição da significação.

Não temos condição de saber se essa aproximação é capaz de apresentar valor operacional do ponto de vista psicanalítico. O que não podemos omitir, enquanto pesquisador em semiótica, é o modo como a vemos do ponto de vista da teoria semiótica. Embora uma aproximação interdisciplinar entre a psicanálise e a semiótica pareça algo desejável e enriquecedor para o exame da linguagem cinematográfica, ela não pode se dar sem alguns ajustes de interpretação entre seus métodos de abordagem e de descrição.

Isto porque teríamos de conciliar liminarmente uma semiótica, que se propõe dentro de um universo discursivo que tende a ser estatuído por sua natureza (semântico-)lógica, e uma psicanálise que, presumimos, costuma trabalhar a partir dos limites de um universo psico-individual, caracterizado sobretudo por sua natureza *pato-lógica*, sofrendo a ação dos processos primários do inconsciente, de natureza, segundo Freud, *i-lógica* ou *a-lógica*. Teríamos de conciliar a tentativa semiótica de construção do sujeito da enunciação, arquitetado como um simulacro lógico-semântico e que tem por garantia o texto *manifestado*, com a investigação psicanalítica do sujeito passional, que se escamoteia e denuncia nas entrelinhas de um texto *latente*. Enfim, teríamos de conciliar liminarmente o campo de exercício semiótico (a linguagem), que só com concessões dignas de elogio pode conformar-se com a tutela do 'consciente', com o campo de exercício psicanalítico, freqüentemente admitido como o mais rico de implicações para o imaginário humano, que se envaidece de ser reconhecido como 'inconsciente'.

É curioso constatar que os estudos psicanalíticos sobre o cinema, adotando de saída a pertinência da oposição consciente/inconsciente, parecem exibir força heurística muito poderosa. Propõem, de maneira geral, o inconsciente como uma região, quase sempre um tanto misteriosa, capaz de ser a fonte de explicação de todo o problema da significação, sobretudo por meio dos mecanismos freudianos chamados da condensação e do deslocamento, que parecem subsumir todos os processos que aí se localizam. Por isso deixam o semiótico um tanto hesitante quanto a rejeição da pertinência da oposição consciente *vs.* inconsciente, no seu procedimento descritivo. Parecem exigir da semiótica um reexame da sua relutância em aceitar um nível inconsciente e em estatuí-lo como nível ‘pré-semiótico’ ou, antes, psicosemiótico de articulação da significação. De forma que é acompanhando um pouco mais de perto as formulações desses estudos psicanalíticos que podemos chegar a posições mais satisfatórias aos desafios que isso representa.

Condensação e deslocamento

Através da interpretação de Lacan sobre Freud, e acompanhando a leitura que Metz (1980: 234-307) faz disso, foi-nos mostrado, por exemplo, que os mecanismos da condensação e do deslocamento seriam os responsáveis maiores, em nível inconsciente, das grandes figuras da metáfora e da metonímia. E estas, como querem alguns, praticamente subsumem todo o elenco das figuras de retórica, instaurado desde os gregos. A tal ponto, que Metz faz questão de lembrar o requestionamento da natureza da metáfora e da metonímia (e, por extensão, das demais figuras de retórica). Isso se encontraria novamente na ordem do dia, em função da introdução desses processos inconscientes, visto que tais figuras teriam sido outrora classificadas com base em associações e processos aproximativos apenas de ordem consciente.

O deslumbramento de Metz com os processos primários da condensação e do deslocamento é tal que nos faz imediatamente supor que deveriam ter longa trajetória teórica. Não apenas dentro das psicologias da percepção isto dever-se-ia dar – já que Freud gostaria mesmo de considerar a condensação como “um processo que se estende sobre o conjunto do percurso até a chegada à região da percepção” (FREUD, *in* LAPLANCHE & PONTALIS, 1970: 130) –, mas também dentro do conjunto das disciplinas lingüísticas (filologia, lexicologia, etimologia... e da semiótica). Basta lembrar que Metz já se aventura a considerar esses processos primários não apenas como processos instauradores da significação, mas como “a própria significação (1980: 279); chega a admitir que toda palavra é uma condensação, que “cada palavra da língua é o lugar de cruzamento de várias condensações antigas, doravante ligadas e ‘apagadas’ mas que podem ser acendidas de novo...”; sugere, enfim, o próprio léxico como “produto de uma vasta condensação (repartida em milhares de condensações localizadas)” (243-4).

Assim, segundo essa ótica, seria quase certo que a etimologia teria de sofrer verdadeira reviravolta metodológica ao se firmar a evidência do papel preponderante que tais mecanismos inconscientes poderiam ter tido na história etimológica das palavras. Segundo essa ótica, igualmente a lexicologia, em sua busca de explicar os processos neológicos, se não tomasse a si a tarefa de incorporar esses movimentos inconscientes, na gama de forças que determinam as criações lingüísticas, acabaria sendo levada o risco de chegar a respostas apenas superficiais (porque só no nível ‘consciente’) e incompletas (porque esse nível não seria o único). Também a lingüística e a semiótica seriam recriminadas, a partir de tal ponto de vista psicanalítico, haja vista que, de modo geral, viram até hoje a condensação apenas como uma das propriedades da “elasticidade do discurso” (ao lado da “expansão) (*cf.* GREIMAS, 1966), isto é, propriedade metalingüística que leva à *denominação*. Tais entendimentos não conseguiriam algo mais do que apenas evidenciar a economia da linguagem enquanto fato de comunicação.

Por outro lado, se se pudesse caucionar os esforços de Lacan – e Metz confessa caminhar nessa direção, por oposição a Lyotard que, segundo ele, prefere acentuar a cegueira e ilogicidade das pulsões inconscientes – uma leitura mais ousada de Freud permitiria postular que os movimentos do inconsciente atravessam toda a vida psíquica humana, que as marcas do inconsciente estariam inscritas em qualquer exercício semiótico. Cabe supor então que essa corrente psicanalítica pretende nada mais nada menos do que uma aproximação entre a psicanálise e as teorias da linguagem, com a condição de que estas acatem liminarmente a pertinência da oposição *vs.* inconsciente.

Assim, podendo ser postulada para o inconsciente uma estruturação semelhante à da linguagem; podendo ser instalado entre o inconsciente e o consciente não um fosso intransponível, mas uma “complexa e constante interação (= dinamismo dialético)” (METZ, 1980: 245), a condensação e o deslocamento, entre outros processos inconscientes, passariam talvez a ser encarados e estatuídos como conceitos operatórios, como espécie de ‘competência psicosemiótica’ (de natureza inconsciente) que substaria à competência semiótica, propriamente dita, do sujeito.

Em outras palavras, é sabido que esses mecanismos inconscientes são operações que têm por função fazer pressão, deformar, alterar, tornar irreconhecível determinada significação, onírica, por exemplo, parecendo pois responsáveis por operações aparentemente ‘ilógicas’, as quais se dedicariam a distorcer os conteúdos da “significação onírica verdadeira”, na tarefa de “enganar a censura” (METZ, 1980: 254). Diante disso, não haveria como deixar de postular, com base precisamente nessa sua performance brilhante, porque sempre bem sucedida, a existência de tal competência psicosemiótica. Ela determinaria e organizaria, num nível também inconsciente, esses percursos performativos de distorção, de mutilação, ou seja, comandaria uma organização

psicossemiótica do discurso inconsciente, a repercutir, por sua vez, na organização propriamente semiótica do discurso ‘consciente’.

Assim também, de uma análise discursiva, como a de Greimas em seu *Maupassant* (1976a), poderia ser dito que um dos trabalhos admiráveis aí empreendido teria sido o de remontar pela catálise (conceito hjelmsleviano), explicitando-as, as articulações da significação que permaneceram subterrâneas (inconscientes) no conto de Maupassant. Subterrâneas, mas não ausentes, o que, a par de ressaltar o princípio de economia que rege os discursos, revelaria que estes se arranjam por etapas sobreimpressas (condensadas?). E só a última, a mais superficial, seria dada a ver, quase como embaralhadas por uma competência inconsciente que quer alguns percursos significativos escondidos ou dissimulados. Desta forma, todo o discurso pareceria possuir sua *isotopia inconsciente*, a mais pesada de conseqüências para o problema da significação, do sentido. E o trabalho de Greimas seria de bom grado caracterizado como um trabalho de descondensação, um trabalho de (psic-)analista.

A permanecermos prolongando raciocínios semelhantes, estabelecendo hipoteticamente o modo como a teoria psicanalítica talvez gostasse de ver uma psicossemiótica desenvolver-se, poderíamos prosseguir indefinidamente. A cada descoberta já conquistada pela teoria semiótica, uma outra poderia ser proposta, ‘paralela’, que se daria no nível inconsciente. Construiríamos assim, rapidamente, por um passe de mágica, uma nova metalinguagem quase pronta, uma conceptualização duplicada: bastaria acoplar o prefixo ‘psico’ ou adjetivar de ‘inconsciente’ todos os conceitos vagarosa e arduamente lapidados pela teoria semiótica. Comodidade excessiva, por isso, fortemente suspeita.

A forte suspeição encontraria toda sua amplitude se, ao invés de serem recriminadas as teorias da linguagem por não acatarem o estatuto do inconsciente, invertêssemos o problema na forma das seguintes questões: (a) a psicanálise já conseguiu tirar todas as conseqüências epistemológicas do postulado lacaniano de que o inconsciente se estrutura como uma linguagem? (b) sendo estruturado tal qual uma linguagem, já se questionou ela (em nível epistemológico e metodológico de sua descrição) sobre a pertinência de continuar opondo consciente *vs.* inconsciente, à vista do estágio atual do conhecimento em teoria da linguagem?

Bem, as conclusões atuais de nossa leitura concernente a isso pendem pela negativa. Os comentários que seguem procuram então justificar tais conclusões, ao mesmo tempo em que pedem as costumeiras reservas, quanto mais não seja para ao menos minimizar eventuais injustiças, omissões ou insuficiência de leitura e interpretação.

OBS. Estamos convencidos da urgência de estudos aprofundados sobre a delicada questão do estatuto do inconsciente, perante os fenômenos psíquicos da natureza humana e frente aos avanços da teoria semiótica

quanto à sua proposição do *percurso gerativo da significação*. Para esta teoria, a estrutura actancial que comanda toda narrativa, toda a produção significativa humana, é considerada como podendo explicar o imaginário humano, seja no nível individual, seja no nível coletivo, nas manifestações discursivas *lato sensu*. No entanto, limitamo-nos, no que vem a seguir, a comentar apenas a estratégia metalingüística da psicanálise lacaniana, sobre a oposição consciente *vs.* inconsciente. Em seguida, introduzimos o modo como a teoria semiótica se prepara para a descrição semântica dos ‘estados de alma’ do sujeito passional. Tais limitações se justificam frente ao nosso escopo principal neste estudo: explanar as *posições* da teoria semiótica frente à semiologia, à crítica cinematográfica e, agora, à psicanálise, no exame das condições de descrição da linguagem cinematográfica. Mesmo estando ciente de que começa hoje a ganhar corpo uma discussão teórica entre o método psicanalítico e o método semiótico de descrição dos estados passionais do sujeito da enunciação, se tivermos a sorte de conseguir explicitar aqui, com alguma fidelidade, a posição de cautela com que a teoria semiótica se prepara para entrar nesse campo psíquico tão delicado em si e, ao mesmo tempo, fortemente velado pela psicanálise (o inconsciente), teremos certamente satisfeito grande parte de nossos objetivos.

A metalinguagem de Freud

Vários autores sustentam que uma ciência somente se inicia quando começa a empenhar-se na construção de uma metalinguagem descritiva. Ela passa a figurar não apenas como economia de meios, e de comunicação, mas como a própria tentativa de *construção* de seus objetos, por meio de *conceitos operatórios*.¹⁰ Diante disso, temos de concordar com o fato de que Freud iniciou efetivamente uma ciência, ou, antes, imprimiu na psicanálise o selo da vocação à cientificidade.

Sustenta-se também que uma ciência só progride e se consolida quando essa metalinguagem em aprimoramento e expansão ultrapassa o estágio de ‘terminologia’ operatória para o de uma *conceptualização* rigorosa e explícita de sua metodologia. Se assim é, desta vez teremos de reconhecer que os discípulos de Freud, Lacan inclusive – como tentaremos justificar adiante – estão ainda longe de fazer prosseguir o trabalho daquele em elevar a psicanálise ao estatuto de uma ciência.

Com efeito, mesmo sem precisarmos entrar em detalhes nos textos de Freud, para tentar demonstrar seu empenho da construção de metalinguagem específica à psicanálise, é possível entender que sua terminologia de exploração tenha passado por largo estágio metafórico e fortemente heterogêneo. Freud não

¹⁰ Cabe ser aplicada a “conceito operatório” a definição que Greimas e Courtés (1979: 262) introduzem quando se referem a um conceito ou uma regra que permita exercer um fazer científico aparentemente eficaz, mesmo se ainda insuficientemente definido.

hesitava em buscar de filósofos, de poetas, das etimologias populares, dos mitos antigos, das escrituras sagradas, onde quer que estivessem, os conceitos instrumentais de que necessitava. Bastava terem alguma capacidade para lexicalizar seus esforços de apreensão de fenômenos psíquicos (inconscientes). Por mais que lhes fosse negada a legitimidade por filósofos, médicos ou psiquiatras de então, eram para ele de evidência gritante, a lhe tombar pesadamente nos ombros.

A dimensão do universo psíquico que descortinava – o qual precisava explicar o mais rápido possível, e com os meios descritivos disponíveis na época – era tamanha, que teve de arcar, praticamente sozinho, com todo o peso de uma retro-leitura da história inteira da humanidade, até a reconstrução da ‘cena primeva’, sob o viés de seu novo *insight*, o das leis do inconsciente. Ora, à parte a nobreza das suas preocupações no nível social, no desvendamento da origem dos mitos, das religiões, das sociedades, a partir do novo ângulo de enfoque; à parte igual nobreza das suas preocupações terapêuticas, no nível individual, na tentativa de dar soluções mais satisfatórias a dramas psíquicos sempre prementes, é possível dizer que o conhecimento progressivo desse universo, em cuja busca Freud mergulhara com o melhor de seu fôlego, encontrou uma forte limitação: a sua convicção de que só a prática terapêutica lhe poderia trazer os subsídios empíricos capazes de estatuir legítima e cientificamente os seus achados.

Um dos receios que mais preocupava a Freud, nas suas discussões com filósofos e psiquiatras de sua época, era o de que sua disciplina fosse tida como alta especulação. Isso o faz procurar a justificação do inconsciente – como hipótese “necessária e legítima”, nos seus famosos textos *metapsicológicos*, espécie de núcleo duro da psicanálise (1973/1915: 2061) – na observação dos dados empíricos coletados nas suas análises terapêuticas. Curvando-se, pois, ao pensamento empírico e positivista da época sobre a cientificidade, conclui que só o êxito da terapia é capaz de legitimar cientificamente (porque empírica) a sua ‘leitura’ dos fenômenos psíquicos (inconscientes).

As dificuldades surgem, no entanto, quando Freud procura ultrapassar esse estágio de observações empíricas – em que consegue delimitar e denominar alguns fenômenos, leis e instâncias psíquicas (recalcado, inconsciente, pré-consciente, complexo de Édipo, narcisismo, id, ego, superego, arrolados aqui em desordem) – e tenta organizá-los de modo *sistemático*. É conhecido o conjunto das hesitações de Freud quando procura estender o alcance do conceito de inconsciente que, quando operado num nível que chamava “descritivo” ou “qualitativo” parecia satisfatório, mas que, ao ser transposto para um nível “dinâmico” ou “sistemático”, acabava por trazer complicações (*cf.* “O Ego e o Id”, 1973/1923: 2701-28). Essa hesitação se apresenta por vezes sob a forma de resignação: “temos de nos resignar com o equívoco que há de representar empregar os termos « consciente » e « inconsciente » algumas vezes em sentido

descritivo e outras vezes em sentido sistemático, quando sejam expressão da pertença a determinados sistemas e da posse de certas qualidades (1973/1915: 2065). Ou então se deixa ver sob a forma de incerteza, mormente quando suas reflexões sobre como inscrever as representações conscientes e inconscientes numa “tópica” do espaço mental levam-no a admitir a eventualidade do questionamento de suas formulações: “Quem sabe mais adiante (...)descubramos que nossa colocação da questão tenha sido insuficiente e que a diferenciação das representações conscientes e inconscientes tenha de ser determinada de *forma completamente distinta* (p. 2067).

Queremos crer que essa hesitação, resignação ou incerteza de Freud ao menos têm de ser qualificadas de salutares, na medida em que não bloqueiam o trabalho investigador da psicanálise, ao prenunciar a possibilidade de novos ajustes que o conceito de inconsciente poderia exigir ao passar do estágio *operatório* para aquele de uma *definição conceptual* rigorosa, isto é, ao permitir entrever que o critério de consciência/inconsciência possa deixar de ser útil e pertinente na construção de uma representação estrutural e sistemática da mente.

*A metalinguagem de Lacan*¹¹

O esoterismo da estratégia discursiva ou do estilo de Lacan é sempre objeto de muitas controvérsias e das mais diferentes interpretações. Algumas delas, procurando enaltecê-lo, chegam a identificá-lo à própria condição de cientificidade. O hermetismo, os torneios quase ininteligíveis seriam então o preço a ser pago. Outras leituras preferem ver no discurso lacaniano uma estratégia de eficácia: tal como o abracadabra do feiticeiro, não é entendido, mas funciona. A imensa quantidade de discípulos o atestaria sobejamente. Outras interpretações ainda vêem nesse esoterismo um modo propedêutico de *reproduzir* em fac-símile, num grau anagógico de meta-discurso, o próprio discurso do inconsciente, imitar suas incongruências, suas homofonias, suas contradições, tudo suportado pelos grandes mecanismos da metáfora e da metonímia (condensação e deslocamento).

Há ainda um ou outro pensador que mistura mais de uma razão, conseguindo por vezes, se não legitimar o discurso do psicanalista, pelo menos acentuar ainda mais o esoterismo que o funda. Assim, talvez poderíamos aceitar de bom grado um momento da interpretação de Althusser (1964: 241): “tendo que ensinar a teoria do inconsciente a médicos, analistas ou analisados, Lacan dá-

¹¹ Nossa intervenção se limita aqui a um exame breve da estratégia metalingüística, ou do *estilo* do discurso lacaniano. Por dois motivos: o caráter acentuadamente ‘esotérico’ do seu discurso, freqüentemente admitido por seus discípulos e admiradores mais próximos – e assumido até por ele próprio – impede que nos alonguemos sem grandes riscos de injustiças ou distorções. A intervenção só se justifica por permitir-nos indicar algumas posições que, segundo nossa interpretação atual, a teoria semiótica toma frente ao estilo de seu discurso investigador.

lhes, na retórica da sua palavra, a equivalência em mímica da linguagem do inconsciente, que é, como todos sabem, na sua última essência, «*Witz*», «*calembour*», metáfora falhada ou conseguida”. Mas não podemos concordar em considerar esse modo ‘pedagógico’ – sendo a metáfora presumida como a última essência do inconsciente – como um modo *científico*, atribuível ao analista: “Lacan não pensa nada mais do que os conceitos de Freud, dando-lhes a forma da nossa cientificidade, a única cientificidade que *existe*” (251 – itálicos no original).

A tais interpretações do discurso lacaniano por Althusser, não vemos outro modo de classificá-las a não ser como contraditórias, ao assimilar o discurso científico ao discurso propedêutico, de caráter metafórico. E também como desatualizadas, ao ver nessa assimilação “a única cientificidade que existe”. Ora, as informações disponíveis sobre a busca de um discurso científico para as disciplinas humanísticas já indicam algumas conquistas expressivas. Estas fazem supor não ser nada aceitável considerar científico um discurso que não se ponha a alguma distância objetivante perante seu objeto de conhecimento (o inconsciente), que se deixe arrebatado por ele, por suas coerções. Ao que parece, os esforços mais intensos das teorias da linguagem incidem justamente num caminho contrário: o de *criar* essa distância objetivante – por meio de metalinguagem interdefinida em seus conceitos – que permita ao menos driblar essa condição da condição humana: estarmos imersos na mesma linguagem, a que se analisa (o inconsciente) e a que analisa (a metalinguagem).

Não restam mais dúvidas de que os grandes méritos de Lacan foram o retorno aos textos freudianos e a insistência em destilar neles o que de mais caro a sua psicanálise pareceu sustentar: a hipótese de que o inconsciente se estrutura tal qual uma linguagem. Assumida a hipótese, a presença da *lettre* no seu discurso toma prioridade. E também seu empenho em alertar os discípulos quanto à necessidade de conhecimento sobre a linguagem, ainda que mínimo (*cf.* 1966: 198-199). Mas todo o empenho de Lacan em mostrar a estrutura linguageira do inconsciente – e que só pode ser acompanhado com interesse pela semiótica – não basta para esta compartilhar seu modo de projetar uma psicanálise científica.

O modo pelo qual a teoria semiótica se prepara para se acercar a problemas comuns com a psicanálise (*cf.* adiante) leva-nos a pôr fortes restrições ao projeto lacaniano: (a) restrição à sua estratégia discursiva a qual, pela própria definição de discurso científico, não pode se pretender científica; (b) restrição à sua concepção de linguagem, muito restrita e rebatida quase sempre ao conceito de *significante*, não obstante o valor geral da hipótese maior; (c) restrição sobre a pertinência da oposição consciente *vs.* inconsciente, sobre a qual praticamente se suporta todo o discurso psicanalítico em geral, justamente pelas divergências de concepção sobre a linguagem.

A retórica de Lacan

Tentemos justificar brevemente tais restrições. Com efeito, foi visto acima que uma das possíveis interpretações do discurso lacaniano insiste sobre sua procura de eficácia. Poderíamos traduzir essa eficácia, numa perspectiva semiótica, como a obtenção de um “efeito de sentido de verdade”, que visa a adesão do destinatário, sua assunção, seu ‘arrebato’, por meio de tipos particulares e persuasivos de manipulação.

Como Greimas nos informa (1978a: 218) o próprio Lacan defende que a estratégia de veridicção de seu discurso repousa sobre um caráter propositalmente *secreto* “para ser aceito como verdadeiro”. Essa manipulação, que Greimas chama de *camuflagem subjetivante*, define-se como a posição do quadrado semiótico na dêixis do /NÃO-PARECER + SER/ da categoria modal da veridicção. Ora, completamente outra é a posição modal do discurso científico. Concebido como *camuflagem objetivante*, este ocupa a posição que subsume o /SER + PARECER (verdadeiro)/ da categoria modal veridictória. Como tal, o discurso científico tem isso de particular: procura fazer desaparecer “todas as marcas da enunciação e da estrutura da comunicação”. Projeta para fora do sujeito da enunciação, isto é, joga toda a ‘responsabilidade’, por assim dizer, da manipulação veridictória para as próprias relações interdefinidoras dos conceitos. O fato de ambos os procedimentos serem igualmente camuflagens e igualmente manipulações veridictórias não impede que suas atitudes epistêmicas sejam rivais, fortemente distintas, e “contraditórias”.

Esses breves comentários talvez já sejam suficientes a nos permitir dizer que o discurso lacaniano não tem vocação à cientificidade. Assume como procedimento veridictório a posição modal do *segredo*, semelhante aos discursos religiosos, como uma espécie de “substituto moderno do ‘discurso em parábolas’ de Jesus” (GREIMAS, 1978a: 218). Desse modo, não vemos como ele poderia descrever cientificamente a estrutura da linguagem do inconsciente, como o quer Althusser.

Talvez seja mesmo tal atitude epistêmica que tenha feito Lacan permanecer unicamente com o diagrama saussuriano do signo para todas as suas ilações sobre a linguagem. Permaneceu imune aos fluxos das teorias da linguagem que se espalhavam ao seu redor e que imprimiram evolução significativa ao diagrama sígnico. Talvez seja essa atitude epistêmica que também o levou à supervalorização das grandes figuras da Retórica antiga, a metáfora e a metonímia, bem ao agrado dos discursos de caráter esotérico e secreto. Isso o levou a reduzir a linguagem, e por conseqüência o inconsciente, a elas, dificultando assim o entendimento de que não passam de simples procedimentos languageiros (semióticos), não obstante fundamentais, como tantos outros. Talvez seja ainda essa posição modal cognitiva do segredo, a exigir sempre, como condição de sua consecução, a existência de zonas de ‘mistério’, de

‘inefável’ que o tenha deixado imune a uma certa suspeição: de que a manutenção do inconsciente (e do critério consciente *vs.* inconsciente) acabe funcionando aí como licença poética a liberar quaisquer evoluções metafóricas do seu discurso investigador, e pensá-las como metodologia de acesso ao psiquismo.¹²

A semiótica das paixões

As pesquisas semióticas privilegiaram durante quase uma década (anos 70 do século passado) o desenvolvimento da estrutura actancial, voltada ao *fazer* do sujeito. Isso permitiu consideráveis avanços de conhecimento sobre as modalidades (/QUERER, PODER, SABER e DEVER-FAZER/), sobre a *competência modal* do sujeito para a constituição da *semiótica da ação* e da *manipulação*. Ao final década, solicita-se um “certo reequilíbrio”, na expressão de Landowski (1979: 7): do fazer do sujeito, as pesquisas incidem a atenção sobre o *ser* desse sujeito, ou seja, sobre a sua *existência modal*.

Reequilíbrio que a teoria já estava em amadurecidas condições de estabelecer, sem se deixar ameaçar pelos riscos, grandes e sempre receados, de acabar retrocedendo ao psicologismo caracterológico que dominou grande parte das análises textuais da década anterior. Coube à teoria, desde então, responder com mais propriedade por que suas definições actanciais, do sujeito, foram até então desprovidas de ‘interioridade’; por que razão as próprias escolhas metalingüísticas (actante, competência, performance...) foram conceptualizadas sob a égide do *fazer*.

Se dizemos que a teoria semiótica se encontra hoje em condições de começar a teorizar, à sua maneira, a tal interioridade do sujeito – isto é, de se projetar enquanto *semiótica das paixões* ou semiótica do sujeito passional – isso não significa abandono de seus postulados mais caros e duramente conquistados: de que o sujeito só se constrói e se ‘preenche’ no cruzamento de um conjunto de relações que monta a estrutura do discurso. Por todo o respeito que a teoria tem para com os sistemas filosóficos de abordagem das paixões (Kant, Descartes, Hume, Espinosa e outros), ela se presume o direito de evitar soluções ‘essencialistas’ ou ‘ontológicas’ dadas ao sujeito. Julga-se no direito de conceber seu sujeito semiótico liminarmente como um conjunto de determinações *imanescentes* à linguagem, nada fora da linguagem.

Também não se trata, como diz Landowski (1979: 4) “nem de uma louca pretensão nem de algum capricho”; ao contrário, baseada nas suas hipóteses mais sólidas (percurso gerativo, quadrado semiótico, estrutura actancial), ela é,

¹² É escusado dizer que tais observações não querem adentrar a seara clínica, a eficácia de uma análise clínica ou o que quer que seja. Situam-se liminarmente em nível epistemológico de discussão, no nível da construção (científica) de uma teoria.

por assim dizer, *conservadora* : preserva seu modo de leitura dos fenômenos passionais , sob o viés das estruturas de discurso. E não se pode negar-lhe nisso ao menos o mérito de aumentar a legibilidade desses mesmos fenômenos. A semiótica das paixões (do /SER/ do sujeito, da sua existência modal) inscreve-se, pois, como prolongamento natural da semiótica da ação (do /FAZER/ do sujeito, da sua competência modal). Ela foi provocada a partir das análises abundantes da manipulação. Estas desvendaram, aos poucos, o campo meio encoberto de um sujeito ‘manipulado’, concebido como intérprete da atividade cognitiva, pragmática e tímica do sujeito manipulador, (não obstante essas duas posições actanciais poderem estar sincretizados num mesmo ator). Noutros termos, partiu-se de algumas incursões e posições de princípio procurando indicar que “as paixões seriam efeitos de sentido produzidos pela leitura das ações” (GREIMAS, 1978b: 2). A semiótica das paixões é, pois decorrência lógica de um projeto de conjunto que é o conhecimento progressivo da estrutura actancial da narrativa.

Dado o fato de que as pesquisas são recentes, não é possível saber quais estratégias melhor poderão guiar a investigação do estado passional do sujeito da enunciação. Greimas insiste em que ela não poderá se desenvolver se não for acompanhada por um exame “mais aprofundado da teoria das modalidades” (p. 4). Outros autores, como H. Parret (1982: 37), tentam já de saída a constituição de uma *tipologia* das paixões, de caráter fundador. Outros ainda preferem ver nesta última direção um excesso de ousadia e prematuridade. Criticam-na por ser tentada a partir do tratamento filosófico das paixões, as quais a semiótica prefere evitar, por razões epistemológicas (parcialmente já comentadas acima). Estes autores críticos da filosofia, aí incluindo Fontanille, Courtés, Maurand, Picard, e mesmo Greimas, preferem abordar as paixões a partir da sua manifestação em discurso, e não a partir de uma tipologia de fundo filosófico. Elas se dariam como sintagmas narrativos ou então como manifestação lexicômica de dicionário: a avareza, a indiferença, a vingança, a cólera, a confiança, para mencionar algumas.

Esta última opção, que se caracteriza como um estudo de semântica lexical, parece uma saída fecunda e operacional. É também através dela que nos permitimos sugerir agora alguns pontos de contato e de convergência entre a semiótica das paixões e determinadas investigações psicanalíticas de Freud.

O paradigma saussuriano

O modo como Greimas (1981) conduz o estudo de semântica lexical do lexema *cólera* faz-nos ver que esta paixão não envolve um sentimento simples, mas se deixa ver como uma “configuração passional”. Mesmo tratando-se, por assim dizer, de uma simples palavra, cólera recobre um verdadeiro programa narrativo, de natureza sincopada. Isto faz Greimas proceder à sua análise por

meio de “aproximações lexicográficas”: cólera se apresenta como uma seqüência que comporta uma sucessão de «frustração → descontentamento → agressividade». O exame de cada segmento o leva a alargar o campo de aproximações. A frustração, assim, já se mostra ela própria como um estado passional fortemente modalizado, que tem origem numa “expectativa”. Esta pode ser de natureza pragmática (ex. a espera de um objeto de valor) ou fiduciária, esta mesma já inscrita “num fundo de tela anterior que é a *confiança*” (1981: 12). Por sua vez, o descontentamento pode ser aproximado a parassinônimos como rancor, amargura, ressentimento, ofensa.

Entre outras constatações fortemente sugestivas da sua análise, merece destaque a que sublinha que um sintagma passional não se constitui necessariamente como encadeamento causal completo: o curso sintagmático de uma configuração passional pode parar em qualquer estágio da seqüência e dar origem a estados passionais outros, identificáveis por análise. Assim, a insatisfação pode se atenuar em resignação, a malevolência pode progredir em hostilidade, a vingança pode permanecer no estágio de rancor, ou então ‘desviar-se’ para o perdão “sem que portanto toda essa montagem passional leve a um fazer” (p. 22).

A partir de constatações como essa, talvez não se torne ilícito imaginar um exame das paixões a partir de um percurso gerativo modal, na forma de pressuposições lógicas. Paixões ‘simples’ sofreriam sobredeterminações modais e direcionamentos actanciais (para o outro ou para si), convertendo-se em paixões ‘complexas’, a cólera, por exemplo. Não é difícil imaginar, a partir disso, que os mais diferentes estados passionais do sujeito possam ser apenas uma ‘parada’ (nos casos patológicos, uma ‘fixação’) em determinada posição modal desse percurso e sua emergência à manifestação propriamente dita (seja ao modo ‘somático’, seja ao modo ‘verbal’). O sujeito passional poderia ser definido então como o sincretismo de um conjunto de posições modais, explicitável pela análise descritiva.

Estes breves comentários sobre a análise greimasiana da cólera quiseram privilegiar, de propósito, apenas o elenco de alguns lexemas que cobrem estados passionais associados dentro de um mesmo campo semântico. Queremos ressaltar, com isso, que Greimas empreende, na verdade, a exploração do *eixo paradigmático* do lexema cólera ou, como diz o autor, a inscrição da cólera “numa paradigmática de formas comparáveis” (1981: 26).

Trata-se efetivamente de demonstração particularmente feliz de que o eixo das “relações associativas” de Saussure não mais precisa permanecer adstrito ao caráter de analogias mais ou menos intuitivas, no seu componente semântico, tal como foi formulado. Ele se torna suscetível de começar a receber pouco a pouco uma explicação de cunho científico, visto que a explicitação dos seus termos associados, sob a égide de pressuposições lógico-semânticas e modais

hierarquizadas. O método da *catálise*, formulado por Hjelmslev (1971a), substitui assim, com vantagem, as analogias mais ou menos intuitivas.¹³

A « associação livre » de Freud

Não precisamos nos prevalecer apenas da feliz convergência de termos (associação livre/relações associativas) para uma aproximação entre Freud e Saussure. Também não importa advogar para um ou outro a precedência da formulação no tempo. Imperioso é notar que são atitudes epistêmicas homologáveis entre o pai da psicanálise e o pai da lingüística moderna.

De um lado, Saussure formula sua hipótese do eixo paradigmático, cujas características poderiam ser facilmente subscritas por Freud: ele se dá “fora do discurso”, bem entendido, fora do sintagma; as palavras se associam “na memória” fazendo surgir “inconscientemente diante da mente uma legião de outras palavras”, todas tendo “algo em comum entre elas” e que se encontram aí *in absentia*, numa série “mnemônica virtual” (1969: 171).

Por sua vez, as observações de Freud sobre associação livre permite interpretar que se tratava de uma regra discursiva, solicitada ao analisando, na qual se pedia que não se preocupasse em montar um discurso concatenado, explícito, coerente, bem arranjado sintagmaticamente. O analisando tinha de ficar ‘fora’ desse tipo de discurso (consciente) e deixar-se perder (sem resistências prévias) no labirinto das associações, chamadas, por isso, ‘livres’, as mais obtusas que lhe pudessem vir à mente. Tratava-se, pois, lingüisticamente falando, da exploração do eixo paradigmático, sem a preocupação de qualquer concatenação (que ficaria a cargo do analista). Ao analisando bastava deixar seu discurso ir à deriva, deixar as associações (paradigmáticas) proliferarem à exaustão, porque elas seriam suficientes para denunciar os conteúdos implícitos (latentes) capazes de permitir ao analista descobrir a situação (inconsciente) do analisando.

Fazendo par com a regra da associação livre, a cargo do analisando, caberia ao analista efetuar uma leitura “equiflutuante” dos dados em associação apresentados. Caberia manter uma “atenção flutuante” pela qual não lhe seria permitido privilegiar um ou outro conteúdo, já que a atenção focalizada poderia eventualmente fazê-lo ceder aos seus próprios preconceitos, fazê-lo “substituir pela própria censura a escolha que o paciente renunciou” (FREUD *in* LAPLANCHE & PONTALIS, 1979: 74).

¹³ Greimas e Courtés (1979: 33) definem a catálise hjelmsleviana como a explicitação de elementos elípticos com a ajuda dos elementos contextuais manifestados e graças à pressuposição que estes têm com os elementos implícitos.

Além disso, lembrando-nos de que os melhores exemplos de associação livre, ou de atenção flutuante, estão contidos, em sua grande maioria, nas próprias auto-análises freudianas, isto é, na análise dos seus sonhos, presumimos lícito interpretar, do ponto de vista semiótico, com o que segue. É possível que a intuição aguda de Freud buscasse cercar algumas « isotopias » as quais, dissimuladas no texto manifesto, estavam contudo bem presentes numa instância mais profunda (inconsciente), de forma implícita. E dada sua hipótese central de que as neuroses tinham sua etiologia em alguma distorção de natureza sexual, Freud procurava encontrar, no paradigma associativo dos falantes em análise, os elementos, aparentemente ‘livres’ e dispersos, capazes de configurar o que poderíamos nomear de *isotopia da sexualidade* e manter nela uma leitura (e diagnóstico) coerente.

Semiotização do inconsciente

Mesmo detendo aqui os comentários, chama a atenção poder constatar a convergência de atitudes entre a exploração paradigmática, prevista no método da associação livre de Freud, e a pequena mostra da análise paradigmática do lexema cólera, por Greimas. Por outro lado, também vale constatar a mesma proximidade quando comparamos a leitura isotópica dos textos oníricos freudianos e a análise isotópica que Greimas empreende, por exemplo, em *Maupassant* (1976a). O que as diferencia fortemente são os meios descritivos: uma apóia-se na leitura hermenêutica de cunho intuitivo, lançando os conteúdos profundos (latentes) para um universo ‘inconsciente’, enquanto que a outra, apóia-se numa descrição científica, dispõe os conteúdos ao modo de uma hierarquia de pressuposições lógico-semânticas explicitáveis. O inconsciente freudiano poderia, pois, encontrar tradução científica segundo o modelo da hierarquia de pressuposições lógico-semânticas da teoria semiótica. E as ‘forças’ (conceito difícil de lidar) que operam nele (recalque, resistências, censura...) poderiam ser explicitadas como programas narrativos modais da estrutura actancial. É essa perspectiva que entendemos quando, em *Sémantique structurale* (1966: 191), Greimas confessava que gostaria de ver a psicanálise ultrapassar o estágio intuitivo de observações e de denominações um tanto míticas (Édipo, Narcisismo, pulsões, libido) e se construir como “teoria de modelos de análise, tanto actanciais quanto transformacionais”.

Talvez sejam interpretações também próximas que levem M. Arrivé (1982: 17) a afirmar parecer certo que Freud tenha tentado nada menos que uma “semiotização do inconsciente, uma construção do inconsciente sob o modelo da língua, ao menos tal como a entendia”. Uma semiotização do inconsciente, assim entendida, não deveria espantar os psicanalistas, nem levá-los a enxergar nisso mais uma ‘redução lingüística’.

Mesmo toda a insistência de Freud, no início da psicanálise, em legitimar a hipótese do inconsciente, não parece entrave à sua superação num nível meta-teórico de formulação. Ele mesmo, nos seus últimos textos, minimizava o impacto da hipótese – necessário à época da formulação. Chega a admitir que a teoria das três qualidades do psíquico (consciente, pré-consciente e inconsciente) “não é absolutamente uma teoria, mas sim um primeiro inventário dos fatos de nossas observações, que se mantém tão preso a esses fatos quanto possível e não tenta explicá-los” (1974: 34-35).

Os lingüistas e semioticistas vêem cada vez mais claro que, a partir de Saussure e da sua concepção de linguagem, “a categoria dicotômica da consciência opondo-se ao inconsciente não é mais pertinente nas ciências do homem” (GREIMAS, 1966: 190). Talvez por isso caiba a tarefa de conseguir comunicar teoricamente isso, e interdisciplinarmente, ao campo psicanalítico; talvez caiba mostrar a economia de tal constatação para a descrição científica de seus objetos.

Admitamos, pois, que, com sua concepção de estrutura da língua, Saussure permitiria a superação do inconsciente freudiano (absorvendo-o como conjunto de estruturas modais específicas). Mas, em contrapartida, as análises semânticas de Freud, sua preocupação em atravessar o texto manifesto – fosse ele verbal ou somático – para buscar em imanência os conteúdos (latentes) denunciadores do estado patológico de seu analisando, revelam uma atitude de superação da concepção simplista do signo saussuriano, na qual algumas semiologias insistiram outrora em manter suas análises, justo porque definiam linguagem como sistemas de signos. As intuições freudianas corroboram, portanto, as descobertas da semiótica de encarar os signos manifestados apenas como ‘pontos de marcação’ de uma estrutura semiótica (dramática) capaz de definir o estado passional do ser, do sujeito, enfim, estrutura *imane*nte ao discurso.¹⁴ Nesse sentido, o caráter prospectivo do pensamento greimasiano, mencionado como epígrafe geral a este estudo, não mais parecerá insólito, nem voto inconseqüente de utopia.

Portanto, a hesitação do semioticista em aceitar a pertinência da oposição consciente/inconsciente pode, por meio de ajustes metodológicos, como os perseguidos aqui, ser convertida em relativa certeza. Tal dicotomia pode ser superada na descrição dos estados passionais. Os processos primários da

¹⁴ Estamos cientes do caráter fragmentário das aproximações aqui levadas entre a psicanálise freudiana, a lingüística e a semiótica. Mas elas não poderiam mostrar-se de outra forma, de vez que, mais do que provar sua legitimidade, nosso intuito é o de sugerir sua importância para eventuais estudos que procurem aprofundar o tema (Esse tema foi prolongado e desenvolvido, posteriormente a este estudo, em nossa tese de doutorado, de 1992, publicada em 2000: *Inconsciente et verbum. Psicanálise, semiótica, inconsciente, estrutura*. São Paulo, Humanitas, bem como em nossas publicações posteriores).

condensação e do deslocamento – ao que parecem, suportes básicos das análises cinematográficas de cunho psicanalítico – podem ser vantajosamente interpretados na forma de programas narrativos modais. Embora sutis, dissimulados ou distorcidos, tais programas não deixam de ser suscetíveis de análise e explicitação por meio do refinamento das pesquisas sobre a semiótica das paixões.

Tais pesquisas configuram, pois, um imenso campo semântico (passional) que concerne à significação global de uma linguagem qualquer e cuja descrição é tarefa em vista. E como a semiótica faz questão de elaborar suas hipóteses tendo por garantia o texto, talvez uma *semiótica do cinema* possa dar seu quinhão. Pois, dada sua decantada ‘proximidade’ com o imaginário humano, o cinema se mostra como um palco natural, onde o espetáculo das articulações modais pode ser detectado com mais transparência. Noutros termos, a descrição de seu plano da expressão, visivelmente rico, pode talvez consignar com maior economia e destreza as articulações semióticas da competência e da existência modais do sujeito da enunciação.

PARTE II – SEMIÓTICAS SINCRÉTICAS

CAP. 4 NÍVEIS DE ESTRUTURAÇÃO : O PERCURSO GERATIVO E A MANIFESTAÇÃO

Introdução

As posições de princípio, examinadas até aqui, já nos parecem suficientes para afirmar que um estudo semiótico sobre o cinema tem outro curso que o das críticas e das teorias estéticas do cinema, como também da semiologia da imagem e da psicanálise. É claro, porém, que isso não significa afastamento total nem rejeição absoluta de seus achados. Mesmo porque eles próprios já ofereceram algumas pistas que consideramos úteis de seguir.

Com efeito, entre os críticos do cinema, temos um J-P. Lebel (1975: 84), por exemplo, para quem o sentido dos elementos do filme só é dado pela sua “posição relacional em função do conjunto dos elementos que formam o filme”. Segundo ele, “a importância relativa de cada elemento em relação aos outros e em relação à estrutura do conjunto varia sensivelmente segundo um jogo de mediações extremamente complexas, através do qual tem interesse seguir o caminho do ‘sentido’ de cada filme”. É certo que Ismail Xavier (1977: 130) – num trabalho elegante e bem balanceado das correntes estéticas e críticas do cinema – tem toda razão quando diz que isso se trata de hipótese “extremamente genérica” que erige um “princípio estrutural de fácil aceitação”. De fato, como ele próprio insiste, limitar-se a noções do tipo “é o conjunto de relações instaurado pela organização do filme, como totalidade, que confere um determinado sentido a cada uma de suas partes” é ser genérico demais e acrescentar muito pouco ao imediato e evidente (*ibid*). Mesmo porque, esses tipos de formulações aproximam-se bem daquele, já caricaturizado, do « tudo se tem no todo ». Quanto mais porque, quando Lebel procura desenvolver seu pensamento sobre o modo da organização proposta, da inter-relação entre os elementos, ele se limita a encará-lo como o resultado de contínuas “relações dialéticas”. Mas não cuida em especificar exatamente o que quer dizer com isso, como se tal tipo de relação já estivesse consensualmente inserido e garantido nas disciplinas que tratam do problema da significação.

Não obstante sua generalidade, e as críticas contra ela, não se pode concluir que o princípio de que cada elemento tira o seu valor, sua significação, pela posição que ocupa na organização geral de um texto seja demérito teórico. A Semiótica o aceita como princípio básico, a partir de Saussure, embora, bem entendido, não se satisfaça com sua simples menção.

Nesse sentido, o trabalho cujas pistas estamos propondo indicar visa precisamente lançar um pouco mais de luz sobre a dinâmica das relações internas entre os elementos da linguagem cinematográfica. Noutros termos, visa explicar (= apresentar modelos parciais) o modo de presença e de funcionamento do conjunto dos códigos e subcódigos – chamemo-los, por enquanto, visual, sonoro, cromático, enquadramento, angulação, montagem,...) – que compõem essa semiótica pluricódica que é o cinema. E, para levar adiante tal empresa, o problema central com que deparamos é inicialmente averiguar em que instância do processo global da construção da significação se dá o arranjo dos códigos e subcódigos.¹⁵

Se a significação construída num texto cinematográfico é uma significação *sui generis* ou se é construída mais ou menos uniformemente para quaisquer linguagens até certo nível de profundidade, para depois receber as características (os efeitos) próprias à natureza distinta dessas linguagens, eis um conjunto de questões cujo exame nos cumpre efetuar e sobre o qual nos cabe lançar algumas hipóteses de trabalho.

O projeto greimasiano

Várias razões fazem-nos considerar mais útil submetermo-nos inteiramente, numa primeira etapa, ao projeto da semiótica greimasiana.¹⁶ Nessa perspectiva, concebemos que a produção humana significativa, seja qual for a natureza material da sua expressão, se deixa descrever como um *percurso* conceptual que parte de estruturas simples, em profundidade, em direção a estruturas complexas, quanto mais se aproxima da superfície da manifestação concreta. Sem que os qualificativos ‘profundo’ e ‘superficial’ conotem qualquer hierarquia de valor, mas tão somente distinção de lugares de exercício descritivo, a teoria greimasiana, numa primeira formulação, procurou explicitar tais estruturas distribuindo-as em três níveis de profundidade (*cf.* GREIMAS, 1970: 135-55)

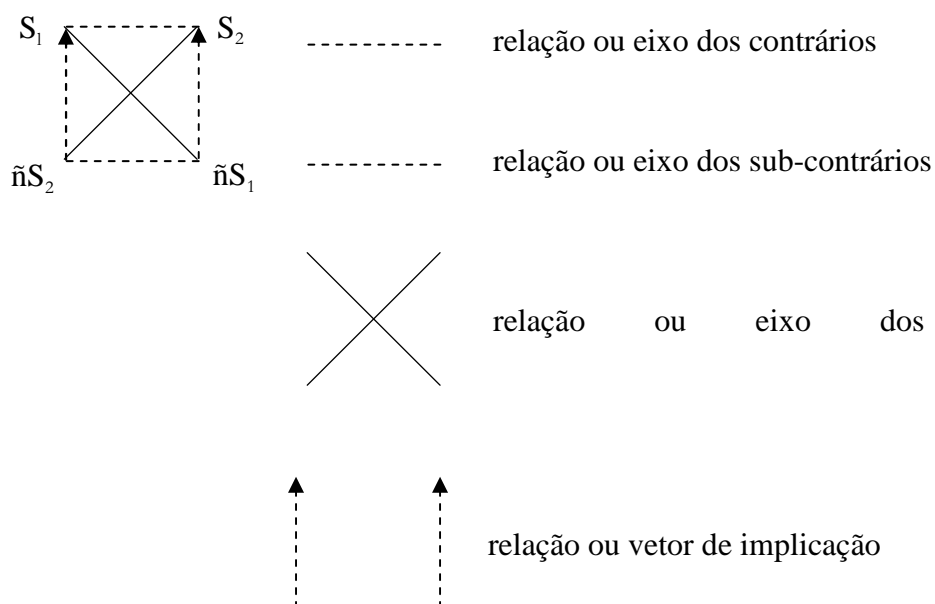
¹⁵ Num estágio mais avançado deste trabalho procuraremos discutir mais longamente essas denominações códicas. Para o momento, definiríamos aqui um código como uma micro-linguagem que, em conjunto com outras, comporia a (macro-)linguagem do cinema.

¹⁶ A adoção proposital do projeto greimasiano deve-se basicamente a dois fatores: (a) é uma das poucas teorias semióticas que atravessa, com amadurecimento crescente, um estágio de prolongamento de suas descrições em vários campos da significação. Evolui e reitera-se a cada nova produção, sem se construir como ‘nova’ teoria a cada objeto examinado; (b) nossa formação teórica sempre esteve ligada a tal teoria, e não pretendemos neste trabalho deixar-nos levar por qualquer euforia de ‘dissidência’. Esta pode até ocorrer, aqui ou ali, localmente, mas desde que seja pelos resultados obtidos no decorrer da pesquisa.

O nível profundo.

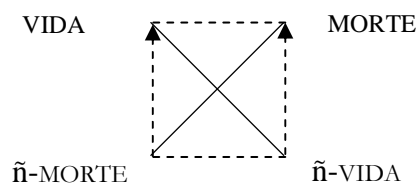
Considerado como instância de onde tudo parte (*ab quo*), quanto à instauração da significação, pode-se conceber esse nível como articulado pelas *estruturas elementares da significação*, as quais “ao que saibamos (...) têm um estatuto lógico definível” (p. 135). Os semas – unidades mínimas capazes de engendrar a significação pelas relações que mantêm entre si – apresentam-se aí polarizados, como terminais de eixos relacionais (ver diagrama a seguir). Podem receber uma explicação satisfatória ao serem projetados no que Greimas e Rastier (*cf.* GREIMAS, 1970) propuseram chamar de “quadrado semiótico”. Em sua apresentação eminentemente formal, isto é, desvestido de todo conteúdo outro que não o da estrita lógica que relaciona seus termos, recebe o nome de “modelo constitucional” e se deixa diagramar da forma seguinte:

QUADRADO SEMIÓTICO – MODELO DAS ARTICULAÇÕES SÊMICAS



Somente como simples apresentação, se tomamos a categoria, que Greimas propõe hipoteticamente como universal, VIDA *vs.* MORTE, temos que VIDA se opõe a MORTE no eixo da relação entre contrários. NÃO-VIDA *vs.* NÃO-MORTE, opõem-se no eixo dos sub-contrários. VIDA opõe-se a NÃO-VIDA e MORTE opõe-se

a NÃO-MORTE, no eixo dos contraditórios, sendo que o modelo concebe ainda os eixos de implicação vetorizada de NÃO-MORTE \rightarrow VIDA, e NÃO-VIDA \rightarrow MORTE:



Ressalte-se que esses termos são tomados em acepção metalingüística, frutos de operação lógica. Portanto, não teremos em nenhuma manifestação textual a sua realização polarizada, tal qual é mostrada pela paradigmática dessa categoria. O quadrado semiótico, a despeito de todas as projeções que se podem fazer incidir nele (categoria dos universais, categorias modais, veridictórias, aléticas, deônticas, epistêmicas, etc.), é um paradigma polarizado que erige um estatuto lógico-semântico fundamental a tais categorias.

É por isso que um termo como, por exemplo ‘moribundo’, ou então, ‘convalescente’ – que, à primeira vista, seria cômodo localizar como NÃO-VIDA e NÃO-MORTE, respectivamente, aquele ‘implicando’ o destino MORTE e este, VIDA – não poderia ser enquadrado ou fixado, sem mais, e definitivamente, no modelo. É que não podemos esquecer que os termos projetados no quadrado semiótico (VIDA *vs.* MORTE) são concebidos como pólos de terminais de percursos, enquanto que a maioria das realizações, na manifestação do discurso, se situa, por assim dizer, ‘no meio’ desses percursos. É também por isso que Greimas (1976a: 26-7) sugere, ao lado da “lógica categorial” em que se fundam a semântica e a sintaxe fundamentais, uma “lógica das aproximações” que explicaria os dados aspectuais, incoativos e terminativos desses percursos, com outras tantas projeções em quadrados semióticos (portanto, para dar conta de termos como ‘moribundo’ ou ‘convalescente’).

O nível de superfície

Para a teoria greimasiana, as estruturas superficiais constituem uma gramática semiótica “que ordena em forma discursiva os conteúdos suscetíveis de manifestação” (1970: 135). Se a estruturação dos semas, no nível profundo, se efetua à maneira de operações lógicas – como articulação metalingüística autônoma que pode ser realizada por qualquer ‘operador’ (um autômato, por exemplo), qual seja, sem precisar, por seu caráter lógico-dedutivo de um sujeito qualquer – aqui a organização dos sememas (conjunto hierarquizado de semas) se dá como um FAZER, enquanto atividade de um sujeito. Noutros termos, a organização de superfície pode ser vista como uma “representação antropomórfica” das operações do nível anterior (p. 166).

O nível superficial funcionaria como espécie de *filtro antropomórfico*, ou se se quiser, ‘humanizante’ (de resto restringidor) das categorias lógico-semânticas do nível profundo. Por isso, apresenta-se como a única forma pela qual o imaginário humano pode captar e construir a significação de si e do mundo. Nesse nível de superfície, os sememas, enquanto ‘efeitos de sentido’, dividem-se em actantes ou predicados, conforme se comportem como “unidades discretas” ou como “unidades integradas” – estas com a função de integrar (relacionar) os actantes entre si.

É nesse nível de superfície que Greimas dispõe uma “gramática narrativa”, isto é, uma sintaxe actancial. Ao investir semanticamente, em seu acionamento discursivo (*mise-en discours*), converte os actantes em atores, isto é, em sujeitos, objetos, heróis, vilões, traidores. Todos terão, como predicados, tarefas a cumprir, provas a vencer, fins a atingir, sanções em prêmios ou castigos a merecer. Em suma o nível dramatiza a narrativa com personagens e ações ‘humanas’ e encaminha-os em direção ao nível de manifestação propriamente dita, sendo este o terceiro nível de escalonamento da articulação da significação, embora não muito arquitetado pela primeira modulação do percurso conceptual de advento da significação.¹⁷

O « percurso gerativo » da significação

Uma segunda formulação do percurso conceptual de engendramento da significação procura distribuir em diferentes níveis de profundidade três campos autônomos, como lugares da articulação da significação: as estruturas semio-narrativas, as estruturas discursivas e as estruturas textuais.

Por relação à primeira formulação, acima vista, podemos considerar que estes novos campos representam um refinamento da teoria greimasiana, um salto qualitativo cujas conseqüências ainda não foram de todo tiradas. Os níveis profundo e superficial, da formulação anterior, ficam adstritos à instância semio-narrativa, enquanto que as estruturas discursivas, propriamente ditas, passam a constituir um nível autônomo, mais superficial ainda, de articulação da significação. O semio-narrativo e o discursivo montam a forma atual do que Greimas e Courtés (1979) chamam de “percurso gerativo” da significação. O terceiro campo, da textualização, é concebido como autônomo, perante os

¹⁷ Como não se trata, por ora, de concentrarmos a atenção nos dois níveis apresentados (profundo e superficial), esta apresentação sucinta deve ser vista com reservas. Sabemos que sua formulação, na condição de levarmos em conta seus progressos, atravessa praticamente toda a produção teórica de Greimas, desde seu *Sémantique structurale* (1966) até seu recente *Dictionnaire* (1979). Entretanto, uma exposição global do nível profundo pode ser obtida no capítulo “Os jogos das coerções semióticas” (1970: 135-55), enquanto que o nível de superfície, narrativo e discursivo, ainda se encontra em construção.

outros, visto que pode intervir em qualquer estágio das articulações dos outros dois campos.

O nível de manifestação

Não importa se o consideramos como o terceiro nível da primeira formulação sobre o engendramento da significação ou o quarto campo do percurso gerativo. O fato é que a manifestação propriamente dita reclama uma atenção particular. Se a passagem do nível profundo ao superficial recebe explicações que a vêem como combinatória, paralelismo, hierarquia, conversão, equivalência, representação, ou outro tipo de relação, essas não são propostas aceitas pacificamente. Courtés (1976: 85) confessa mesmo “a impossibilidade em que parecemos estar, no momento atual, de propor modelos capazes de fazer a ponte entre o nível profundo e o nível de superfície”. Se isso ocorre entre os níveis mais estudados, o que dirá quanto à passagem do nível superficial à manifestação? Aqui também, Courtés lembra que “à vista do estado da pesquisa, não nos é possível galgar o passo que vai das estruturas superficiais às da manifestação propriamente dita (incluindo o significante)” (p. 104).

Sob esse fundo de dificuldade, podemos começar pelo mais consensual entre os semioticistas e entender a manifestação como a instância que presentifica a forma na substância (segundo o modelo hjelmsleviano). É o lugar onde um texto toma sua existência concreta, ‘material’, por assim dizer. Nesse caso, cabe dizê-la instância final, *ad quem*, do engendramento da significação. Atingida essa instância, pode-se dizer, nada mais há a fazer em semiótica. Em qualquer análise que busque refletir sobre a significação, de modo dedutivo, qual seja a partir das instâncias profundas, instauradas hipoteticamente, a coisa menos desejada é atingir a instância de manifestação, pois aí, de certo modo, acaba a tarefa modelizante. E, inversamente, toda a análise que parta do texto manifestado e, indutivamente, procura chegar às instâncias profundas, a primeira coisa que faz, na verdade, é saltar logo dessa instância de manifestação para galgar aquelas que lhe são logicamente anteriores.

Nessa perspectiva, quase por um paradoxo incontornável, a instância de manifestação, conquanto seja a própria ‘realidade’ da significação, o próprio suporte material da existência da significação e, por conseguinte, o suporte de todas as instâncias anteriores, ela mesma não tem em si o que Hjelmslev (1968) concebia como “existência científica”. Apenas o têm as instâncias anteriores. Ela aparece como o estado que o grande lingüista concebia como “matéria amorfa”: uma nebulosa de cores, de sons, de brilhos e de figuras (no caso de uma manifestação em cinema). Qualquer captação ou decifração significante só se dá porque ultrapassa essa materialidade pelo ato da semiose, isto é, pela “função semiótica”. E, como sabemos pelo seu teorizador, é conjunção de formas (do conteúdo e da expressão) e não de substâncias. Portanto, está situada numa

instância logicamente anterior ao exato limiar da manifestação propriamente dita. Noutros termos, também a instância da manifestação é ela própria um dado prévio à manifestação. É por decorrência desses ensinamentos de Hjelmslev que temos de entender que qualquer teoria semiótica, que opere com existentes científicos, só pode se dar como um trabalho *em imanência*, e jamais na manifestação concreta.

No entanto, mesmo que tudo o que se fale a respeito da significação se situe, pois, em instâncias anteriores ao seu efetivo aparecimento na manifestação, mesmo assim, para estabelecermos certa ordenação teórica, em relação aos níveis profundo e superficial, podemos tentar conceber a instância de manifestação como abrangedora das articulações ‘mais próximas’, por assim dizer, da função semiótica propriamente dita. Seria a instância das articulações que recebem no ato de semiose as coerções da matéria significante (também ela, por sua vez, passada pelo crivo da forma).

Para iniciarmos com algum exemplo disso, embora não se possa ainda assegurar sua pertença ao nível de manifestação, a *linearização*, no caso do código lingüístico, é um conjunto de procedimentos que, dada a natureza do suporte (sonoro) da sua expressão, sofre as coerções físicas que tal suporte impõe. Já no caso da pintura, a linearização, tal qual se apresenta para o código lingüístico, não fará parte do conjunto de leis pertinentes à estrutura de sua manifestação. Em seu lugar, teremos de nos haver com possíveis imposições de uma ‘globalização’ espacial nos limites do quadro. Linearização e globalização, a serem examinados nas suas especificidades, seriam dados cuja descrição não pode ser descartada na delimitação da estrutura de manifestação, ou instância de manifestação, ainda que, como vimos acima, não possam ser assimilados direta e exatamente a ela.¹⁸

A forma da expressão

O conjunto das articulações que se dão no nível profundo (lógico-semântico) e no nível de superfície (narrativo-discursivo) são vistos pela semiótica como sendo a *forma do conteúdo* propriamente dita, anterior a qualquer modo de sua manifestação. Ela pode ser postulada como a ‘mesma’ para qualquer tipo de linguagem humana significante (verbal, pictórica, gestual, cinematográfica...). Frente a isso, a estratégia que se apresenta para nós, atualmente, como a mais aceitável de se adotar é a de considerar a instância da manifestação como a *entrada da forma da expressão no jogo da significação*. Seria o instante (metodológico) em que a forma do conteúdo se deixa amoldar, por

¹⁸ Para Greimas e Courtés (1979: 391) a linearização seria apenas um dos tipos de coerções submetidas à “textualização”, por sua vez definida como um conjunto de procedimentos que visaria constituir um contínuo discursivo, porém anterior à manifestação do discurso em uma ou outra semiótica.

assim dizer, – face à “solidariedade” (função semiótica) que mantém com a forma da expressão – às coerções que esta última carrega, dada a natureza da matéria significante, ou seja da substância da expressão.¹⁹

Isto faz com que, em termos genéricos, caiba à pesquisa procurar os primeiros elementos de um modelo cujo objetivo final seja explicar o modo como códigos de natureza distinta (sonora, visual, etc.) se combinam e se compatibilizam para servir de suporte de manifestação da significação. Bem entendido, não se trata então de vê-los como simples veículos ou canais de transmissão de uma significação já inteiramente construída e acabada nas instâncias anteriores, mas, se se quer, como *co-produtores* dessa significação, de vez que, conforme estamos assumindo hipoteticamente, todo o seu plano da expressão entra no jogo da significação.

Em termos mais precisos, cabe a uma fase ulterior da pesquisa o exame minucioso da *forma da expressão* de cada código e sua compatibilização com outras tantas formas da expressão dos outros códigos coexistentes na linguagem examinada, no nosso caso o cinema. Cabe, numa primeira fase, a tentativa de construção de modelos que expliquem o arranjo que as várias formas da expressão desses códigos tomam no instante da função semiótica, cujo resultado se dá como uma significação global e homogênea. Como bem alertou Greimas (1966: 11) tal significação não pode ser postulada como pictórica ou cinematográfica ou qualquer coisa semelhante: só se pode afirmá-la como “simplesmente humana”.

Dessa forma, o arranjo propriamente dito das formas da expressão, ao elegerem suas demarcações na matéria do contínuo, instauraria, segundo pensamos, o que Hjelmslev concebia como o “sentido da expressão” (no nosso caso, um efeito de sentido cinematográfico), o que, por isso mesmo, definiria a especificidade da linguagem examinada e sua constituição como objeto semiótico (voltaremos a isso no capítulo 6).

A estrutura da manifestação

A tarefa de circunscrever as fronteiras da instância da manifestação não é um trabalho simples e breve, principalmente porque ele não se pode dar à margem da economia geral da teoria a que se submete. Se aqui estamos vinculando tal instância à entrada da forma da expressão e, por conseguinte, da substância da expressão, isso só pode ser encarado com reservas. Não há garantias de que seja o melhor caminho. No entanto, são hipóteses desse tipo

¹⁹ Cabe sempre ter presente em mente que, segundo Hjelmslev, toda matéria (*purport*) eleita como pertinente, seja ao conteúdo, seja à expressão, toma o estatuto de *substância*. Ela seria o continuum material de onde, pela projeção da forma, se extrai a substância de cada plano.

que, cremos, têm-se de estabelecer num estágio inicial de pesquisa em semióticas complexas, como o cinema.

As razões da insegurança ultrapassam a esfera de competência pessoal. Já vimos que tudo o que se fale da instância de manifestação refere-se, na verdade, a instâncias que lhe são logicamente anteriores; também vimos que, no estágio atual das pesquisas semióticas a esse respeito, só se pode falar em dados ‘mais próximos’ da manifestação propriamente dita. É que parece um destino inevitável da semiótica o fato de qualquer nova descoberta no terreno da significação acabar se tornando uma espécie de ‘cunha’ a se instalar, a cada vez, *entre* a manifestação propriamente dita e as instâncias logicamente anteriores – como que aumentando-lhes a distância – e jamais *na* manifestação mesma. É sintomático, quanto a isso, que o procedimento de *textualização*, cuja autonomia Greimas procura atualmente estabelecer, em relação à narrativização e à discursivização, se apresente também ele como espécie de limiar da manifestação. Mostra-se como uma *mise-en-texte* das estruturas do nível profundo e superficial. É uma espécie de *suspensão* da organização desses dois níveis para que o até então articulado galgue imediatamente a manifestação. A textualização marcaria uma suspensão da articulação da significação do discurso, num momento dado de sua evolução, para ir direto à manifestação. E, como o explica Greimas, também a textualização é um conjunto de procedimentos situados anteriormente à manifestação, enfatizando, pois, ainda mais, essa espécie de ‘destino intermediário’ do espaço teórico do exercício descritivo da semiótica.

Portanto, convém realçar que, mesmo centrando a atenção no nível da manifestação, o que se busca na verdade são as articulações que montam o que poderíamos chamar de *estrutura de manifestação*. Como tal, qualquer estudo que vise a *estrutura*, ainda que da manifestação, só pode se caracterizar, apesar do paradoxo aparente, por situar-se *em imanência* e não na manifestação concreta. Por isso, ele se mantém dentro da tradição hjelmsleviana para a qual a manifestação pressupõe logicamente o que é manifestado, isto é, uma forma semiótica imanente.

Igualmente por essas razões, o presente trabalho não toma o modo indutivo de construção teórica de modelos. Isto é, não se propõe analisar um *corpus* buscado diretamente na manifestação, para elaborar a partir daí seus modelos. Ao contrário, toma uma orientação *dedutiva*, de construção de modelos hipotéticos que procurem explicar a estrutura de manifestação de uma linguagem complexa ou, servindo-nos de Hjelmslev, explicar um modo de “existência científica” da instância de manifestação.

CAP. 5 FORMA CIENTÍFICA, FORMA SEMIÓTICA, FORMA CÓDICA.

Esta combinação produz uma forma, não uma substância.

F. de Saussure

Modelo triforme de linguagem

Estamos tentando justificar pouco a pouco que um estudo de semiótica que queira acercar-se de uma linguagem particular – no nosso caso, do cinema – e construir a partir daí seu *objeto semiótico*, deve centrar seu interesse no exame da estrutura de manifestação de tal linguagem. Para tal, a estratégia a ser adotada, como hipótese de trabalho, é a de considerar os níveis anteriores à estrutura de manifestação como tendo a mesma natureza, não importa em quais linguagens eles se manifestem.

A vantagem desta opção pode ser facilmente mostrada. Uma vez que a forma do conteúdo, nos seus níveis mais profundos, possui estatuto autônomo em relação à sua manifestação; uma vez que a teoria semiótica já tem conhecimento e descrição relativamente satisfatórios desses níveis profundos, basta-nos examinar qual a *forma* tais linguagens tomam na instância de manifestação. Vale dizer então que, em relação às formas semióticas das instâncias profunda e superficial, cabe a um estudo centrado na manifestação a delimitação e descrição de seu objeto enquanto forma de manifestação *códica* (antecipando aqui uma denominação a ser mais trabalhada e justificada adiante), ou seja, enquanto *forma códica*.

Temos nessa opção uma vantagem operacional. Basta dizer, quanto a isso, que não mais haverá necessidade para uma semiótica cinematográfica, ou mesmo uma poética do cinema, debruçar-se, por exemplo, sobre as “atrações” de Eisenstein, mesmo atualizadas à epistemologia de hoje, para estabelecê-la como algum ‘elemento mínimo’, *ab quo* da significação no cinema. Não será necessário, como o fez Pasolini, postular os “*im-segni*” como tal. Nem mesmo haverá interesse em postular o fotograma como a menor unidade significativa do cinema (Eco). E, ainda menos, serão infrutíferas as tentativas de erigir um ‘signo mínimo’ específico para o cinema (outro para o teatro, outro para a pintura, e assim por diante). Essas e outras tentativas do gênero nos parecem em geral mal equacionadas, frutos é claro de trabalhos pioneiros e ainda incipientes no campo da Semiologia.

Ao contrário, pela nossa opção, o exame da especificidade da linguagem cinematográfica, como de resto das outras mencionadas, deverá voltar-se ao modo como tais linguagens *resolvem codicamente* as estruturas, comuns, herdadas dos níveis anteriores (profundo e superficial). Noutros termos caberá examinar o

modo diverso e, aí sim, específico, pelos quais as *formas códicas* estruturam a manifestação das *formas semióticas*, anteriores à manifestação.

Não nos parece duvidoso de que essa estratégia – a depender da sua sustentação no eventual êxito das descrições específicas da instância de manifestação de outras linguagens que não a verbal – possa tornar-se um achado talvez feliz. Mas, logo de partida, ela é certamente ‘cômoda’ de adotar no circuito geral e metodológico da disciplina. Permite que a teoria semiótica possa expandir-se, em direção a mais essa semiótica complexa que é o cinema, sem comprometer a unidade de método, sem exigir quaisquer alterações de fundo no corpo de seus conceitos. Ocorre, porém, que a entrada do plano da expressão no jogo da significação, via instância de manifestação – já que conforme a hipótese assumida é essa própria entrada que *funda* a manifestação propriamente dita – faz com que as coisas logo se compliquem, no circuito da descrição. O plano da expressão, ele próprio, possui sua organização – a *forma da expressão* – que não pode ser encarada, simplistamente, como articulação única, a dar-se tão somente nessa instância terminal, da manifestação. Ao contrário, também ele tem níveis de profundidade de articulações (a preservar e testemunhar o *isomorfismo* dos dois planos pleiteado por Hjelmslev). Noutros termos, a forma da expressão, na instância de manifestação, só pode ser postulada como o *estágio final* de articulações que, também aqui, no plano da expressão, se dão em vários níveis de profundidade.

Entretanto não parece adequado postular apressadamente – à vista da hipótese do *paralelismo* formulada por Saussure, ou do *isomorfismo*, por Hjelmslev – que também o plano da expressão portaria um nível profundo e um nível superficial *comuns* a toda e qualquer linguagem de manifestação, pleiteando-os, também aqui, como autônomos perante à manifestação, tal como vimos ocorrer para o caso do plano do conteúdo. É que, por pura evidência, o plano da expressão opera com substâncias que sofrem coerções impostas vindas desde a natureza física – e distinta para as várias linguagens – da *matéria* da expressão. Isso nos ensina que a segmentação e articulação dessas substâncias, nas respectivas formas languageiras, têm pertinências restritas a essas várias e diferentes linguagens. Mesmo no caso em que poderíamos dizer que tenham matéria significante idêntica, como, por exemplo, o caso do som das linguagens verbais e a linguagem musical, mesmo aqui, temos de renunciar e abandonar, ao que tudo indica, hipóteses de autonomia dos níveis profundo e superficial do plano da expressão.

Se não nos é possível estabelecer para o plano da expressão, tal como no do conteúdo, níveis profundos autônomos em relação à manifestação, parece pelo menos lícito supor que as articulações do plano da expressão de quaisquer linguagens, verbais ou não, obedeçam a certas leis gerais de articulação e de segmentação. Poderíamos, neste caso, tomar a substância de expressão – sem que se trate de uma linguagem em particular – e dizer, por hipótese, que ela se

articula, de maneira geral, em três níveis de pertinências, a saber: da *forma científica*, da *forma semiótica* e da *forma códica*.²⁰

Esta concepção triforme do plano da expressão pode mesmo ser estendida também, com alguns ajustes de interpretação, ao plano do conteúdo, sem ameaçar, queremos esperar, a hipótese do “percurso gerativo” da teoria greimasiana. Pode parecer, à primeira vista, uma complicação inútil e desnecessária, de querer saturar ainda mais uma metalinguagem já carregada. Mas esperamos poder demonstrar, ao longo da sua discussão, que tem chances de se mostrar como hipótese operatória – sempre com vistas à formulação do modelo de sincretização dos códigos e de sua localização na instância de manifestação.

Esperamos poder demonstrar também que tal concepção triforme pode ser de utilidade na delimitação das pertinências dos enfoques, quando se examina uma linguagem rica em códigos. Tudo para evitar, com isso, que um estudo *semiótico* sobre o cinema extrapole o lugar de sua atuação, risco que se corre quando se quer identificar, por exemplo, elementos recursivos de angulação, de *travellings*, de grande angular, elementos de natureza tecnológica (isto é, formas científicas) a *códigos* de natureza semiótica. Pode também evitar os riscos de querer postular apressadamente ‘códigos de angulação’, ‘códigos de enquadramento’, ‘códigos de movimento’ e outros, cuja adequação descritiva precisa ser revista e questionada.

Assim, ao invés de encarar tal concepção triforme como complicação, preferimos apostar nela um aumento de complexidade na metalinguagem, complexidade que pode eventualmente significar um custo adicional de leitura e entendimento, mas que é condição de qualquer rendimento na explicação de um objeto igualmente complexo. É exigência natural de qualquer avanço descritivo. A olhar mais de perto, é também exigência de qualquer intelecção de eventos do mundo, da qual a língua natural oferece dos melhores exemplos. Portanto, antes mesmo de entrarmos na arena triforme, vejamos essa operação de aumento metalingüístico já desde as aparentemente simples operações de apreensão do mundo pela linguagem cotidiana.

²⁰ A utilização do termo níveis de *pertinências* – neste estágio do trabalho – vale por si, porque tentaremos, mais adiante, homologá-los aos três níveis de profundidade, que a teoria aplica ao plano do conteúdo. A linguagem, como um todo, estaria assim fundada na solidariedade (função semiótica) de dois planos triformes, homólogos, mas não isomorfos. O conceito de nível de pertinência é trazido logo aqui, para lembrarmos que, mesmo escolhendo-os sob o modo tríptico, ainda assim não esgotamos a análise da substância (da expressão, no caso). Pois, para estarmos de acordo com o pensamento de Hjelt (1971: 56), a substância sempre terá *resíduos* “que não foram aceites como as marcas constitutivas das definições”.

A língua natural

É bastante razoável, por intermédio de algumas constatações simples e ingênuas (isto é, de cidadão comum) ficarmos deslumbrados com as peculiaridades de algumas línguas, como, por exemplo, a dos esquimós, quando vemos que façanhas conseguem ao denominar o que na nossa língua chamamos simplesmente *neve*. Sua língua lhes permite denominar, e conseqüentemente ‘ver’, uma dezena de tipos de neve onde apenas vemos um. É que esquecemos o reverso da medalha: os esquimós também se encantariam em ver a façanha da nossa língua em encontrar naquilo que a deles, talvez com algum custo, chame ‘mato’, uma articulação pujante em ‘floresta’, ‘arbustos’, ‘mata’, ‘capim’, ‘relva’, ‘grama’. E ambos os personagens, nós e os esquimós, ficaríamos maravilhados em ver que outras línguas, como a de algumas tribos, que vivem do comércio de peles de pequenos animais, tenham mais de uma vintena de termos para recobrir o que na nossa língua chamamos, digamos pobrementemente, de ‘pele’, às vezes ‘couro’.

É que, por um princípio de pertinência econômica, cada língua desdobra as substâncias com que se depara – cujo valor de experiência lhe seja importante – com nomes distintos, a cobrir adequadamente seus matizes. São impelidas a desenvolver termos diversos, que recubram da forma menos ambígua possível cada tipo de pele, de neve, de mato, que lhes importa econômica ou experiencialmente, ou qualquer outro tipo de valor. E isso também não impede que, ao mesmo tempo, possam manter alguns termos genéricos, arquilexemas, que subsumam algum grupo de peles, neve, ou mato, isto é, algum termo que neutralize diferenças específicas. E não temos receio algum de encarar tal fenômeno com justa euforia. É a riqueza, a flexibilidade, a plasticidade do pensamento humano, via linguagem, no trato com o mundo.

A metalinguagem

É curioso, porém, notar que tudo muda, quando da língua natural, cuja pujança nomeativa todos exaltam, passamos para a língua construída pelo pesquisador, lingüista, semanticista, semiótico, ou outro. Tudo muda bruscamente quando deparamos com a metalinguagem descritiva desses pesquisadores. A euforia constantemente é substituída pela decepção, no melhor dos casos, pela indiferença, nos casos ruins, ou pela crítica mordaz, nos piores. Parece que os pesquisadores de conceitos não têm o mesmo direito ao uso da mesma plasticidade que a linguagem lhe oferece, para recortar a realidade a descrever, e sob o mesmo princípio de pertinência ‘econômica’, só que aqui, econômica por relação à metodologia que vai descrever seus novos objetos conceituais. Esquecemo-nos que nada difere o olhar do semiótico quando esquadrinha seu objeto, o discurso, para sua descrição, do olhar esquimó, quando recorta os vários tipos de neve, para seu uso.

A Lingüística, principalmente suas correntes mais empenhadas num projeto científico, experimentou de perto essas decepções e críticas, que viam termos como “morfemas”, “lexemas”, “sememas”, “arquilexemas” (para citar poucos), como meros complicadores a dificultar a compreensão. Foram com isso acusadas de sofisticação desnecessária, inútil, elitista, até mesmo repulsiva.

É certo que, não se sabe bem se por saturação ou avanço de compreensão, tais críticas permanecem hoje um pouco mais restritas a alguns segmentos da intelectualidade. No entanto, se o já nomeado não mais provoca revolta – afinal, termos como os exemplificados, queiram ou não, firmaram-se na lingüística (e na semiótica) – permanece ainda um forte inconformismo perante o próprio fato (sob o princípio da pertinência da análise) de que essas criações neológicas não podem parar.

Não podem parar porque, entre outras razões, ao examinar seus objetos de conhecimento – os conceitos – o pesquisador, com o avanço de sua disciplina, enxerga cada vez mais nítida uma nova sutileza, um novo fator no objeto examinado. Para repetir novamente Hjelmslev, ele enxerga um novo “resíduo” na substância, que ainda não foi submetido a uma definição pertinente pelos pesquisadores anteriores. E, se o novo fator importar à sua metodologia descritiva, isso fatalmente o levará a forjar um novo termo para recobrir com propriedade, e o menos ambigüamente possível, tal fator.

Não podemos esquecer, ainda, que, entre outros pesquisadores em ciências humanas, o semanticista ou semioticista tem diante de si, como objeto de conhecimento, um universo bem menos concreto (e razoavelmente estabilizado) como o dos esquimós ou das tribos das peles. Seu universo semântico se desdobra em uma, por assim dizer, substância conceptual, que não se encontra previamente delimitada em entidades (como os animais de pele para a tribo, como as texturas de neve, para os esquimós). Isso já acarretaria, para recortar tal substância conceptual, bem mais do que uma vintena de termos. Ocorre que, além disso, o universo com que depara o semanticista é ele próprio uma massa conceptual informe. E toda a sua segmentação, nomeação, divisão, organização, acaba por *construir* seus objetos de conhecimento, torna-se um projeto científico do fazer taxinômico, isto é, classificatório, desses objetos construídos e, enfim, torna-se a *própria razão* de tal discurso científico.

É assim que vemos hoje, por exemplo, a semiótica greimasiana desenvolver-se por meio de uma metalinguagem rica de neologismos. Aos olhos do homem comum, ou de alguns pesquisadores de outras áreas, ela parecerá exótica e complicada. Aos olhos dos pesquisadores aí empenhados, ela se mostra *simples* – porque procura evitar ambigüidades – *coerente* – porque interdefinida nos seus conceitos – e propensamente *exaustiva* – porque procura levar às últimas conseqüências seus achados. São os três pontos a nortear a metodologia assumida, pela proposição de Hjelmslev (1968). Questionarmos a validade do enriquecimento neológico da metalinguagem descritiva equivale a invalidarmos a

flexibilidade da língua natural no tratamento das coisas do mundo. Lembremos o divertido e insano de uma situação apórica em que, na posição de homem comum, reprovássemos por supérflua a vintena de termos para ‘pele’, do exemplo mencionado, já que apenas o termo *pele* nos basta satisfatoriamente na nossa língua cotidiana.

Mesmo sabendo que o problema não se reduz inteiramente à brevidade aqui exposta, presumimos que, proporções guardadas, equívoco semelhante possa estar nutrindo grande parte das reprovações dirigidas aos pesquisadores que procuram projetar cientificamente suas disciplinas, por meio de metalinguagem em aprimoramento e expansão.

OBS. A discussão em torno da opção de certas disciplinas por uma metalinguagem desvinculada dos termos do senso comum da língua cotidiana é, sem dúvida, muito mais densa. Mesmo porque, tão árdua quanto a organização do universo semântico pela metalinguagem descritiva, é o exame *metodológico* e *epistemológico* desta última. Deste ponto de vista, diríamos até que o trabalho mais diretamente útil às disciplinas humanas, em geral, que a semiótica procura levar adiante, é o de colocar como objeto de reflexão – diríamos de auto-reflexão – a própria condição de cientificidade dos discursos em ciências humanas. Noutros termos, ao lado de um progresso horizontal – de ampliação de áreas semânticas, discurso mitológico, literário, semiótica teatral, pictórica ... – a semiótica greimasiana exhibe um inegável progresso vertical. Este se manifesta num conhecimento efetivamente mais preciso sobre o modo como o nível metalingüístico de descrição deva-se subordinar a níveis hierarquicamente superiores, o nível metodológico, controlador da coerência do corpo de seus conceitos, e este, por sua vez, disciplinado pelo nível epistemológico, isto é, disciplinado no interior de uma epistemologia assumida, científica, no caso. É o preço a pagar para que os modelos, porventura lançados como hipóteses de trabalho, possam ter um caráter heurístico satisfatório (*cf.* GREIMAS, 1966: 5-17). Em suma, sem negar toda a razão a determinadas críticas sobre a metalinguagem científica – haverá certamente lugares em que modismos neológicos serão camuflados, sob impostura, como produção de conhecimento – não se pode tomar tais desvios como pretexto a comprometer o projeto científico, de conjunto, de algumas disciplinas humanas.

Forma lingüística

A posição de um lingüista ou semioticista frente ao seu objeto de conhecimento não difere muito daquela do esquimó, ou da tribo da pele. O trabalho que opera sobre um universo semântico mal conhecido permite-lhe formular ‘realidades’ distintas, escondidas sob uma mesma cobertura lexemática.

É assim que, permitindo-nos um retrospecto breve, Saussure (1969) proclamou que a língua não pode ser vista como algo simples, uma substância fônica simples de um lado e um conteúdo ideativo do outro. Ao invés, ela se deixa ver como uma *forma*, instalada entre dois tipos de substâncias. Sem essa forma, o plano do conteúdo ideativo trata-se de plano *indefinido*, de idéias “confusas”, espécie de nebulosa de pensamento; *nada* estaria necessariamente

delimitado, caso não houvesse a língua. Por sua vez o outro plano, também ele, sem a língua, não passaria de uma matéria plástica de sons, um espectro contínuo e indeterminado de sons. O papel determinante dessa forma, segundo o lingüista suíço, seria de intermediação entre o pensamento nebuloso e o som indeterminado, “em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades” (p. 131) em ambos os planos.

Prosseguindo no trabalho de conhecimento sobre a língua, e fazendo evoluir o pensamento saussuriano, Hjelmslev (1968) postula não uma, mas *duas formas* distintas: a *forma do conteúdo* e a *forma da expressão*. Cada uma delas manteria relação arbitrária com a *substância do conteúdo* e a *substância da expressão*, respectivamente. Esse par formal e substancial comporia, nas suas relações, os dois planos do signo, a que Saussure denominara significado e significante, quais sejam, o plano do conteúdo e o plano da expressão.

A proposição hjelmsleviana não é simples renomeação e não nos compete por ora aprofundar o pensamento do lingüista de Copenhague. Para ressaltar as excelências da nova proposição, basta lembrarmos que ela permitiu a superação de um ‘formalismo’ mal equacionado que se gerou nos primeiros anos estruturalistas. Este opunha forma *versus* conteúdo e identificava como forma apenas o plano da expressão (coisa ainda muito corrente em disciplinas humanas pouco informadas sobre os avanços posteriores da Lingüística). Isso ocasionava um mal-entendido bastante nocivo para o progresso da pesquisa lingüística: o plano da expressão, isto é, o significante, a ele era concedido de bom grado que fosse ‘formalizado’, visto que era a própria forma. Mas o plano do conteúdo, do significado, era inconcebível que algum tipo de formalismo se intrometesse nessa região. Todas as disciplinas humanas, da filosofia à religião, da sociologia à psicanálise, todas punham, por assim dizer, sua mão na massa a qual, justamente por esse manuseio múltiplo, ficava mesmo uma massa conceptual difícil de manejar.

A proposta de Hjelmslev possibilitou ver que também o conteúdo possui uma forma própria, a forma do conteúdo, assim como a expressão possui a sua, a forma da expressão. A oposição a ganhar pertinência, daí por diante, não era mais entre forma *vs* conteúdo, mas, mais heurísticamente, entre forma *vs*. substância, em cada plano, e entre expressão *vs*. conteúdo, se a relação era examinada entre os dois planos. De modo que se torna, desde então, possibilitada a abertura a que também as disciplinas do conteúdo pudessem projetar-se como ciências, porque o conteúdo também era *formalizável*, a seu modo.

E não só por relação à forma o pensamento de Hjelmslev trouxe novidades. Também sua interpretação sobre o plano indefinido das idéias confusas e o plano não menos indeterminado dos sons, tal como proposto por Saussure, levou-o a postular algo inusitado. Para o lingüista da Dinamarca, se

pensarmos por hipótese num estágio anterior à projeção da forma do conteúdo e da expressão sobre esse plano confuso, tudo não passaria de um *continuum* amorfo, sem mesmo qualquer existência científica. Qualquer existência científica só seria possível por meio da projeção da forma do conteúdo ou da forma da expressão sobre esse contínuo (tal como uma nuvem projeta figuras com suas sombras, refletia Hjelmslev), operação que o transforma em substância do conteúdo e substância da expressão.²¹

Ora, a substância do conteúdo ou a da expressão não precisa necessariamente ser vista ou postulada de um ponto de vista unicamente lingüístico-funcional, isto é, voltados à produção do signo completo. Por exemplo, o som de uma vogal pode ser estudado de um ponto de vista exclusivamente acústico, enquanto substância de um estudo físico-científico; pode ainda ser estudado do ponto de vista físico-articulatório, isto é, fisiológico. No outro plano, igualmente a substância semântica não necessariamente precisa ser examinada enquanto fornecedora de significados, prontos para serem recobertos por lexemas lingüísticos. É mais um achado da reflexão de Hjelmslev (1971: 44-76) ao determinar que a substância comportaria diversos *níveis* ou instâncias de captação e de análise.

Forma semiótica

Sem querer avançar para além daqui a teoria de Hjelmslev, neste ponto específico, ressaltamos apenas que tal maneira de teorizar a substância permite deduzir algo valioso. Enquanto não examinada de um ponto de vista especificamente lingüístico, nenhuma substância pode ser considerada substância lingüística. Isso quer dizer que a substância é extraída da matéria (do contínuo) pela projeção de formas não imediatamente homologáveis à forma lingüística em sentido estrito.

De fato, se nossa leitura não nos trai, num artigo curto e denso, Greimas (1970: 39-48) insiste num primeiro momento em considerar a forma lingüística como algo autônomo em relação à forma do conteúdo e à forma da expressão. Reavalia a concepção ‘uniforme’ de Saussure e a compatibiliza com a concepção biforme de Hjelmslev. Greimas redefine a linguagem como uma *forma* específica obtida através da conjunção de duas substâncias diferentes (da expressão e do

²¹ A concepção de Hjelmslev, tal como formulada nos *Prolegómenos* (1968), indica que a substância é a resultante da projeção da forma sobre a *matéria* (ou sobre o *sentido* – no inglês traduziu-se *purport*), esta sim identificada à nebulosa de pensamento de Saussure. Em outras palavras, a substância seria a matéria, ou o sentido, já formado. O uso muito mais freqüente impôs que a oposição mais referida fosse forma *vs* substância. Isso acabou exigindo numerosos alertas, seja por parte do próprio Hjelmslev (*Essais*), seja de Greimas e Courtés (*Dictionnaire*), para evitar sobrepor ao mal-entendido apontado (forma *vs* conteúdo) um novo risco, o de levar a duas semânticas (substancialista e formalista) irreconciliáveis.

conteúdo). A novidade está em que concebe essas substâncias como já tendo cada uma sua forma própria, – a forma do conteúdo e a forma da expressão – anterior (logicamente) e autônoma por relação à forma lingüística propriamente dita. E, para nomear sua autonomia em relação à forma lingüística, reserva o nome de *forma(s) semiótica(s)* à forma do conteúdo e forma da expressão.

Poderíamos então ver a língua natural, ou qualquer outra linguagem, como uma *codificação* específica, no sentido de arranjo formal, que organizaria a seu modo, com suas características estruturais singulares, a co-ocorrência de duas substâncias, atente-se: já articuladas previamente em suas respectivas formas semióticas (esse ‘previamente’ sendo usado em sentido lógico e não cronológico). As articulações semióticas teriam, pois, estatuto autônomo e anterior em relação às articulações lingüísticas, ou também, às articulações *códicas*, de maneira geral, para as outras linguagens não propriamente verbais.

Forma científica

A seqüência da reflexão faz com que Greimas não se detenha nessa distinção entre forma lingüística e forma semiótica. Com efeito, se tomamos como exemplo a substância líquida, insípida, inodora que, enquanto objeto do mundo das qualidades sensíveis, denominamos « água » poderíamos dizer que a escolha de tais fonemas, suas posições sintáticas, são de responsabilidade da forma lingüística. Por sua vez, a articulação em categorias perceptivas das qualidades visuais, olfativas e gustativas de tal substância seriam resultantes de suas formas semióticas. Mas não é difícil atentarmos para o fato de que, anterior a esses dois tipos de articulação, e de formas, tal substância deixa-se descrever pela ciência química. Isto é, a ciência projeta uma *forma científica* à matéria aquosa que, neste caso, é sua descrição como uma combinação de átomos de hidrogênio e de oxigênio, a receber a fórmula científica canônica H_2O (não esqueçamos que ‘fórmula’ é diminutivo de ‘forma’). Tal forma científica é, pois, anterior ao mundo das qualidades sensíveis (forma semiótica) e de sua resolução num código qualquer (forma códica, aqui, lingüística).

O próprio Greimas reconhece que essa tripartição possa ter as aparências de complicadores inúteis. No entanto, ela pode bem auxiliar na tentativa, como ele mesmo diz (1970: 45), de “integrar a estrutura semântica no quadro de uma epistemologia geral em que o universo é concebido como a substância, articulada e progressivamente descrita por meio de diferentes espécies de linguagens”. Com efeito, as vantagens dessa concepção triforme são muitas. Se não se estabelecesse a primeira distinção – forma lingüística e forma semiótica – uma teoria semântica ou semiótica correria o risco de hipostasiar, infundadamente, uma única linguagem particular, a língua natural, como a única responsável por erigir em significação o universo natural.

Nesse sentido, a sua teoria semiótica, mesmo concordando de bom grado com o estatuto privilegiado da língua natural perante as outras linguagens, por sua plasticidade e amplitude de alcance – praticamente tudo cabe numa língua natural – mesmo assim, não lhe confere a condição de única geradora da significação. Ao contrário, a língua natural, como quaisquer outras linguagens, apenas manifesta uma estrutura de significação já previamente arquitetada num nível anterior, mais profundo, o nível da forma semiótica.

Um segundo benefício da tripartição vem do fato de que permite suprimir a separação entre o mundo físico, considerado como estrutura científica, e o mundo humano, considerado como estrutura semiótica. Com efeito, entre essas estruturas, continua Greimas (1970: 45), pode-se estabelecer uma correlação que se apresente como “uma transcodificação específica, que transforma as unidades sintagmáticas da forma científica (por exemplo, das fórmulas químicas particulares) [no nosso exemplo, H₂O] em unidades paradigmáticas mínimas da forma semiótica (por exemplo, as entidades particulares de odores e de sabor)[no nosso exemplo, «água»]. Em outras palavras, vislumbram-se aqui alguns elementos que possam auxiliar na explicação do problema, imenso e espinhoso, da ‘interiorização’ do mundo externo.

Vemos, portanto, no pensamento de Greimas, que a teoria semântica e semiótica encontram um espaço de atuação autônomo por relação às lingüísticas, localizado no interior da forma semiótica, espaço intermediário, por assim dizer, entre a forma lingüística – ou forma códica, se quisermos generalizar para as demais linguagens – e a forma científica. Há um ganho metodológico ímpar aqui: é por sua anterioridade lógica, em relação à forma lingüística (e códica) que podemos dizer, legitimamente, que a estrutura semiótica é a *mesma* para quaisquer linguagens; é por sua ‘posterioridade’ lógica, se assim podemos pleitear, em relação à forma científica que podemos dizer, também legitimamente, que o referente dos discursos humanos, vazados nas mais variadas linguagens, não pode ser aquele hipostasiado no mundo exterior, mas sim aquele referente que adentrou o universo semiótico. Jamais, em linguagem nenhuma, seu referente pode ser outro que não um referente semiotizado.²²

Teoria semântica ou teoria da relação

De certa forma, o que fizemos até aqui foi apresentar nossa leitura que resume alguns pontos do artigo de Greimas, citado. A riqueza dele suscitou, no

²² As implicações epistemológicas – e mesmo filosóficas – dessa *semiotização do referente* são por demais extensas para serem aqui tratadas sem prejudicar o andamento do nosso tema principal. Bastaria apenas lembrar que tal interpretação consegue fazer com que a teoria semântica e semiótica possam contornar todo e qualquer ônus de implicações ontológicas e metafísicas.

entanto, algumas interpretações particulares que nos podem ser úteis para a seqüência do nosso estudo.

Primeiramente, convém repetirmos sucintamente que, com a concepção greimasiana, toda linguagem pode ser definida como uma *forma códica* obtida na conjunção de duas substâncias diferentes (do conteúdo e da expressão) cada uma destas com sua *forma semiótica* (forma do conteúdo e forma da expressão). É esta última que erige o mundo natural em significação, sendo que, por sua vez, é também distinta da *forma científica* das substâncias tomadas e formalizadas.

OBS. A nossa leitura do artigo de Greimas, aqui seguido, não consegue ver claro uma coisa: a forma científica, assim distinguida da forma semiótica, pode ela ocupar algum lugar dentro da definição de linguagem, em sentido geral? Noutros termos, não sendo ela pertinente semioticamente, isto é, sendo outra coisa que forma semiótica, estará ela totalmente fora de uma definição mais ampla de linguagem? Enfim, o discurso científico foge à estrutura geral de uma linguagem? Mesmo com bastante reservas – e não pretendendo de maneira nenhuma dar algum fecho em torno disso – nossas preferências atuais pendem por considerar a forma científica, isto é, o discurso científico, como podendo fazer parte de uma definição geral de linguagem. Por exemplo, a descrição *fonética* da substância da expressão lingüística, mesmo nada tendo a ver de imediato com o « sentido », não deixa de pertencer ao domínio da teoria geral da lingüística. É uma disciplina lingüística porque seu estudo (físico-acústico, portanto científico) sobre a substância da expressão só pode ter pertinência *com vistas* à entrada desse som no nível femêmico, este sim semioticamente pertinente. Se, portanto, para o plano da expressão temos um nível físico – isto é, passível de descrição em forma científica (a fonética acústica) – e que é pertinente semioticamente, o mesmo raciocínio deve valer para o plano do conteúdo, com alguns ajustes de interpretação. É o que tentamos fazer mais adiante.

Essas dúvidas e reservas não nos impedem de aplicar tal concepção triforme aos dois planos de uma linguagem, já que eles apresentam articulações homólogas, embora não isomorfas, isto é, dado a dado, ponto a ponto. Poderíamos assim distribuir as tarefas descritivas:

- a) No plano da expressão lingüística, por exemplo, se nos atemos a uma descrição fonêmica ou fonológica da substância da expressão, estamos estabelecendo a forma lingüística de tal substância; se nos atemos à descrição femêmica (conjunto de femas) da substância, estamos estabelecendo as condições de arranjo dos elementos mínimos que vão articular em significação o plano da expressão, ou seja, estabelecemos a forma semiótica desse plano; por fim, se nos atemos a uma descrição fêmica, fonética, grafêmica ou físico-acústica, nada tendo a ver com o sentido, estamos estabelecendo a forma científica dessa substância da expressão lingüística.
- b) No plano do conteúdo, se nos atemos à organização e descrição das categorias sêmicas como, por exemplo, a da espacialidade (*cf.* GREIMAS,

1966: 33), estaríamos estabelecendo a forma científica da substância semântica; se nos atemos à estruturação semêmica (conjunto hierarquizado de semas), estamos estabelecendo a forma semiótica da substância semântica; por fim, se descrevemos o modo lexemático de como a língua natural resolve um semema (ex. « chuva » para /ÁGUA QUE CAI DO CÉU/) estamos estabelecendo no lexema a forma lingüística da substância semântica.

Essa exemplificação, um tanto simplificadora, pede algumas explicações. Primeiramente, basta conhecer o artigo de Greimas, que vimos citando, para notar que introduzimos aqui um ponto de aparente divergência. De fato, Greimas atribui a tarefa de descrever a forma científica da substância semântica às ciências humanas e sociais (antropologia, psicologia, sociologia), conquanto ele mesmo ressalve (1970: 42): “se é que as ciências humanas e sociais possam ser consideradas, em seu estado atual, como formas científicas”. Ao mesmo tempo, propõe o exame da forma semiótica em geral como tarefa da Teoria Semântica. Ora, se observarmos o nosso exemplo, no que se refere ao plano do conteúdo, fizemos diferente. Estabelecemos para a Teoria Semântica não o papel de descrição da forma semiótica (descrição semêmica), mas o papel de descrição da forma científica (descrição dos sistemas sêmicos). Ao mesmo tempo, ficou reservada à Teoria Semiótica propriamente dita a descrição da forma semiótica (descrição semêmica) da substância do conteúdo. Ou seja, incluímos a Teoria Semântica no conjunto das ciências humanas e sociais, na sua vocação ao exame da forma científica, ao lado da antropologia, da psicologia, da sociologia, etc.

O propósito que nos move na direção desta interpretação não é outro senão a tentativa de distinguir mais nitidamente os papéis de duas disciplinas: uma teoria semiótica e uma teoria semântica. A bem dizer, elas andaram quase sempre juntas ou, antes, fundidas num mesmo projeto. Com seu livro *Sémantique structurale* (1966), Greimas lançou, na verdade, as bases de uma teoria propriamente semiótica (cf. em particular o capítulo que instaura os primórdios da estrutura actancial). Por outro lado, com os progressos posteriores que fizeram a “estrutura elementar da significação” evoluir para o “quadrado semiótico”, Greimas acaba lançando, do ponto de vista aqui adotado, as bases de uma teoria semântica fundamental. E em pronunciamentos recentes do autor, no *Bulletin n. 17*, parece caminhar para o que ele próprio chama de “Teoria da Relação” (in: LANDOWSKI (org), 1981a: 42).

Em outras palavras, vemos hoje o aprofundamento progressivo da teoria semiótica, por meio das novas proposições sobre a narrativa, sobre as modalidades, a figurativização, a discursivização. Mas, ao lado desse aprofundamento, notamos também um aprimoramento epistemológico do quadrado semiótico, enquanto modelo fundamental da significação, conquanto o

próprio Greimas o vê como um simulacro “penosa e ainda insuficientemente elaborado” (*id.* p. 42).

E é a respeito desse aprimoramento epistemológico do quadrado semiótico que vemos atualmente semioticistas e lógicos travarem discussões fortes. Só podemos classificar de proveitosas e deduzir que caminham, na verdade, em busca de uma teoria semântica geral, ou teoria da relação, enquanto fundamento epistemológico para a teoria semiótica (*cf. Le Bulletin 17*, 1981, no seu conjunto). E certamente esse fundamento serve a qualquer disciplina humana, voltada à significação, que busque projetar-se como ciência.

É fato que a semiótica tem como postulado de base que a significação não reside nos termos de uma relação, mas na relação entre os termos. Com isso, pareceria tarefa exclusiva da semiótica o exame da relação propriamente dita. Neste caso, o quadrado semiótico só poderia ser visto como a forma semiótica do universo semântico, nada tendo a ver com a forma científica desse universo. Mas, por outro lado, temos a lembrar que o quadrado semiótico, em sua apresentação eminentemente formal e canônica, isto é, enquanto “modelo constitucional”, apresenta-se como um painel de relações lógicas (contrariedade, contradição, implicação), apenas suscetível de erigir-se em significação *se dinamizado por um operador humano*, isto é, se transformado em um sistema axiológico de valores virtuais. Então, imaginamos não ser uma suposição aberrante interpretá-lo, anteriormente a essa operação humanizante, como uma *forma científica*. Nesse sentido, o quadrado semiótico teria o estatuto de uma forma científica suscetível de se transformar em forma semiótica através da introdução de um sujeito operador humano: o sujeito da enunciação.

Portanto, essa direção que a teoria semiótica procura explorar – o desenvolvimento de uma teoria da relação – parece aproximar-se do que aqui entendemos como forma científica. Embora uma teoria da relação, desse molde, só possa ter como horizonte a teoria semiótica propriamente dita, já que examina o estatuto das relações *em vias de significar*, ela é uma forma científica porque logicamente anterior à “representação antropomórfica” que a converte em forma semiótica. Enquanto forma científica, ela estabelece as relações à maneira das ciências matemáticas, físicas e lógicas. Nesse caso, por exemplo, a descrição do sistema sêmico da espacialidade, esboçado por Greimas (1966) poderia ser comodamente subscrito por essas ciências.

Uma diferença se impõe, no entanto, entre a teoria semântica, como teoria da relação, e as ciências exatas referidas. Estas têm na descrição das formas científicas, enquanto estruturas discriminatórias, o seu objetivo final. A teoria semântica, à sua vez, concebe sua forma científica (o modelo constitucional do quadrado semiótico) como uma etapa primeira, de natureza discriminatória, mas destinada a evoluir em forma semiótica, em estrutura significante. Noutros termos, o quadrado semiótico pode, pois, ser visto como uma forma científica

própria às linguagens, porque capaz de evoluir em forma semiótica – condição do advento da significação – ao receber uma representação antropomórfica.²³

Enfim, e descontando o tanto de retórica da afirmação, se as ciências naturais estabelecem a forma científica de um universo *cosmológico*, a teoria semântica ou teoria da relação teria por finalidade estabelecer a forma científica de um universo *noológico*.

Um modelo triforme de linguagem

Talvez possamos concluir parcialmente a leitura e interpretação que fizemos do artigo de Greimas, acima citado, afirmando que teve a intenção de estabelecer um modelo simples de sobreposição de três formas *para quaisquer linguagens*. O molde tríplice do modelo valeria para ambos os planos, do conteúdo e da expressão e poderia ser visualmente representado pelo seguinte esquema:²⁴

CONTEÚDO	FORMA CIENTÍFICA
	FORMA SEMIÓTICA
	FÓRMA CÓDICA
EXPRESSÃO	FÓRMA CÓDICA
	FORMA SEMIÓTICA
	FORMA CIENTÍFICA

O modelo triforme e os níveis de profundidade

O modo como conduzimos a interpretação do citado artigo de Greimas, procurando instaurar a hipótese de uma concepção triforme de linguagem, já nos encaminha, de certa forma, pelos exemplos comentados, à homologação das três formas aos três níveis de profundidade, formulados numa determinada fase da teoria semiótica (GREIMAS, 1970). A homologação é possível e necessária, dado

²³ Para um maior esclarecimento quanto à « representação antropomórfica » talvez bastasse dizer que a projeção no quadrado semiótico da categoria tímica euforia *vs.* disforia instaura uma valoração numa das dêixis do quadrado, em detrimento da outra (*cf.* a euforia do espaço superior e anterior frente à disforia do espaço inferior e posterior, segundo algumas culturas como a ocidental). É essa valoração humana que, entre outras tantas projeções axiológicas (e ideológicas) no quadrado semiótico, transforma uma forma científica numa forma semiótica. Noutros termos, transforma o quadrado semiótico constitucional num sistema axiológico de valores virtuais, suscetíveis de serem atualizados nos níveis mais superficiais do percurso gerativo da significação (narrativo e discursivo).

²⁴ Lembramos que o esquema apenas explicita o lado formal de uma linguagem, cabendo pois permanecer implícito que tais formas pedem a contrapartida das suas substâncias.

que só se pode conceber a relação entre as três formas ao modo de uma hierarquia de pressuposição lógica a qual determina, pois, níveis de profundidade diferentes: a forma códica pressupõe logicamente a forma semiótica e esta, de igual maneira, pressupõe a forma científica.

Se a primeira destas pressuposições é relativamente fácil de ser admitida, o mesmo não acontece quando temos de concluir que a forma científica é ‘mais profunda’ que a forma semiótica. No entanto, embora possamos dizer que a forma científica tem como destino ser repassada pela forma semiótica, para ser captada como significativa – conforme concepção de ciência bem ao agrado de Greimas: “formas científicas construídas como linguagens” (1970: 48) – ela se mostra, enquanto tal, como estrutura tão somente discriminatória (quer no plano do conteúdo, quer no da expressão). E, por isso, nada tem a ver com o sentido investido nas categorias aí levantadas. Fica, pois, confirmado que a forma científica é anterior à forma semiótica. Esta última não é outra coisa senão nova articulação sobreposta, que investe sentido nas articulações meramente discriminatórias da forma científica.

O modelo triforme e o percurso gerativo

No seu estágio atual, a teoria semiótica vem reequacionando os níveis profundo e superficial, inicialmente formulados em *Du sens* (1970). Reinscreve-os respectivamente como instância semiótica propriamente dita (o nível profundo ou fundamental) e instância narrativa (nível de superfície). E estabelece uma instância mais superficial ainda: a das estruturas discursivas: trata-se da hipótese do “percurso gerativo”.

A homologação da concepção triforme com o percurso gerativo pede um pouco mais de comentário. Se deixarmos de lado a forma códica, que se refere ao nível de manifestação, não incluído na problemática do percurso gerativo, diríamos que uma dupla opção teórica pode ser aventada: (a) considerar todo o percurso gerativo (instâncias sêmio-narrativa e discursiva) como homólogo ao que aqui chamamos forma semiótica. Neste caso seríamos obrigados a postular algum tipo de articulação ‘mais profundo ainda’ para dar conta da forma anteriormente pressuposta, a forma científica. E isso soa aparentemente contraditório, uma vez que para a semiótica o nível fundamental do percurso fornece as articulações *ab quo* da significação, no sentido: « tudo começa aqui »; (b) considerar o nível profundo ou fundamental do percurso como forma científica, reservando o estatuto de forma semiótica propriamente dita apenas à instância narrativa e discursiva.

Um prolongamento da reflexão sobre esta segunda opção parece apontar para uma terceira solução, digamos, conciliatória. A dificuldade maior na questão poderia ser formulada da seguinte maneira: será lícito propor que o nível

profundo do percurso gerativo seja considerado como forma científica, ao invés de eminentemente forma semiótica?

Não se trata de respondermos afirmativa ou negativamente tal questão, sem antes examinarmos mais detidamente a proposição de Greimas e Courtés, no tocante ao nível profundo ou fundamental do percurso gerativo. Primeiramente, convém lembrar que os níveis e os componentes do percurso gerativo são etapas e degraus estruturais que têm caráter puramente operatório. Ao lado de servir à clareza de explicação eles permitem situar adequadamente os lugares de exercício semiótico. Mas, justamente isso, dizem os autores do *Dictionnaire*, “justifica e autoriza remanejamentos e questionamentos (*remises em question*) que a teoria é levada a introduzir aí” (p. 295).

Limitando nossa atenção apenas ao nível profundo, não é difícil apercebermo-nos de que ele não é de caráter monolítico. Não compreende uma articulação única. Ao contrário, compreende uma série de articulações que se encontram nele em graus de derivação diferentes. Se tomarmos, por exemplo, o quadrado semiótico na sua apresentação lógico-formal mais abstrata, isto é, enquanto modelo constitucional, vemos, conforme já notado mais acima, que é montado a partir da relação entre dois eixos contrários, dois esquemas contraditórios e duas dêixis. Ora, sabemos que essa articulação complexa é uma *evolução* da estrutura elementar da significação que, à sua vez, se articula em apenas um eixo, dos contrários.

Ao mesmo tempo, num nível superior de derivação, menos abstrato, o quadrado semiótico se deixa ver – através da projeção nas suas dêixis da categoria tímica (euforia *vs.* disforia) – como um *dispositivo axiológico* de valores virtuais, exibindo um modo de existência paradigmático (as categorias dos universais, as categorias modais...) à espera, por assim dizer, da sua transformação em sintagma, qual seja, em valores atualizados na sua entrada no nível de superfície.

Notemos, pois, que, no mesmo nível fundamental perfilam esse dispositivo axiológico *e também* as regras de sua constituição, enquanto tais, regras que são ditadas, parece-nos, pela estrutura do modelo constitucional. Isso nos leva a pensar que o quadrado semiótico, na sua versão mais abstrata, como modelo constitucional – ou ainda, como um *modelo de relações* (*cf.* os comentários acima sobre a semântica como uma teoria da relação) – estaria alocada na parte ‘mais profunda’ desse nível profundo. É para essa parte, ou instância, que tentamos aqui reivindicar o estatuto de forma científica. Noutras palavras, uma vez cindido o nível fundamental, a instância mais profunda dessa cisão passaria a ter o estatuto de forma científica.

Deve prevalecer, do que foi dito, o caráter meramente sugestivo e indicativo de tal hipótese. Mesmo porque não é tão simples, nem o saberíamos aqui, estabelecer hipóteses sobre até que grau de derivação, dentro do nível

profundo, poderia ir uma tal forma científica e a partir de que ‘limiar’ ela se converteria numa forma semiótica. Muito menos temos condição de entrever como se daria essa conversão.

É que parece sina que o exame progressivo desses níveis do percurso gerativo tenda sempre a cindi-los em outros novos níveis. Talvez seja esse tipo de sina, ou de exigência teórica, que acabe por levar alguns pesquisadores, em conseqüência de reflexão continuada sobre esses níveis, a proclamarem, mesmo dentro da teoria greimasiana, um nível “hiperprofundo” (Pais, 1982: 51), ou então uma instância de articulação “noêmica” anterior à articulação sêmica.²⁵

Quem sabe não seja por exigências teóricas próximas que F. Rastier levanta uma hipótese sobre o estatuto *metalingüístico* do quadrado semiótico. Dado que pode ser utilizado para articular os conteúdos em quaisquer níveis em que se encontram – conforme ele vê em algumas passagens da análise greimasiana do *Maupassant* (1976a) – Rastier deduz (1981) “que, de fato, nessa teoria, o quadrado não está situado em nenhum nível semiótico determinado, simplesmente porque ele pertence ao nível metalingüístico da semiótica”, ou seja, “o quadrado pertence ao nível epistemológico da disciplina”.

Como se pode notar, a instauração da concepção triforme não fica imune a pesadas discussões teóricas. Seu alcance não saberíamos determinar em sua amplitude, muito menos conseguir encerrar nos limites deste estudo. Entretanto, se isso ocorre com relação ao plano do conteúdo, no outro plano, da expressão, o seu desmembramento em três níveis de pertinência parece, num primeiro olhar, como opção cômoda e operacional. E é aqui que deverá dar-se a tarefa de maior fôlego no exame das linguagens complexas. Tais vantagens, se porventura o êxito das eventuais utilizações vier a sancionar tal hipótese, talvez compensem largamente as dificuldades presentes da sua instauração. Vamos então ao novo plano da expressão.

²⁵ Numa proposta recente, Pottier (1980: 21-9) tenta lançar uma nova terminologia para os semas conceptuais que se caracterizam por serem partículas de sentido em nível « a-lingüístico ou conceptual », anteriores aos semas: os *noemas*. Evidentemente não nos cabe aqui prever a sorte do achado. Sua inserção na economia geral da semiótica demanda tempo e paciente trabalho teórico de discussão de sua necessidade epistemológica, de sua eficácia metodológica e de sua operatividade descritiva, tarefas impossíveis de empreender antes de vir a público a anunciada “exposição de conjunto sobre a noêmica” que o autor prepara. No entanto, impressiona a felicidade do termo, postulado para denominar as articulações mais profundas do imaginário humano. Buscado no grego, significa, aproximadamente: fonte de pensamento, inteligência, pensamento, reflexão, projeto, intenção, desejo (Cf. o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de José Pedro Machado)

Linguagem e código

Sempre que se passa do exame de uma linguagem específica para o de um conjunto significativo composto de várias linguagens, verbais e não verbais, como o caso do cinema, a noção de *código*, em substituição à de linguagem, parece impor-se naturalmente. Não se trata de algum desgaste maior do termo linguagem. A noção de código se antepõe porque parece adequar-se melhor quando estamos diante de conjuntos significantes, cujo estudo parece exigir que se dê primazia ao plano da expressão ou, mais precisamente, à substância da expressão. A primazia é às vezes de tal monta que se costuma a identificar código à própria substância da expressão ou, pelo menos, defini-lo *a partir* da substância da expressão.

Basta olharmos para a tipologia disponível dos códigos não verbais para notarmos logo que se deixam classificar em termos de *canais de transmissão*: código musical, código imagético, código cinematográfico, código fílmico, códigos de movimento, de angulação, de montagem, de enquadramento etc. Basta também olharmos para algumas definições de código, dadas por lingüistas, semiólogos ou teóricos da informação para logo detectarmos a forte ligação, quase identificação, da sua definição com o seu plano da expressão. As definições tendem, na maioria dos casos, a ver o código como um *sistema de sinais* que, “por convenção prévia está destinado a representar e a transmitir a informação entre a fonte – ou emissor – dos sinais e o ponto de destino – ou receptor” (DUBOIS *et al*, 1973: 92). Logo em seguida a essa definição, já se amarra o código à substância da expressão: “um código pode ser formado de sinais de diferentes naturezas, seja por sons (código lingüístico), seja por sinais escritos (código gráfico)...” (*ibid*). Codificar fica sendo, então, apenas “estabelecer os elementos físicos capazes de emprestar o canal e que correspondem a esses conceitos” (p. 93). U. Eco, por sua vez, não deixa de acompanhar, pelo menos em seus *Apocalípticos e Integrados* (1976b: 372), a ênfase sobre o plano da expressão, ao estabelecer o código como “sistema de convenções comunicativas que constituem as regras de uso e organização de vários significantes”.

A teoria semiótica considera insatisfatória a definição dos códigos pela natureza da sua substância da expressão. Conseqüentemente, considera também inadequada a tipologia das linguagens a partir dos canais de transmissão. Tal orientação não é capaz de construir, isto é, de estabelecer um *objeto semiótico* na sua especificidade. É talvez somente a estruturação específica daquilo que aqui estamos chamando *forma códica* (seja para o plano do conteúdo, seja para o da expressão) que consegue definir, mais adequadamente, a autonomia de tal objeto e, portanto, a sua existência tipológica. Algumas tentativas recentes de reflexão, em torno do árduo problema de estabelecer uma tipologia satisfatória dos discursos e das linguagens, já indicam que o critério da natureza da substância da expressão é apenas um de uma lista que, por exemplo, Pais (1982: 45-60) levanta,

de mais de uma dezena, e que o autor faz questão de lembrar que não é de modo algum exaustiva.

Se tomarmos as definições apresentadas e invertermos as proporções do peso dos termos e enunciados mais acima, chegaríamos a algo diferente. Ao invés de enfatizar a sua natureza de veículo de uma informação convencionalmente previamente (não se sabe bem como!), poderíamos conceber o código numa versão que nos parece semioticamente mais operacional. Ele se deixaria ver como veículo, mas ao mesmo tempo também como *produtor* dessa convenção entre destinatador e destinatário.

Para isso, o código tem de passar a ser visto como uma *competência semiótica* (do destinatador e do destinatário), capaz de gerar e de articular a significação, cada vez mais refinadamente, em diferentes níveis de profundidade. E, dessa significação, apenas a sua manifestação concreta se daria na forma de sinais (gráficos, sonoros, visuais). A denominação aqui empregada – competência semiótica – é paralela ao que Greimas e Courtés (1979: 54) chamam de “competência do sujeito”. Segundo os autores, ela subsume a *competência modal*, isto é, a “organização hierárquica das modalidades, a qual, por sua vez, gerencia a *competência semântica*, considerada como “conteúdo, como o objeto modalizável e modalizado”. A introdução da denominação “competência semiótica” serve para dar um caráter genérico ao código, prevendo, por decorrência, as utilizações mais particulares, tais como competência lingüística, competência gestual, competência pictórica etc.

O mesmo Umberto Eco (1974: 64) já prenunciava uma concepção deste tipo. É o que vemos quando sugere que o código deve ser entendido “como soma de noções – que por razões de compreensibilidade se pode indicar como *competence* do falante, mas que na realidade representa aquela soma das *competences* individuais que constituem o código como convenção coletiva”.

Duas vantagens são quase que imediatamente auferíveis desta concepção de código. Liminarmente, fica fazendo parte da definição de código a instância do sujeito competente como instaurador e usuário dessa “convenção” – que, nas definições anteriores, vimos, era dada como ‘prévia’, mas não explicada. A convenção deixa de parecer um pré-acordo, arranjado fora ou antes do código, e se torna um dos elementos do próprio código. Fica sendo vista como um *acordo de competências* que se constrói, reitera, polemiza e se transforma *no* código.

Mais importante que isso, agora particularmente para o nosso tema, a definição de código, enquanto competência semiótica, passa a abranger e ser homologável ao próprio percurso gerativo da significação. Com efeito, a competência semântica, juntamente com a competência modal, compõem a competência do sujeito, conforme vimos há pouco. E tudo isso, na proposição de Greimas e Courtés (1979: 54) se confunde finalmente “com os níveis e com

as componentes que a teoria semiótica foi levada a isolar procurando dar uma representação coerente do percurso gerativo”.

Percurso gerativo. Percurso de codificação.

O código, posto como competência semiótica, capaz de articular a significação, isto é, de construí-la em níveis diferentes de profundidade – sob a égide do percurso gerativo, por sua vez, hipótese central da teoria semiótica – deixa de ser visto como simples veículo de uma significação arquitetada alhures. O percurso gerativo pode ser assim, ao que parece, legitimamente interpretado como um percurso de codificação. O exame dessa codificação na instância profunda estabelece a *forma científica* do código; na instância de superfície, estabelece a *forma semiótica* do código e, por fim, na instância de manifestação, estabelece a sua *forma códica* propriamente dita.

Sistema e processo

O esforço homologatório da nossa concepção triforme com o modelo do percurso gerativo da teoria semiótica greimasiana nos obrigou, pôde-se observar, a recorrer a uma certa tautologia. Mas talvez ela não seja de todo imprópria. Tais homologações visam sobretudo lembrar-nos que os modelos que a teoria procura desenvolver, para explicar o sentido, podem construir-se sob uma *imagerie* sintagmática (o percurso gerativo), isto é, sob a forma de processo, ou podem construir-se sob o modo sistemático ou paradigmático (os modelos códigos ou de língua sempre o fazem), sem que tenham de ser considerados modelos diferentes, tratando de coisas diferentes. A este respeito, Greimas, já insistia há bom tempo (1970: 16) que o sentido (objeto terminal da busca semiótica) para se manifestar pode tomar a forma do sistema ou do processo “sempre sendo um, pois o processo pressupõe o sistema e inversamente”.

É portanto de posse de uma concepção que faça o código abranger o percurso gerativo da teoria semiótica, ampliando-o ainda para um nível suplementar, o da *forma códica*, – vista como forma de manifestação, e com as ressalvas já discutidas anteriormente sobre o aspecto *imane*nte da estrutura de manifestação – que gostaríamos de dar mais um passo. Trata-se agora de sugerir um modelo do modo de presença e de funcionamento, em sincretismo, dos códigos no interior de uma linguagem pluricódica.

Antes porém, cabe-nos um exame mais detido do plano da expressão dos códigos em geral, à vista da concepção triforme que estamos procurando justificar. Isto porque, se se puder sustentar, com estudos subseqüentes, a hipótese sugerida mais acima – de que o plano da expressão comporta um ‘efeito de sentido’ peculiar (\approx o sentido da expressão), capaz de definir a especificidade da linguagem examinada –, os estudos ulteriores sobre uma linguagem complexa como a do cinema (fase não atingida por este estudo) necessariamente se

voltarão ao exame minucioso do plano da expressão de cada código nela operante. Neste caso, a estratégia de exploração deste plano, da expressão, também poderá analisá-lo nos três níveis de pertinência (conforme a hipótese do isomorfismo dos planos, de Hjelmslev), sendo portanto uma nova opção descritiva disponível (e, a nosso ver, metodologicamente mais heurística).

CAP. 6 O SENTIDO DA EXPRESSÃO

*A lente, o ângulo, a decoração, os contrastes, as sombras
(ou ausência delas) são o próprio pensamento de um diretor.*

Inácio Araújo (Folbetim, 29.03.83)

O sentido. Plano do conteúdo

É possível que, no decorrer das tentativas de descrição das semióticas complexas, em que o plano da expressão é fortemente destacado, chegue-se à conclusão de que a melhor estratégia de conhecimento da significação global e do modo de sua manifestação, nessas semióticas complexas, seja a de estipular uma decisão metodológica bastante delicada e *tranchée* como se diria em francês: tudo o que tem a ver com o *sentido* deve ser alocado para o plano do conteúdo, mais especificamente, para as instâncias semióticas anteriores logicamente ao discurso manifestado. Se, como o diz Greimas (1970: 8-9), conquanto referindo-se localmente ao lingüístico, o significante é apenas uma “cobertura sonora ou gráfica que, embora *nada tendo a ver com o sentido* o deixa filtrar e chegar até nós”, então é a estratégia acima que estaria aqui explicitamente estipulada: os procedimentos de descrição do significante não nos podem, efetivamente, ensinar nada sobre o sentido. Eles podem tornar-se para a semiótica apenas procedimentos de *verificação*, isto é, visariam estabelecer uma espécie de teste de controle entre os dois planos. Seria medida de garantia da coerência da descrição da significação, empreendida eminentemente no plano do conteúdo, portanto de modo ‘arbitrário’ (entenda-se: a arbitrariedade saussuriana): o plano da expressão apresentaria apenas as articulações discriminatórias, portadoras tão somente de ‘sentido negativo’ (a possibilidade de dizer que « p » *não é* « b » – digamos, em cinema: um *plongée* *não é* um *contre-plongée*). No entanto, mesmo assim limitada, sua função é a de controle ao que se vai postular e descrever no plano do conteúdo: a menor alteração *de sentido* no plano do conteúdo deve corresponder a alguma alteração homóloga (isomorfa no método, não na dimensão) no outro.

É uma hipótese de grande interesse. Por ela, a teoria semiótica pretende livrar a análise das imposições da matéria significante, sem, no entanto, comprometer-lhe a coerência. Torna-se poderosa e fecunda, principalmente como método de análise discursiva, já que o discurso é por ela visto como dispositivo em *massa folhada*, isto é, em que todo o jogo da articulação do sentido se dá em degraus de profundidade, porém, anteriores à manifestação concreta. Esta última fica sendo vista, pois, apenas como meio pelo qual aquela articulação pode emergir à percepção sensitiva. Posicionada em instâncias semióticas, postuladas como anteriores logicamente à manifestação, a teoria semiótica pode conduzir homogeneamente sua análise e suas descobertas. Estas passam a ter

estatuto geral válido para todas as linguagens de manifestação, sem nada ficar a dever aos modos específicos de manifestação das estruturas semióticas. No estágio atual de seu desenvolvimento, a teoria semiótica se propõe, portanto, *deter-se* frente à manifestação propriamente dita. Procura circunscrever os limites de seu objeto de conhecimento no interior de um espaço « intermediário » que se estende, tal como propõe Greimas, entre as estruturas *ab quo* e as estruturas *ad quem* do engendramento da significação.

Ocorre, porém, que, com o andamento das pesquisas, esse espaço intermediário, onde se localiza eminentemente o objeto semiótico, acaba sempre por tornar-se ‘mais vasto’ do que o inicialmente previsto. Isso porque, se podemos dizer, com alguma certeza, que as estruturas semióticas *ab quo* da significação encontram no “modelo constitucional” do quadrado semiótico uma expressão formal relativamente satisfatória e suficientemente operacional, como saber até onde se desdobram as estruturas *ad quem*? A manifestação propriamente dita, qual seja, a instância de presentificação da forma na substância, não é ela também geradora de significação? Essa presentificação não ocasiona nenhum ‘desvio’ ou ‘acréscimo’ de sentido? Ou ela deverá ser vista apenas como um veículo à percepção de uma significação já arquitetada e acabada nas instâncias anteriores?

Bem, respondermos com o auxílio de evidências intuitivas não nos serve muito. Infelizmente as evidências intuitivas não constituem solução; são apenas desafios.

Forma códica. Gramática de manifestação

Se estamos propondo aqui a distinção entre *forma semiótica* e *forma códica* – a partir da sugestão greimasiana de distinção entre forma semiótica e forma lingüística – é justamente para tentar encontrar algum tipo de resposta a tais desafios. Se podemos dizer que o objeto semiótico propriamente dito, anterior à manifestação, é um objeto discursivo, isto é, cujas leis de articulação o faz abranger as dimensões mesmas dos discursos; se podemos dizer que é um objeto transfrástico, cujas leis de segmentação e composição não obedecem a padrões de natureza estritamente lingüística ou códica, então diremos que quando esse objeto semiótico emerge às instâncias mais superficiais desse dispositivo em ‘massa folhada’ que é o discurso, ele se *converte* num objeto códico, ‘frástico’, por assim dizer, embora não possamos generalizar essa coerção lingüística para os outros códigos.

O objeto códico pode, então, ser definido como o modo pelo qual o objeto semiótico se deixa filtrar e enquadrar numa gramática (semântico-sintática) de manifestação, ou gramática códica propriamente dita. Nesse sentido, as gramáticas códicas podem ser tidas como prolongamentos ou decorrências ‘naturais’ – no sentido quando dizemos algo como « isso é natural

que ocorra » –, e cada uma com suas particularidades estruturais específicas, da gramática semiótica discursiva. É como uma inversão de perspectiva ou de ponto de vista: ao invés de entendermos o discurso como uma ‘ampliação’ e complexificação de estruturas menores e anteriores a ele (fonemas, signos, frases, períodos, no caso lingüístico), na verdade, ele é o objeto semiótico primeiro, ou de significância anterior que, em seguida, se deixa enquadrar naquelas estruturas de menores dimensões. Noutros termos, se no caso do lingüístico esse enquadramento se dá na forma frasal, orações sintáticas e hipotáticas, combinações lexemáticas, entre morfemas e gramemas, estas são coerções específicas da forma códica tão somente de natureza lingüística.²⁶

Observemos aqui que, se estamos vendo a gramática códica como um prolongamento da gramática semiótica é porque a conversão de um objeto eminentemente semiótico em objeto códico não lhe suprime o estatuto semiótico geral. Não esqueçamos que a hipótese dos três níveis de pertinência (forma científica, semiótica e códica) se refere a uma concepção de linguagem. E toda linguagem é dotada de um plano do conteúdo e um plano da expressão, segundo Hjelmslev, portanto, eminentemente uma semiótica, *lato sensu*. E quando, por outro lado, dizemos que um código pode ser analisado em três níveis de pertinência ou de profundidade (as mesmas três formas) é porque estamos utilizando código como sinônimo de linguagem. Não pensamos ver incoerência no uso ora englobante ora restritivo do termo, uma vez que, neste estágio sondador de pesquisas em semióticas complexas, talvez não caiba cristalizarmos demais quaisquer definições.

Se entendermos, pois, a gramática códica como a representação semântico-sintática mais superficial (final?) que tomam as articulações semióticas para fazer a significação chegar até nós, poderá ser considerada, também ela, como uma etapa situada entre as estruturas *ab quo* e as *ad quem* da significação. Portanto é uma instância que tem um estatuto semiótico geral, ao lado de um estatuto códico específico. Decorrencia disto, talvez não fosse incorreto dizermos que a manifestação códica, ou antes, a estrutura da manifestação, ou ainda, a gramática códica de manifestação, é também ela geradora de significação. Só não diremos que a forma códica é a estrutura definitivamente *ad quem* do percurso de engendramento da significação porque, no caso das semióticas complexas, presumimos haver ainda uma estruturação logicamente posterior, que sincretiza as formas códicas intervenientes, que as compatibiliza

²⁶ É aqui que vemos com interesse a pesquisa de Metz (1972: 129-70) quando procura propor para o cinema uma gramática – que assumiríamos de bom grado como gramática códica de natureza cinematográfica – a partir do que ele chama “ a grande sintagmática da faixa-imagem” composta de diversos tipos de sintagmas (formas códicas): paralelos, solidários, em feixe, descritivos, etc.

na obtenção da significação global e homogênea (conforme esperamos demonstrar nos capítulos seguintes).

O sentido. Plano da expressão.

Alocar o problema do sentido, e tudo o que tem a ver com ele, para dentro do plano do conteúdo, pode-se dizer, constitui já tradição nas pesquisas semióticas. Sobretudo porque estas se impulsionaram mormente no exame dos discursos literários, mitológicos, vazados através do código lingüístico, cujo plano da expressão não é tão preponderante como outros códigos. Ocorre então que, quando temos de sair do código lingüístico em direção aos discursos vazados em códigos visuais (pintura, teatro, cinema, música) – e mesmo nos casos dos discursos poéticos em linguagem verbal, nos quais o plano da expressão costuma ser freqüentemente a própria razão da sua instauração – temos de reequacionar algumas coisas. Nos casos limites, o plano do conteúdo entra quase que apenas como decorrência lógica, visto que é basilar na teoria que os planos se pressuponham reciprocamente. Então a exclusividade de geração de sentido no plano do conteúdo deve ser reavaliada. Talvez seja lícita a estratégia de considerar o plano da expressão, também ele como instaurador de um semantismo próprio. Talvez caiba concordar, num primeiro momento – e tentar explorá-la –, com a hipótese hjelmsleviana de um *sentido da expressão*.

O termo “sentido da expressão” foi introduzido por Hjelmslev desde os seus *Prolegômenos* (1968[1945]) como a contrapartida, no plano da expressão, do “sentido do conteúdo”. Trata-se então de sabermos se e até onde tal desmembramento é operacional principalmente na descrição do plano da expressão das semióticas não verbais. E aqui, nenhuma resposta poderia ser dada de antemão. As pesquisas a este respeito apenas se esboçam atualmente. Um pesquisador da própria equipe greimasiana, J. M. Floch (1978: 13) sugere que também o significante seja possível considerá-lo como algo mais do que um número de categorias discriminatórias (visão clássica). Poderíamos apreendê-lo, diz, “como um significado e nos interessarmos pela organização lógico-semântica da ‘forma’, pelo sentido investido nas categorias”.

Sentido e significação

Prossigamos o tateamento da questão. Dizer que nas semióticas complexas, ou mesmo no discurso poético-literário, o plano da expressão seja a própria razão de sua existência, ou ainda, dizer que aí o significante seja o próprio significado é, ao que parece, mais uma licença metodológica do que resposta satisfatória. Talvez haja resultados mais operacionais se começarmos por tentar conseguir uma diferença *de natureza* entre o sentido, quando aplicado ao plano do conteúdo, e o sentido da expressão. É claro que resvalamos aqui num problema delicado porque, na verdade, temos de questionar, antes, a

própria utilização do termo *sentido*. E penetrar no labirinto das definições propostas para o sentido representa quase sempre – não obstante tarefa ciclicamente necessária com o avanço das metodologias – o risco de acabarmos montando mais uma definição, a alimentar ainda mais esse concerto incômodo de múltiplas definições.

Assim, para nos restringir ao mínimo necessário, com vistas à distinção de natureza entre sentido do conteúdo e sentido da expressão, talvez baste ficarmos com a noção de sentido proposta por Hjelmslev (1968). Este o inferia a partir das realizações das cadeias lingüísticas, não importando o número delas em exame, como sendo “o fator comum” que somente pode ser definido “por sua função com o princípio estrutural da língua” (p.68). Os exemplos arrolados pelo autor – *jeg véd det ikke, I do not know, Je ne sais pas, en tiedä, naluvara* ≈ “eu não sei”) – permitem inferir, no seu conjunto, uma zona comum de sentido que, utilizando o latim, poderíamos traduzir por *non scio* ou, mais genericamente, *non scire*, qual seja, a zona de sentido « NÃO-SABER ».

Segundo nossa interpretação, o conjunto das considerações de Hjelmslev, tentando explicar o sentido, não é muito claro e até, parece-nos, um pouco titubeante. Com efeito, Hjelmslev admite explicitamente, por um lado, que o sentido apresenta-se “provisoriamente como uma massa amorfa” (p. 69) – portanto assimilado ao *continuum amorfo*. Mas, por outro lado, levanta exemplificações identificando-o não diretamente ao contínuo amorfo, mas antes às suas “zonas” (zona de sentido dos números, dos tempos verbais, das cores, zona vocálica). Ou seja, esse ‘zoneamento’ do contínuo amorfo, onde se distribuem as zonas de sentido, não deixa de ser já, ele próprio, um princípio de organização, portanto não tão amorfo como o amorfo do contínuo. Nesta segunda acepção, então, o sentido não é mais assimilável diretamente ao contínuo amorfo, postando-se, antes, como alguma *instância intermediária* entre o contínuo amorfo e as estruturações específicas das línguas.²⁷

Essas dificuldades não impedem que as exemplificações dadas pelo autor sejam muito sugestivas. Elas permitem conceber o sentido como um macro-universo semântico suscetível de receber uma descrição formal em micro-universos. É assim que podemos dizer que a zona de sentido do *non scire*, do exemplo de Hjelmslev, deixa-se reconhecer como uma das quatro posições da modalidade do |SABER|-(FAZER-SER). É aqui que se revela o potencial heurístico do quadrado semiótico de Greimas, visto que se trata de um dispositivo operacional de *formalização do sentido*. E essa formalização nada mais é do que a descrição da sua articulação levando-o à produção da significação nos discursos. Noutros termos, formaliza o sentido (do contínuo amorfo) nos sentidos (as significações) do discurso.

²⁷ Em outro lugar (Bevidas, 1983) desenvolvemos mais amplamente uma leitura da proposta hjelmsleviana sobre estas questões, aqui sucintamente postas.

Como se vê, tocamos aqui em outro conceito delicado, a *significação*, cujas definições também se cruzam e se chocam nas diversas teorias e mesmo, freqüentemente, no interior de cada uma delas. A teoria semiótica procura minimizar as dificuldades ao reduzir seu alcance, e defini-la operacionalmente como a *forma* (semiótica) *do sentido*. Podemos assim passar tangencialmente pela espinhosa questão do sentido. Se dissermos, pois, que todo o discurso é portador de sentido e que a tarefa da teoria semiótica é a de descrição da significação do discurso, tais frases não mais confundirão sentido e significação. Elas quererão dizer que a tarefa da teoria semiótica é dar uma descrição formal do modo como o sentido se articula, em significação, nos discursos.

Semantismo da expressão. Consignação.

Se sentido e significação passam desse modo a conviver harmonicamente, sem se confundir, na metalinguagem descritiva do plano do conteúdo, seria desejável poder obter o mesmo tipo de comodidade operativa para o plano da expressão. Para isso, dois caminhos são possíveis: (a) ou bem dotar estes termos de nova definição, adequada aos fatos observáveis no plano da expressão, isto é, tomá-los como um ‘sentido da expressão’ (a ser definido por contraposição) e uma ‘significação da expressão’ (igualmente a ser definido) ou então (b) sugerir outros termos que consigam mostrar-se mais vantajosos para cobrir as articulações de tal plano.

Toda vez que o termo ‘sentido da expressão’ é utilizado, é quase impossível evitar ter de colocá-lo entre aspas. O termo sentido parece ajustar-se mais naturalmente ao plano do conteúdo, dos dados conceptuais, como se seu uso no plano da expressão não conseguisse deixar de se mostrar metafórico, oblíquo. Essa aparente ‘incompatibilidade’ conceptual não seria por si só problemática. O uso pouco corrente não constitui aqui impedimento. E Hjelmslev viu nessa utilização uma maneira cômoda de sublinhar o paralelismo entre os dois planos.

O modo como ele arranjou as exemplificações para dar ao sentido da expressão uma *imagérie* paralela à do conteúdo – as formações *Berlin* e *Got* – em várias cadeias lingüísticas – não parece conseguir, segundo nossa interpretação, alçar uma definição operacional do sentido da expressão. Mesmo a exemplificação, aparentemente bastante elucidativa, de que o falar com *sotaque* seria simplesmente dar uma forma (lingüística), na língua de chegada, a um sentido da expressão da língua de partida (materna), não consegue ajudar muito. Não queiramos do autor o que ele não se propôs oferecer, ou o que a teoria de então não estava em condições de apresentar. O que é preciso, então, é procurar, do mesmo modo como foi forjado um mecanismo para a formalização do sentido do conteúdo (o quadrado semiótico), estabelecendo-o como significação, alguma maneira de formalizar homologamente o sentido da expressão.

Dizer que já existem mecanismos capazes dessa formalização, para o sentido da expressão, é dizer meia verdade. Dizer, por exemplo, que a zona de sentido, ou melhor, que o micro-universo de sentido da expressão do espectro sonoro pode ser formalizável pela disciplina chamada *fonética* é explicar apenas uma parte do problema. Tal disciplina – segundo o raciocínio que vimos adotando das reflexões já encaminhadas aqui – consegue expor a *forma científica* (ou uma das formas científicas) desse espectro sonoro. Por sua vez, dizer que a *fonologia* está em condições de cumprir a tarefa formalizante é igualmente incerto: ela consegue formalizar a resultante códica desse espectro, isto é, estabelece a *forma códica* da expressão.

Aqui está a razão maior da proposição dos três níveis de pertinência, ou de profundidade, para a descrição do plano da expressão – e que, por força, tivemos de estender ao plano do conteúdo. Se temos duas disciplinas que, no caso lingüístico, conseguem formalizar, isto é, descrever o sentido da expressão no seu limiar superior (forma científica) e no seu limiar inferior (forma códica), carecemos de algo que possibilite uma *descrição semiótica* da parte nuclear do sentido da expressão. Carecemos de algum mecanismo metodológico que o formalize dentro daqueles limiares, no intervalo, isto é, que o faça apresentar-se enquanto *forma semiótica*. Enfim, carecemos de algo que apresente o ‘sentido’ do sentido da expressão.

Em busca disso, é bem possível que acabe por se tornar imperativo abandonarmos os termos significação e sentido para o caso do plano da expressão. Expliquemo-nos. Podemos dizer, numa observação primeira, que um dos modos satisfatórios de descrição em geral seja o de estabelecer um componente sintáxico e um componente semântico para o objeto – conforme utilidade comprovada pela teoria semiótica na aplicação desses componentes ao plano do conteúdo. Nesse caso, então, o plano da expressão poderia ser postulado como presentificador de um *semantismo da expressão*, de natureza particular. O plano da expressão *não teria, pois, nada a ver* com o sentido propriamente dito, no sentido forte do termo (notemos que nos itálicos praticamente repetimos uma formulação, já citada, de Greimas). O sentido voltaria, comodamente, a ser reservado ao plano do conteúdo, conforme o quer Greimas. Mas o plano da expressão daria, por assim dizer, sua cota de contribuição ao sentido, através de tal semantismo da expressão. Este seria responsável, juntamente com o respectivo componente sintáxico, pelo jogo das articulações eminentemente semióticas (formas semióticas) do plano da expressão. A função deste acabaria por ser nada menos do que ‘provocar’ os efeitos de sentido concernentes no plano do conteúdo.

O termo *provocar* é proposital. Não temos elementos teóricos hoje para discutir a questão de saber se os efeitos de sentido possam ser *criados* pelas articulações semióticas do plano da expressão, tal como aqui entendidas. Pensamos atualmente que seja mais rentável para a teoria postular que somente a

forma semiótica do conteúdo seja capaz de *instaurar* um efeito de sentido. Nesse caso, caberia eminentemente à forma semiótica da expressão a tarefa, aparentemente pequena, mas decisiva, de ‘excitá-lo’, ‘provocá-lo’. Essa provocação poderia ser tida como uma espécie de aliteração, ou reverberação, de tipo especial entre os dois planos, espécie de redundância que estabelece a legitimidade ou veridicção do sentido, visto que, desde Saussure, ele é imposto ‘arbitrariamente’ ao plano do conteúdo. Noutros termos, essa reverberação, aliteração, provocação, excitação – os termos aqui são todos tateamentos, à espera de definição mais justa e adequada – seria um reforço do efeito de sentido «verdade» para o que se está a significar no plano do conteúdo. Para um exemplo breve, basta que pensemos num simples dito como, por exemplo, este que trago, de memória, a partir de uma canção de Itamar Assunção: “entre um sim e um não existe um vão”. Ou seja, a rima *não-vão* dá um valor maior de «verdade» do que outras alternativas (desesperadas) de dizer que entre um sim e um não haja...espaços, intervalos, distância, separação, um mundo de coisas, ou outras soluções que o valham. A rima é, pois, eminentemente uma forma semiótica da expressão que colabora com seu semantismo de expressão, específico, para o jogo final dos efeitos de sentido de uma frase dessas. Eis, portanto um imenso canteiro de trabalho para o desenho de uma semiótica do plano da expressão. Nenhuma fonética, nenhuma fonologia, salvo melhor juízo, conseguem explicar o núcleo forte, semiótico, de uma rima.

Por sua vez, com essas armas na mão, poderíamos pensar, à vista do que ocorre no conteúdo, em um «percurso gerativo» para o que ocorre na expressão. Com efeito, se, para o plano do conteúdo, o jogo das articulações do sentido – desde as instâncias fundamentais *ab quo* até as instâncias *ad quem*, englobando, pois, a instância da forma códica – estabelece o percurso gerativo da significação, poderíamos avançar um conceito novo. Haveria um percurso paralelo a se dar eminentemente no plano da expressão. Para o jogo das articulações do semantismo da expressão – e, à vista do que foi refletido como a provocação, legitimação, veridicção que ele excita no outro plano – poderíamos cunhar o conceito de «percurso de consignação», com o apoio de algumas acepções etimológicas do termo tais como de “marcar com um sinal, selar...” (MACHADO, 1967: p. 685). Note-se que a introdução do termo é tentativa, primeiro, de não abandonar o campo semântico da significação (daí a manutenção do radical) e, em seguida, de procurar evitar ambigüidades, metáforas e obliquidades suscetíveis de sempre rondarem a utilização do termo ‘significação’ para o plano da expressão quando porventura se têm de referir a ele como resultado da articulação dos semantismos da expressão.

Assim, diremos que o plano da expressão não *cria*, mas é o único a *consignar* a significação do plano do conteúdo. Dá-lhe uma marca expressiva que torna possível sua manifestação à percepção (aos sentidos). As articulações do plano da expressão apresentam-se, assim, como teste de controle, de garantia, de

legitimação, em suma, de *consignação* da significação descrita no plano do conteúdo.

Portanto, para retomarmos a reflexão desde as questões do início deste capítulo, mesmo na descrição das semióticas complexas, a forte presença do plano da expressão não requer necessariamente a postulação de um sentido ou de uma significação *sui generis*, na acepção plena de tais termos. Para evitar aqui um ônus talvez excessivamente pesado de ser conduzido operacionalmente, bastaria entrever nesses planos complexos, um *semantismo da expressão*, cujas articulações estariam montadas num *percurso de consignação* das significações descritas como percurso gerativo da significação, no plano do conteúdo.

Tentativas de descrição do plano da expressão

Por certo, estes ajustes metalingüísticos não dão um passo sequer na tarefa de descrição propriamente dita do plano da expressão das semióticas complexas. Temos de nos contentar com ser apenas sugestões metodológicas que, mesmo não vingando tal e qual, permitem contudo que discussões em torno do problema possam ser levantadas. Mesmo porque, as descrições de cunho semiótico que se começam a empreender no plano da expressão das semióticas não verbais parecem ressentir-se da falta de soluções metodológicas.

Alguns pesquisadores, como Thürlemann (1978: 18), trabalhando no domínio da substância da expressão cromática, tentam buscar um viés metodológico na exploração dos *níveis* de substância, propostos por Hjelmslev, em seu *Essais linguistiques* (1971). Assim, é sugerida uma hierarquia de três níveis de substância cromática: (a) nível de apreciações coletivas; (b) nível sócio-biológico; (c) nível físico. Para Thürlemann, as categorias dos níveis sócio-biológico e físico parecem ser de mesma natureza “apenas com a diferença de sua pertinência ou não pertinência semiótica no interior de um processo”. O nível físico seria, pois, extra-semiótico. Por sua vez, o nível sócio-biológico, mesmo semioticamente pertinente, seria distinto do primeiro nível, o das apreciações coletivas. Este último teria o selo da pertinência semiótica *imediata*: “o único nível que do ponto de vista semiótico seja *imediatamente* pertinente”. Outros pesquisadores, como Floch (1978: 1-16), também operando no domínio da substância cromática, preferem investigar alguma saída de análise que opere com apenas dois níveis de profundidade: um nível profundo, das categorias cromáticas, “comparáveis às categorias fêmicas”, e um nível superficial, das “figuras cromáticas”, ou “tons”, onde se situam os taxemas.

Não vemos razão para prosseguir o comentário, com maiores detalhes, sobre o direcionamento de tais pesquisas. Sua indicação tem aqui apenas o intento de mostrar que as tentativas se esboçam em direções ora semelhantes, ora diferentes, justamente pela falta de alguma metodologia já organizada. Quanto a nós, não temos condição atual de ir muito além do que simplesmente

continuar a justificar nossa própria sugestão de descrição do plano da expressão, a partir dos três níveis de pertinências (formais, não substanciais), isto é da forma científica, semiótica e códica, frente a essas duas outras tentativas.

Tanto um quanto outro dos autores comentados não parecem ter em mente uma instância propriamente *códica* de descrição do plano da expressão. No caso de Floch é fácil observá-lo, porquanto estabelece apenas dois níveis de descrição, que poderiam ser aproximados da nossa forma científica (categorias cromáticas) e da forma semiótica (figuras cromáticas). Por sua vez, Thürlemann, conquanto estabeleça três níveis, também não parece destacar com suficiente distinção se haveria algum que se situasse numa instância códica. De fato, se o seu nível físico pode ser homologável à nossa forma científica, os outros dois níveis (sócio-biológico e das apreciações coletivas) só podem postar-se como formas semióticas. Isto porque, quando Thürlemann diz que o primeiro nível (apreciações coletivas) é quando “expressão e conteúdo coincidem (é assim que nós traduzimos a fórmula ‘imediatamente pertinente do ponto de vista semiótico’)” não parece querer dizer que se trata da *função semiótica* entre expressão e conteúdo.²⁸ Ao contrário, tratar-se-ia de um momento logicamente anterior, conceptual, em que se dão, por assim dizer, as correspondências sinestésicas entre sentidos de ordens diferentes (entre som, cores, etc.). E, justamente porque vemos aí o nível imediatamente pertinente do ponto de vista semiótico, é que preferimos encará-lo precisamente como forma semiótica.

Seja como for, quer levemos a discussão adiante, quer nos detenhamos aqui, o certo é que somente as tentativas práticas de descrição dos planos da expressão é que poderão estabelecer com maior precisão os ganhos e perdas de cada estratégia. De nossa parte, a contribuição que podemos trazer no momento é modesta porque mal é capaz de *indicar* uma estratégia. Mesmo assim, tal indicação já nos parece suficiente a podermos distinguir bem as tarefas e as pertinências que necessitam ser conduzidas autonomamente na descrição de tais planos.

Deixemos de lado, por não pertinente do ponto de vista semiótico propriamente dito a forma científica. No caso específico do cinema, ela se incumbiria, entre outras coisas, da descrição física da projeção da imagem na tela, da criação da imagem através do aparato tecnológico, das coerções retinianas de captação e percepção das imagens. Pensemos em todas as demais coerções mais ou menos paralelas à descrição físico-acústica e articulatória da disciplina chamada Fonética, no caso do lingüístico. Descartada essa descrição pelo trabalho semiótico – não obstante seu interesse para a globalidade da linguagem

²⁸ Conforme esperamos precisar mais adiante, trata-se com a “função semiótica” de uma função *de manifestação*, isto é, instauradora e presentificadora do signo na manifestação, portanto *função códica*, propriamente dita, a despeito de seu caráter de « função semiótica » *lato sensu* (cf. discussão entre o sentido restrito e o sentido amplo do termo semiótica mais atrás).

examinada – duas outras tarefas são claramente distintas. Elas correspondem à descrição de tal plano enquanto nível semiótico e nível códico. A descrição códica se empenhará no jogo das compatibilidades e incompatibilidades da presença dos elementos códicos, da sintaxe códica, das implicações de presença/ausência de determinadas unidades códicas no decorrer da sintagmática filmica – pensemos na combinatória de planos, de movimentos, enfoques, movimentos angulares da câmara, presença/ausência de música ou outro som, closes, etc. Nada disso é tarefa da descrição da forma semiótica *stricto sensu*. Esta terá de se ver, e tentar descrever o porquê e o modo pelo qual essa parafernália de elementos códicos, elementos recursivos, em combinatória, são capazes de fazer ‘significar’ ou, mais precisamente, são capazes de *consignar* a significação do discurso filmico. Como, por exemplo, um *plongée* consegue provocar e firmar um efeito de sentido de « rebaixamento » (humilhação, submissão, etc.). Noutros termos, caberá à descrição da forma semiótica explicar de que modo todo o jogo de angulação da câmara, seus movimentos, seus enquadramentos, sua filtragem e escolhas de focalização, entre mil outros procedimentos recursivos do cinema, descrever como tudo isso opera para consignar os efeitos de sentido instaurados pelas articulações das categorias tímicas, modais, veridictórias, e outras, estas a nata e núcleo do plano do conteúdo de todo o texto, filmico, no presente caso. São algumas respostas que uma descrição eminentemente semiótica desse plano terá de trazer.

Nessa direção, é até possível que se chegue a um estágio em que devam ser abandonadas algumas tentativas de análise, costumeiras até hoje. Estas se mobilizam descritivamente com inúmeras terminologias como códigos de angulação, códigos de enquadramento, códigos de movimento, códigos de iluminação, entre outros. A partir do ponto de vista semiótico é bem possível que outras soluções venham a ser propostas, novas pertinências e, conseqüentemente, novas denominações códicas, portanto, novos objetos de conhecimento. Estes não mais estariam extraídos diretamente na tecnologia física da produção (forma científica), mas projetados para o horizonte *generalizante* que caracteriza a pesquisa semiótica como teoria da significação nas linguagens em geral.

Nesse sentido, se, por exemplo, a mobilização interna (diegética) das personagens consigna uma determinada significação; se o movimento ‘externo’ da câmara consigna outra significação, então uma descrição semiótica abandonará a questão da câmara e do movimento e se verá na tarefa de descrever tal situação a partir de uma *semiótica proxêmica*, e, no caso presente do cinema, como esta linguagem resolve as articulações semióticas sob o modo de um *código proxêmico*. A primeira tarefa comporá uma práxis descritiva que não se limite a explicar tal ocorrência (deslocamento dos personagens ou da câmara) apenas num micro-universo manifestado (o filme), mas que estenda seu alcance até o inventário das leis de articulação, o mais genericamente possível, no que se

refira à distribuição tópica dos personagens e seus movimentos, que atingirão todas as semióticas “espetaculares”, estudos que acabarão por abranger o teatro, os ritos, os jogos, etc. Com essa destinação generalizante, é somente com a constituição de uma semiótica proxêmica que se poderá pronunciar, com propriedade, sobre o modo como um deslocamento particular de personagens, num micro-universo de discurso (fílmico), pode ou não consignar tal ou qual significação.

De igual modo, talvez seja mais vantajoso explorar, para o caso dos movimentos ‘externos’ da câmara, a possibilidade de se estabelecer uma *semiótica cinética* – de kinetikos « que põe em movimento, que move » – e, em progressão, um *código cinético* que a resolva numa ou noutra linguagem local. Esta nova dupla descritiva observaria não só os deslocamentos horizontais (*travellings*) da câmara, mas também os verticais (angulação, *plongée*, *contre-plongée*, as acelerações ou retardamento da câmara lenta, etc). Por sua vez também, antes de se falar em códigos de enquadramento, talvez caiba a tentativa de vê-los como manifestações locais de uma *semiótica da focalização* e suas resultantes em *código de focalização*, que abrangeria também todas as espécies de *closes*.²⁹

Poderíamos prosseguir (e até gostaríamos) com esses tipos de ‘deslocamento’ de pertinências, não fossem os limites da nossa própria competência com relação à experiência códica no cinema, não fosse também uma outra prioridade. Temos de avançar em direção a um melhor conhecimento sobre o modo de presença e de funcionamento dos vários códigos no interior das semióticas complexas, isto é, sobre a sua estrutura de manifestação.

Seja como for, e mesmo confessando o caráter fortemente hipotético (e inseguro) das sugestões acima, presumimos que o ponto de vista semiótico requer algo bem preciso. Requer que os objetos *criados* (as semióticas e os códigos sugeridos em desordem) tenham por função fazer a práxis descritiva

²⁹ O termo *focalização* é emprestado de Pottier (1980: 21) quando diz que “o referente físico propõe à nossa percepção uma infinidade de possíveis”. Mas quando deparo com uma árvore, posso ‘ver’ o tronco, escolher a forma ou cor das folhas, das flores ou dos frutos. Posso me voltar aos pássaros, às borboletas que pousam nela. Diante disso, diz o lingüista, “meus hábitos culturais, minha situação de comunicação e minha intenção de discurso me fazem selecionar (focalizar) dois ou três traços referenciais, que serão necessários e suficientes para que escolha, por exemplo, a denominação ‘arvore’”. Essa focalização, que não deixa de receber suas coerções de natureza físico-perceptivas, retinianas ou auriculares (formas científicas) é eminentemente semiotizada quando, por exemplo, apuramos os olhos e ouvidos para captar uma ‘pertinência’ visual ou sonora visada), isto é, formas semióticas. Ora, a focalização, assim semiotizada, parece-nos um componente fortemente pujante no caso do cinema. Parece ser ele a comandar os percursos isotópicos desejados pelo enunciador. Parece-nos responsável, enquanto forma semiótica da expressão, pela consignação, na manifestação expressiva, de todo o jogo das articulações manipulatórias que o sujeito da enunciação, na posição actancial de enunciador, impinge à posição actancial do enunciatário.

tomar sempre uma orientação, ao mesmo tempo, generalizante e de aprofundamento. No primeiro caso, cabe fazer com que as análises das manifestações particulares, dos micro-universos de discurso realizados (filmes) dêem subsídios para a montagem das articulações semióticas mais gerais, válidas para todos os discursos fílmicos, quem sabe, para todos os discursos complexos; no segundo caso, a tarefa é fazer com que o avanço nos degraus de profundidade dos discursos (fílmicos) revelem as articulações mais fundamentais do imaginário humano, estruturas ‘em aberto’, das quais os micro-universos de discurso locais não passam de manifestações particulares, em ‘fechamento’.

É neste curso de aprofundamento que a descrição sentirá, supomos, a necessidade da ‘legitimação’ de seus achados, qual seja, a necessidade de vê-los *consignados* no plano da expressão. E a tarefa de explicar tal consignação é bem, queremos crer, o desafio central das descrições particulares do plano da expressão dos vários códigos nas linguagens complexas. Será nessas descrições que talvez se revelará ou não a validade da distinção, aqui sugerida, entre um nível semiótico *stricto sensu* e um nível códico, através do qual as articulações daquele se apresentam *conformadas* a uma gramática de manifestação, em condições tais, portanto, de aceder à percepção significativa.

Para sublinharmos a importância de tal distinção basta, pois, interpretarmos que as formas semióticas (do conteúdo e da expressão) só se manifestam sob a cobertura semântico-sintática das formas códicas (da expressão e do conteúdo). Por sua vez, se as formas códicas se mostram como a representação semântico-sintática final das formas semióticas, são elas que têm por função precípua contrair a relação propriamente instauradora do signo na manifestação, qual seja, a relação que Hjelmslev entende por “função semiótica”.

Com estas interpretações, permitimo-nos dizer que, por meio das formas códicas (expressão e conteúdo) e a “função semiótica” entre elas, estamos adentrando o espaço mesmo da instância de manifestação. Talvez até caiba assumir, por decisão metodológica, que sejam constitutivas da própria estrutura da manifestação. Em seguida, como a instância de manifestação das semióticas complexas envolve a presença e interação simultânea de vários códigos, torna-se uma necessidade tentar a proposição de algum modelo que vise explicar o modo de presença e de interação desses códigos. Assim pensado, este seria mais um passo para o conhecimento da estrutura de manifestação das semióticas complexas. É o assunto dos próximos capítulos.

CAP. 7 FUNÇÃO INTERSEMIÓTICA (DE SINCRETIZAÇÃO)

O sincretismo dos códigos

Para quem viu, nos seriados televisivos dos filmes de HULK, há momentos em que David se metamorfoseia em um colossal homem verde, operação que nos informa sobre um significado, digamos livremente, de “indivíduo fortíssimo”(e raivoso). Semioticamente falando, a operação de transformação do actante sujeito o dota da modalidade do /PODER-FAZER/, entre outras. Não é difícil notar aí os vários códigos operando conjuntamente para construir o efeito de sentido (semema) indicado: o cromatismo (verde), a sonoridade (ruído das roupas rasgando-se), a angulação (a tomada da câmara do Hulk é sempre em *contre-plongée*), a gestualidade (grito feroz, punhos cerrados e braços angulados). Todos são meios de manifestação que denunciam a presença e o funcionamento de vários códigos.

A simples evidência comprova que os códigos operam compatibilizados, que todos concorrem na obtenção do efeito de sentido apontado. Por outro lado, não é ilegítimo supor que tal efeito de sentido só possa ser obtido por meio do tratamento imagético que recebe, qual seja, apropriando-se do *sentido da expressão* (ou semantismo da expressão, como gostaríamos), construído pela combinatória dos códigos. O semema verbal, escolhido livremente para ‘traduzi-lo’, só pode ter, pois, o estatuto de termo metalingüístico, porque instaurado na metalinguagem descritiva.

O exemplo, que não pretende mostrar-se mais do que simples ilustração, é suficiente a levar-nos a reiterar que a investigação sobre os semantismos da expressão (cf. capítulo anterior) e sobre o modo de presença e de interação dos códigos sejam tarefas que supomos específicas e prioritárias, no exame das linguagens complexas, tal como o cinema. Vemos nesse tipo de investigação a possibilidade de definir a própria especificidade de tais linguagens, ou seja, sua autonomia enquanto objetos semióticos.

Nesse sentido, o esforço do presente capítulo é procurar alguma explicação – compatível com a metalinguagem e metodologia da teoria semiótica – para o que podemos chamar de modo de presença ‘sincrético’ dos códigos numa linguagem complexa ou, o que vem a dar no mesmo, para descrever o *sincretismo* dos códigos aí operantes. Lembremos, de antemão, que o termo “sincrético” é usado por Greimas e Courtés (1979) sem, no entanto, estar definido aí de maneira precisa e restrita para o caso das semióticas complexas. Por isso, nosso esforço presente visa exatamente dotar o termo de uma definição mais restrita – e semioticamente aceitável – para o caso de sua utilização nas descrições das linguagens complexas.

O conceito que imaginamos mais adequado para explicar tal sincretismo vem-nos de Hjelmslev (1968): o conceito de *função*. Quando o autor o enuncia, procura deixar claro que pretende obter um conceito *sui generis* para a lingüística (por extensão, para a semiótica). Segundo ele, o sentido desse conceito se encontraria

“a meio caminho entre seu sentido lógico-matemático e seu sentido etimológico, tendo este último desempenhado um papel considerável em todas as ciências, inclusive na lingüística. O sentido, como o entendemos, é mais próximo do primeiro, mas não idêntico a ele. Precisamente este conceito intermédio e de combinação é o que precisamos em lingüística. Assim, podemos dizer que uma entidade do texto (ou do sistema) tem certas funções, e com isso pensar: primeiro, aproximando-nos do significado lógico-matemático, que a entidade mantém dependências com outras entidades, de tal sorte que certas entidades pressupõem a outras; e segundo, aproximando-nos do significado etimológico, que a entidade funciona de um modo definido, cumpre um papel definido, toma uma ‘posição’ definida na cadeia” (p. 49-50).

Hjelmslev prossegue o capítulo elaborando a natureza das funções. Estas se distinguiriam conforme seus funtivos estivessem em relação de pressuposição recíproca (*função de interdependência*), ou em relação de pressuposição unilateral (*função de determinação*). Haveria ainda uma relação de combinação, sem nenhum tipo de pressuposição por parte de nenhum de seus funtivos (*função de constelação*).

De todas elas, sabemos que a função essencial, em qualquer sistema semiótico, é aquela que contraem a forma do conteúdo e a forma da expressão de um código: a função semiótica (de interdependência). É esta a função que instaura a significação, ou antes, o efeito de sentido de um signo, e o constitui enquanto tal. E não importa sua extensão (morfemática, frasal ou textual). A função semiótica define-se pela pressuposição recíproca entre seus dois funtivos que, desta forma, se apresentam como “solidários”. Se assim é, podemos circunscrever sua operação e sua presença apenas e tão somente no *interior* de uma linguagem, de um código. Noutras palavras, pelo fato de estabelecer a relação de interdependência entre a forma (códica) do conteúdo e a forma (códica) da expressão, só podemos afirmá-la como função *intrasemiótica* ou *intracódica*. Enquanto tal, não seria, portanto, possível estender, sem mais, seu alcance para possíveis relações *intercódicas*.³⁰

³⁰ A ser-nos lícito continuar sustentando a divisão tríplice dos planos – em forma científica, forma semiótica e forma códica – e, tendo em vista que a forma códica nada mais é do que um prolongamento ou decorrência da forma semiótica que se ‘conforma’ à forma códica para aceder à manifestação – diremos que a função semiótica, justamente por ser função de signo,

É curioso notar, porém que a função semiótica, embora sendo apenas um dos três tipos de funções formulados pelo lingüista de Copenhague, foi a única que se difundiu amplamente em semiótica, a ponto de quase forçar o raciocínio a operar apenas com base na interdependência, na pressuposição recíproca. Mas é com base na abertura teórica permitida pelos outros tipos de função – principalmente a função de constelação – que podemos postular que as significações (funções semióticas) dos códigos, que operam concomitantemente numa linguagem complexa, não são estanques, cada um estabelecendo sua função intrasemiótica por si. Tais códigos contraem funções entre si. As funções semióticas, internas aos códigos, não operam isoladamente, cada uma formando uma significação particular (uma função semiótica), para depois se juntarem por algum processo estranho de somatória, ou algum mais misterioso de simbiose – coisas difíceis de serem integradas na economia da teoria semiótica. A sua integração só pode ser explicada satisfatoriamente, presumimos, vendo aí que novas funções sejam contraídas *entre* as funções semióticas de cada código.

Em outras palavras, as funções semióticas dos vários códigos numa linguagem complexa podem se tornar funtivos de nova função – que denominaríamos provisoriamente como *função intersemiótica*. Hjelmslev previu essa possibilidade ao afirmar, explicitamente, que “as funções podem ser funtivos, pois que pode haver função entre as funções” (1968: 49). Através da função intersemiótica podemos dizer que obtemos a *integração* das significações dos códigos heterogêneos de uma linguagem complexa. Essa integração pode receber uma denominação precisa, e restrita ao domínio das semióticas complexas: a de *sincretismo* dos códigos.

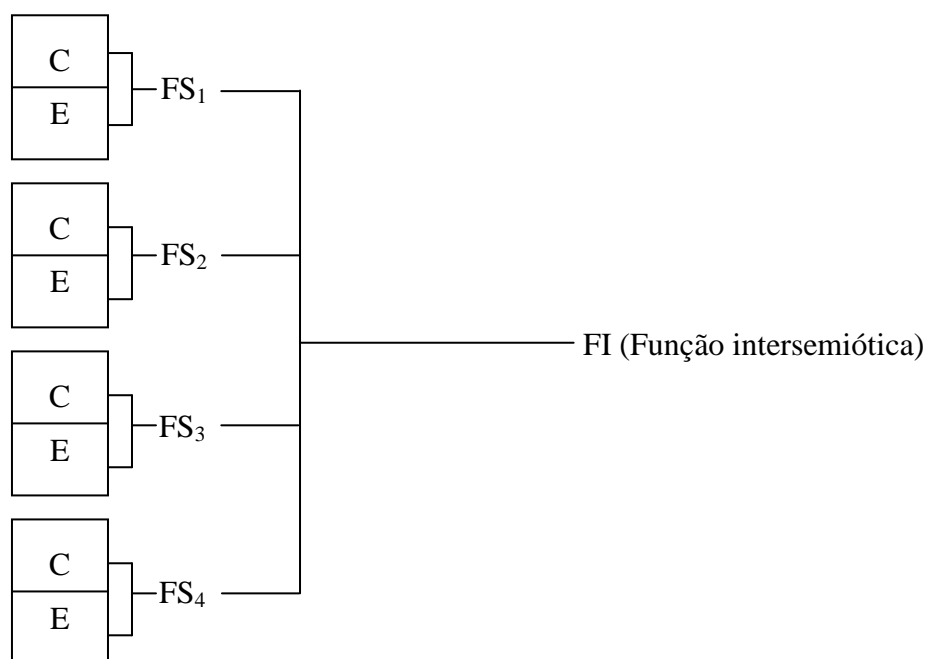
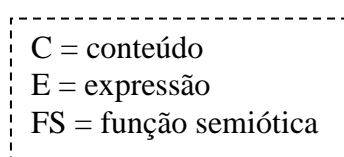
O termo sincretismo parece bem útil e ajustado para definir o modo de presença dos códigos no interior das semióticas complexas. Ele conserva etimologicamente a acepção de um « conglomerado heterogêneo » (advém da história da reunião dos povos da ilha de Creta, para sua defesa). Por esta etimologia historicamente datada, conserva o sentido de uma certa ‘desorganização’, qual seja, certa autonomia de cada um dos participantes, tal como a história nos conta ter sido a dos povos cretences que, no entanto, foram bem sucedidos na defesa da Ilha. Por sua vez, se por esta acepção etimológica, o termo consegue pôr em evidência a autonomia dos códigos intervenientes, por outra acepção – mais firmada em semiótica, em que uma grandeza (aqui, a linguagem cinematográfica) é capaz de subsumir dois ou mais termos

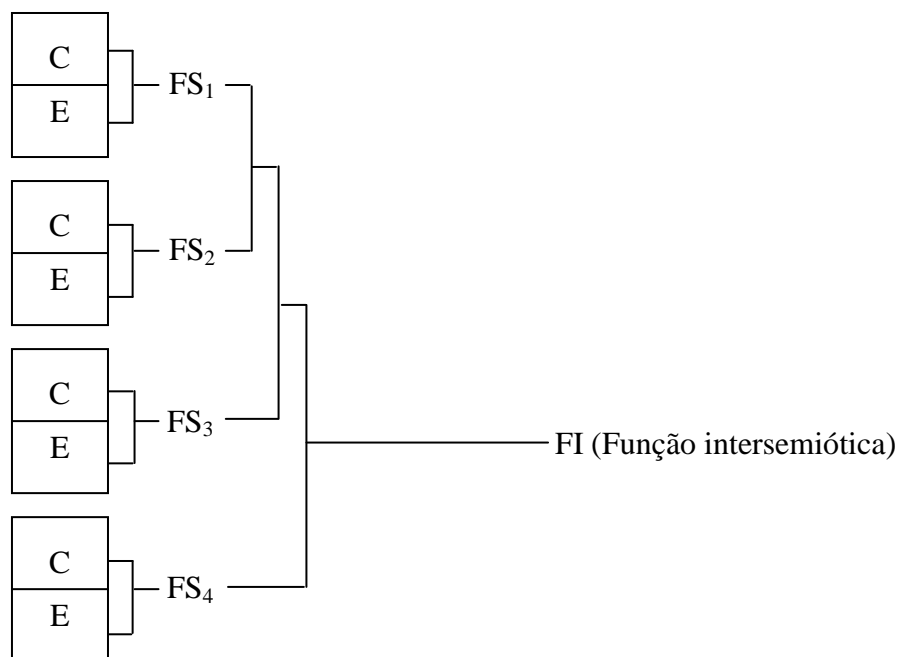
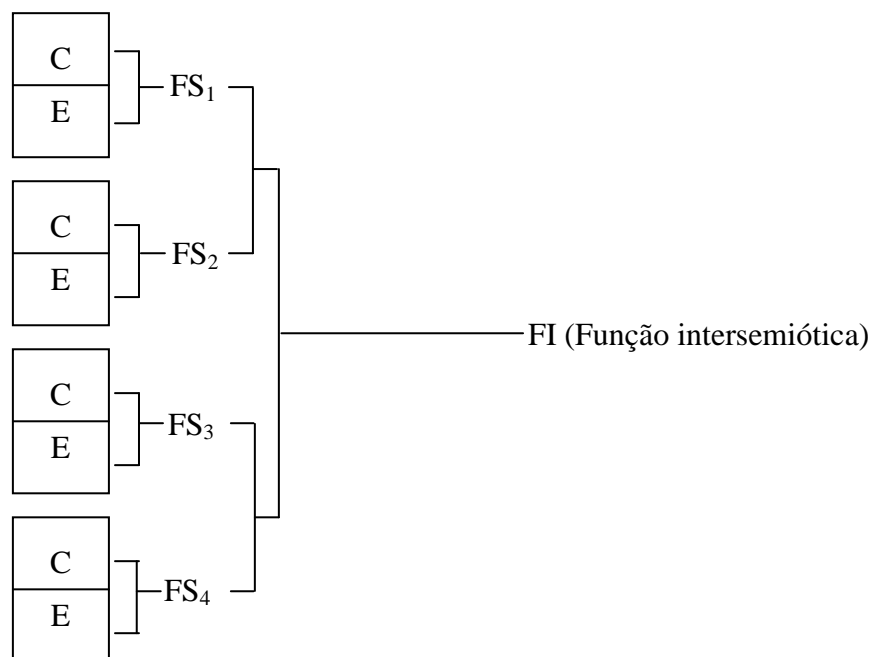
isto é, instauradora do signo na manifestação, se dá precipuamente entre as formas códicas (do conteúdo e da expressão). A concepção triforme deve ser entendida como três momentos (metodológicos) da forma do conteúdo e da forma da expressão, *lato sensu*, tal como propostas por Hjelmslev. Com esses ajustes de interpretação, e à vista das discussões dos capítulos anteriores, presumimos não haver incoerência nem ‘infidelidade’ para com as proposições de Hjelmslev.

heterogêneos em superposição (aqui, os vários códigos) – consegue-se destacar a ‘fusão’ estabelecida. Noutras termos, *sincretismo* se presta a uma orientação analítica, descritiva – ao preservar a autonomia dos elementos participantes – e, ao mesmo tempo, a uma orientação de síntese, de leitura – assegurando a unicidade global do significado da linguagem manifestante. Portanto, se daqui para frente utilizamos termos como *semióticas sincréticas* ou linguagens sincréticas é porque incluímos em sua definição o mecanismo sincretizador, proporcionado pelo estabelecimento da função intersemiótica. E, à vista disso, esta função poderia também ser dita *função de sincretização* ou *função sincrética*.

Para ilustrar visualmente, poderíamos representar, em três versões, por diagramas, o sincretismo entre os códigos, proporcionado pela função intersemiótica numa linguagem em que operam, por exemplo aleatório, quatro códigos, concomitantemente:

VERSÃO A:



VERSÃO B**VERSÃO C**

Não há diferença de natureza entre essa três versões. Sua apresentação apenas tem o intuito de estar em consonância com a sistemática das funções de Hjelmslev (1968: 52), para quem com relação aos três tipos de funções [interdependência, determinação e constelação] cabe prever que podem contrai-las mais de dois funtivos [nossa versão A]; “mas poderemos sempre considerar essas funções *multilaterais* como funções entre funções *bilaterais* [nossas versões b e c]” (itálicos no original).

OBS. A representação visual está graficamente formulada de modo simples. Procuramos fazê-la apresentar apenas os elementos (código, conteúdo, expressão) e as relações (função semiótica e intersemiótica) os quais a metalinguagem descritiva esteja em condições de explicar. Poderíamos estabelecer outras chaves mais complexas ligando, por exemplo, todos os planos do conteúdo, todos os planos da expressão, outras ligando um plano do conteúdo com todos os outros dos demais códigos e assim por diante. Mas, nesse caso, a metalinguagem descritiva conseguiria explicar esse eventual acréscimo de complexidade? Supomos que na fase de conceptualizações por que passa a teoria semiótica de hoje – visto que a fase ulterior, de formalizações efetivas, é conquista mais demorada e deve ser protelada para estágios mais avançados da teoria – os diagramas de representação (grafismos, esquemas visuais, gráficos) não devem caminhar muito adiante, em defasagem, da metalinguagem que os acompanha. Noutros termos, um dos cuidados que a teoria semiótica vem procurando ter é o de não permitir que as eventuais linguagens de representação – cuja razão de ser é apenas de economia de meios – acabem por ultrapassar os limites daquilo que a metalinguagem descritiva consiga sustentar teoricamente. Aliás, essa é uma das grandes reprovações que Greimas dirige a teóricos da informação, (A. Moles) cujos esquemas, cheios de matizes, bolas, setas, vetores, não são explicados na sua hierarquia e na sua função, pela metalinguagem que os tem de suportar. Em semiótica, as linguagens de representação devem ter, pois, limites ditados pela evolução da metalinguagem descritiva. Somente um equilíbrio entre ambas é capaz de tornar as linguagens de representação econômicas em sua finalidade, enquanto meios, e não conotadas de um cientificismo suplementar, mítico, implicitamente projetadas como a própria finalidade das pesquisas.. Por razões próximas, evitamos também introduzir quaisquer tipos progressivos de ‘meta-funções’ – já que isso também seria possível, haja vista que o esquema apresentado se compõe de chaves sobre chaves. A razão é simples: se o cinema é uma linguagem rica em códigos – C.T.Pais (1979a: 65) chega a admitir doze discursos em paralelo – correríamos o risco de abrirmos um festival de ‘meta-meta...funções’. Além é claro das dificuldades teóricas de estabelecer alguma hierarquia, orientação, ou outras exigências estruturais entre essas meta-meta-funções, a análise, também aqui, teria de caminhar precocemente para alguma fase de formalizações lógico-matemáticas, cuja tecnicidade a faria perder em operatividade.

O modelo de C. Metz

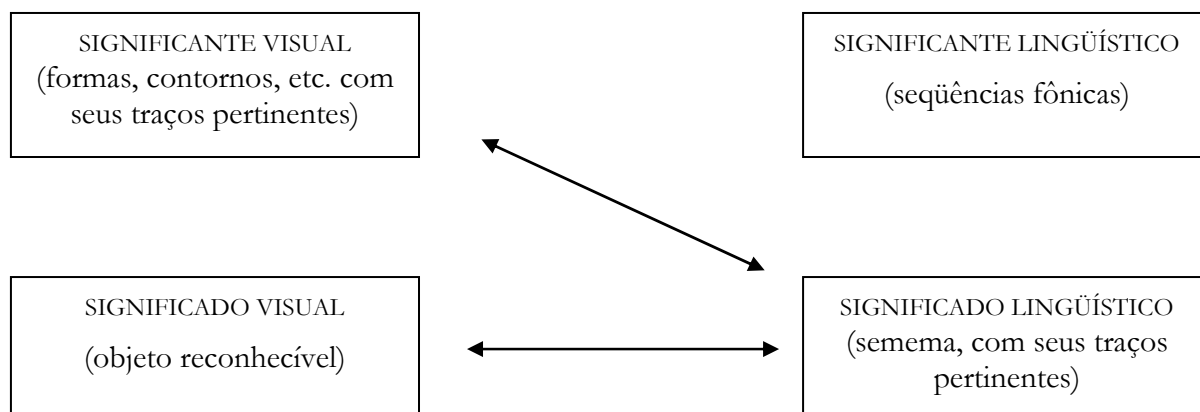
O modo pelo qual Metz (1977: 129-61) procura criar algumas diretrizes, para enfoque dessa convivência entre vários códigos numa linguagem complexa, leva-o a centrar a atenção, num capítulo chamado “O percebido e o nomeado”, no que propõe como articulação simultânea do lingüístico e do perceptivo (visual) na captação das coisas do mundo. Seu interesse está mais no estabelecimento da hipótese dessa simultaneidade do que propriamente na natureza da relação entre o significado visual e o lingüístico. Pede que observemos que só entre os significados (aqui, na acepção saussuriana) é que se pode dar um “trânsito intercódico observável”, de vez que o sentido (na acepção hjelmsleviana) propriamente dito (a matéria – *purport* – do conteúdo) é o único a constituir “a passarela intercódica universal” (p. 146-7).

Observando, no entanto, que tal nível “não é nem o único, nem talvez o mais importante” procura avançar o problema das relações intercódicas. Nesse caso, a língua natural está sempre em posição de *metalinguagem* frente a todos os códigos não-lingüísticos. Portanto, haveria uma “relação metacódica” quando o lingüístico se fizesse presente, cabendo ainda uma “relação intercódica” que uniria dois códigos situados no mesmo nível “isto é, em que cada um pode funcionar, eventualmente, como interpretante [acepção peirceana] do outro, mas sempre de modo reversível” (p. 149-50 – chaves nossas). A relação intercódica, que a princípio nos parece mais aplicável ao caso do cinema, é por ele ilustrada com o seguinte esquema:

significante do código X	significado do código X	
	significado do código Y	significante do código Y

Metz adverte, pois, que somente os significados asseguram o contato entre os dois códigos. Os significantes “ultrapassam todos os dois” (p. 150).

Já, no caso da relação metacódica, também para o significante estaria assegurado um contato: o significante e o significado do código manteriam “correspondências” com o significado do metacódigo, conforme outro esquema seu, a seguir:



Onde:



Como se vê, a correspondência significado(código)/significado (metacódigo) seria de natureza superficial, entre unidades globais, e a correspondência significante(código)/significado(metacódigo) se daria num nível profundo, entre traços pertinentes. Esta última correspondência acompanha o pensamento greimasiano, para o qual os femas do mundo natural (significante-código visual, aqui) correspondem aos semas da língua natural (significado-metacódigo lingüístico, aqui). Por sua vez, o significante do metacódigo, nesse caso, visto que formado de “seqüências fônicas que designam as unidades perceptivas, não tem nenhuma relação direta com o código-objeto” (p. 152).

A sermos condizentes com nossas impressões atuais (talvez por incompreensão de leitura) não vemos muita chance de aproveitamento do modelo de Metz para nossos propósitos. De um lado, a metalinguagem descritiva por ele utilizada parece constituir-se como um conjunto de reflexões precursoras, mas esparsas, sem ligação claramente visível com algum possível modelo global que, por sua vez, fica apenas como que pairando no imaginário de maneira mais ou menos implícita (é claro, por causa do seu pioneirismo).

De outro lado, atrelar-se firmemente, nesta fase de sondagens, à hipótese da supremacia metacódica da língua natural, por relação aos outros códigos não é sem conseqüências. Na verdade, retoma a tese barthesiana do ‘repassé’ obrigatório dos significados pela língua natural. Isso pode tornar o modelo pouco elástico para ser ajustado quando, numa fase ulterior, o aprofundamento dos debates em torno dessa (sempre) delicada questão trouxerem eventuais novos subsídios. Basta lembrar, por exemplo, o quanto é discutível negar qualquer ‘correspondência’ mais direta entre o significante da língua natural

(metacódigo) com os outros códigos à vista das pesquisas da Gestalt (cf. o célebre exemplo do *takete/malumba*), ou mesmo frente aos casos simples das onomatopéias.

Maiores restrições ainda vemos no fato de sua metalinguagem não parecer empenhada num projeto específico. Isso faz com que os termos e conceitos utilizados percam a força de uma definição precisa. Como entender, por exemplo, um código se tornar ‘interpretante’ do outro, e vice-versa? Como definir as ‘correspondências profundas’ ou as ‘correspondências superficiais’? Ou antes, como definir o próprio conceito de correspondência?

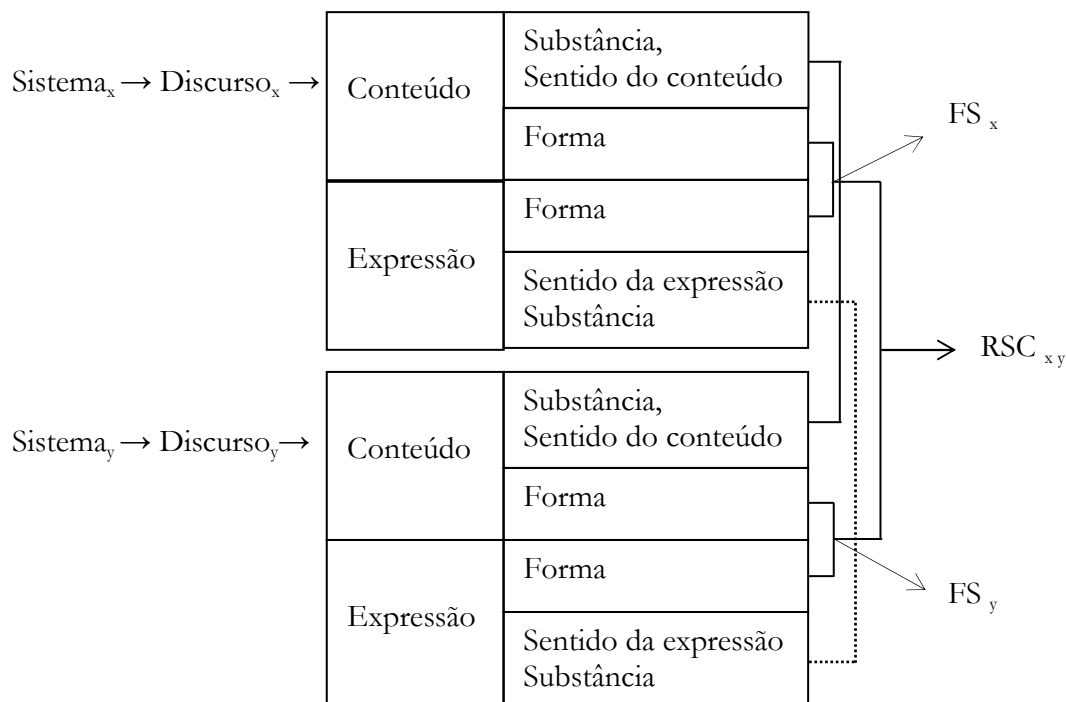
Na verdade, vemos sua metalinguagem mostrar-se antes como mescla de semiologia iconológica com semiótica peirceana, semiótica greimasiana. Sem negar-lhe a validade e fecundidade enquanto tentativa desbravadora no estudo sobre a linguagem cinematográfica, essa mescla é de economia difícil de ser *traduzida* para um projeto eminentemente semiótico, de linhagem greimasiana, no qual pretendemos manter-nos.

O modelo de C. T. Pais

Mais próximo de nossos propósitos, temos outro modelo, apresentado por C. T. Pais, mais detalhadamente no artigo intitulado “Semiose, informação e transcodificação”(1979: 57-68). Alerta-nos para o fato de que a significação – definida na tradição hjelmsleviana como função semiótica entre conteúdo e expressão – é de natureza exclusivamente “intrasemiótica”. Portanto ela não é transcodificável de um sistema semiótico para outro. Frente a esse entendimento, o autor propõe que “somente o sentido do conteúdo, enquanto recorte da substância semântica e organização particular da experiência, é transcodificável” (p. 62).

Essas considerações, com outros pormenores que não vemos necessidade de mencionar aqui, levam o autor a refletir sobre a “compatibilidade” e sobre a “articulação entre funções semióticas”. Nessa direção, dado que apenas eles são transcodificáveis, “os sentidos do conteúdo de duas ou mais funções semióticas produzidas em diversos discursos paralelos, articulam-se, necessária e inevitavelmente...”. Por sua vez, para o caso dos sentidos da expressão, haveria apenas um certo “relacionamento” que (é de se supor) não teriam a força de “articulação” entre os sentidos do conteúdo. Isso é confirmado, na reprodução visual do esquema, logo a seguir, pela ligação representada por pontilhamento e não por linha cheia (p. 62-4).

Em vista dessas explicações, o autor propõe que as significações (funções semióticas), produzidas em discursos simultâneos, “interagem, produzindo uma significação complexa, isto é, uma *resultante semiótica complexa*” (p. 64 – itálicos do autor). O esquema que ilustra tal resultante, apresentado no artigo, é assim reproduzido:



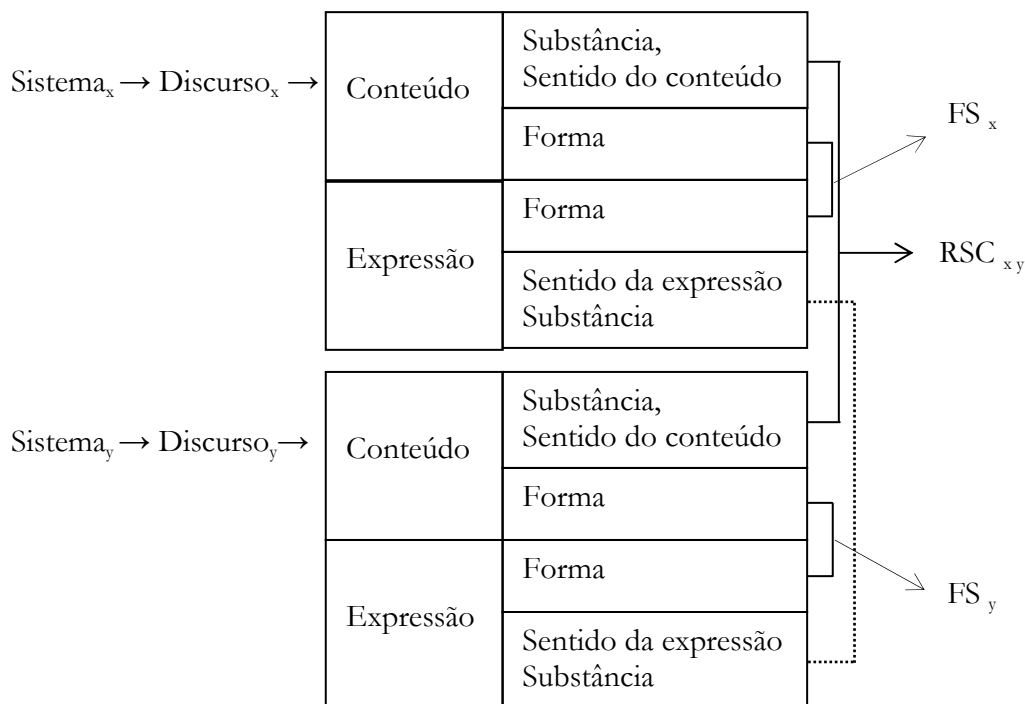
Onde: $FS_x =$ Função semiótica x

$FS_y =$ Função semiótica y

$RSC_{xy} =$ Resultante semiótica complexa

A mantermos a leitura apenas nos limites do artigo, podemos concluir que estamos diante de três tipos distintos de relação: uma, que o autor chama “relacionamento” liga os sentidos da expressão dos códigos (chave pontilhada); uma segunda é uma “articulação” entre os sentidos do conteúdo (chave contínua); por fim, a terceira é uma “interação” de funções semióticas, que ocasiona o aparecimento da significação complexa ou a “resultante semiótica complexa”.

Estaríamos a ponto de dizer que a nossa própria formulação (função intersemiótica ou de sincretização) poderia ser, à primeira vista, homologável a este terceiro tipo de relação, visto que não nos pronunciamos sobre o sentido da expressão e do conteúdo, quando do estabelecimento de nosso modelo. Ocorre que o autor, em seu curso “sociosemiótica, uma abordagem dos discursos não literários” (1º semestre 1981) introduziu uma considerável alteração. O esquema, salvo equívoco, recebeu a seguinte ilustração, fazendo-nos hesitar entre considerar tratar-se de eventual evolução de seu pensamento, ou então, de erro de impressão tipográfica frente ao modelo anterior:



Como pode ser notado, aqui aparecem apenas dois tipos de relação: uma, entre os sentidos do conteúdo, produzindo a resultante semiótica complexa; e outra, entre os sentidos da expressão (além, é claro, da função semiótica de cada código).

Entre consultar o autor (visto que casualmente possível) sobre essa divergência, ou tomar ambos como dois modelos suscetíveis de serem discutidos, preferimos esta opção. Primeiramente, porque este segundo modelo, que se aproxima mais daquele de Metz, é fácil notar, restabelece, com vantagem, uma ligação entre os significantes de dois ou mais códigos, ligação negada por Metz. É certo que, também aqui, não se apresenta nenhum estudo mais preciso sobre a natureza dessa ligação ‘fraca’ entre os sentidos da expressão. E talvez nem mesmo seja o caso, porquanto eles se propõem voluntariamente como fase de esboço e de sugestão.

Em seguida porque, contrapondo nossa própria orientação com a deste último modelo – o que também cabe se nos referimos ao modelo de Metz – conseguimos tornar claras algumas divergências. De fato, nossa preocupação é a de tentar definir e explicar semioticamente o *sincretismo* dos códigos, através da *função intersemiótica*. Situamo-nos, para isso, na instância de manifestação, onde se dá precipuamente a função semiótica, a qual, redefinida no contexto deste estudo, só poderia dar-se entre as *formas códicas* (do conteúdo e da expressão).

Ora, totalmente ‘outro’ é o lugar onde se dá a resultante semiótica complexa, a mantermo-nos neste último modelo. Aqui, ela se dá como resultado ou produto da relação entre o sentido do conteúdo de um código e o sentido do conteúdo de outro código. Para dizermos de outro modo, ela se dá num nível conceptual, anterior à manifestação propriamente dita.

Trata-se, pois, de instância anterior à manifestação. Em conseqüência, temos de clarear as diferenças. Assumimos, desde o início, a hipótese greimasiana de que o percurso gerativo é anterior e independe das formas códicas nas suas possíveis manifestações. Não seria, então, coerente, nos limites deste estudo, aproximar a nossa *sincretização* dos códigos na instância de manifestação, via função intersemiótica, com a resultante semiótica complexa, do autor examinado, a qual estabelece relação entre vários sentidos do conteúdo. Trata-se de dois mecanismos situados em instâncias diferentes do percurso global de engendramento da significação.³¹

Voltemos agora a atenção para o primeiro modelo, das resultantes semióticas complexas, apresentado no artigo citado. Dizíamos que, à primeira vista, quase que poderíamos homologar a tais resultantes o mecanismo, sincretizador dos códigos, da *função intersemiótica*, que propusemos. Entretanto, há também aqui uma diferença bastante clara. Se a resultante semiótica complexa é, como o próprio nome o indica, o produto ou resultado da interação de funções semióticas (conforme passagem do artigo já citada), o que estamos propondo como função intersemiótica é exatamente esse *mecanismo de interação*, mecanismo cujo produto faz aparecer a resultante pleiteada. Noutros termos, estamos tentando dotar de uma definição, semioticamente precisa, essa própria interação, e justificar a denominação de *sincretismo*. A função intersemiótica objetiva explicar o modo de presença e de funcionamento *sincreticos* dos códigos na instância de manifestação de uma linguagem pluricódica. Ou, o que vem a dar no mesmo: toda linguagem pluricódica é sincretica em razão da função intersemiótica aí contraída. Como se deduz, ao invés de homologáveis, os modelos aqui discutidos são, antes, complementares: a função intersemiótica é uma função sincretizadora de funções semióticas, cujo resultado ocasiona uma significação complexa, se se quer, a resultante semiótica complexa.

³¹ Nosso esforço de explicitar as divergências dos modelos aqui arrolados não tem intenção de apontar quaisquer vantagens ou desvantagens de uns perante os outros. Antes, importa-nos apresentá-los como outras tantas tentativas de sondagens teóricas num campo apenas arranhado até hoje pelas pesquisas semióticas (e semiológicas): o campo das compatibilidades dos códigos para a obtenção de uma significação global e homogênea nas linguagens sincreticas. Ao invés de sutilezas estéreis, tais divergências talvez consigam mostrar o esforço de criar um espaço teórico, ou uma instância precisa, onde se pode dar tal compatibilização. Ao mesmo tempo evidenciam o árduo trabalho que a teoria semiótica tem pela frente, a de assentamento epistemológico das suas descobertas e de seus conceitos, na tarefa de estendê-los ao domínio dessas linguagens complexas.

O termo ‘sincrético’, lançado há algum tempo na teoria semiótica, de modo não comprometido com uma acepção rígida para o caso das semióticas complexas, passa assim a ganhar a força de uma definição semiótica mais restrita e precisa. Sincretismo fica sendo, pois, o estabelecimento de funções intersemióticas entre as funções semióticas dos códigos presentes numa linguagem complexa.

Função intersemiótica. Implicação recíproca

Um parágrafo do mesmo artigo de Pais pode auxiliar-nos na seqüência do exame da natureza da função intersemiótica:

“Não é possível considerar, nesses processos inter-semióticos, que as funções semióticas dos diferentes discursos em paralelo constituam funções meta-semióticas, *lato sensu*, na concepção hjelmsleviana. De fato as significações intra-semiótica produzidas nos percursos sintagmáticos concomitantes não podem ter o caráter de plano da expressão ou de plano do conteúdo, umas das outras, ou seja, não podem ter o estatuto de fúntivos, de vez que a forma (estrutura) do conteúdo e da expressão dos sistemas semióticos ‘simples’ colocados em relação é privativa desses sistemas” (p. 63).

Nossa concordância com a primeira parte do período é total. Com efeito, observemos o modo como foi formulado o conceito de função intersemiótica. Verificamos que não se trata de função ‘meta-semiótica’, no sentido preciso que Hjelmslev dá: E R (ERC). Pelo fato de que a função intersemiótica é uma função entre variáveis (as funções semióticas são fúntivos-variáveis da função intersemiótica) quando muito poderíamos dizer que se posta como ‘meta’-função, tão somente por ser função de funções, termo em cuja gratuitidade, no entanto não valeria a pena insistir (à vista de observação já pronunciada mais atrás).

As nossas restrições vão na segunda parte do parágrafo. Não vemos nada em Hjelmslev que restrinja o estatuto de fúntivos apenas à forma do conteúdo e da expressão de sistemas semióticos simples. Já vimos que o mesmo Hjelmslev estabelece que também funções (sem especificar de que tipo) podem ter o estatuto de fúntivos de novas funções. Além disso, o fato de que as funções semióticas se comportam – na nossa formulação – como fúntivos, não implica em absoluto que devam ser encaradas, a cada vez, como expressão ou como conteúdo da nova função (intersemiótica). Seria restringir toda a sistemática das funções hjelmslevianas apenas à noção de solidariedade e de interdependência ou, mais ainda, à noção de função semiótica *stricto sensu*.

Neste contexto, cabe então precisar um pouco mais a natureza da função intersemiótica. Trata-se de função de *constelação*, isto é, em que os fúntivos (as

funções semióticas) figuram como variáveis. Isso quer dizer que a presença de nenhuma delas é *conditio sine qua non* de qualquer outra. O estatuto que a define não é o da pressuposição recíproca, entre os funtivos – tal como entre o plano da expressão e do conteúdo, na função semiótica. Ela recebe o estatuto de *implicação recíproca*, a ser entendido da seguinte maneira: se se verifica a coexistência presentificada de duas ou mais funções semióticas, numa linguagem pluricódica, elas passam a se implicar reciprocamente, isto é, a entrar ‘em função’ (intersemiótica), em sincretismo.

Isso equivale a dizer que, numa linguagem complexa, a significação de um código implica a significação de outro, e está implicada nesta. A significação global de um discurso complexo pode, pois, ser concebida como uma *constelação de semioses*, sem que tal afirmação seja tida como artifício retórico.

Uma das vantagens que vemos na função intersemiótica, como mecanismo sincretizador de uma linguagem complexa, é a de se apresentar como modelo não rígido. De fato, mesmo estando reciprocamente implicadas, ele permite que as significações (funções semióticas) de cada código sejam preserváveis *operacionalmente*. Noutras palavras, possibilita que as análises dos códigos particulares possam se dar de maneira relativamente autônoma. Além disso, vemos no uso do conceito de função intersemiótica um mecanismo metodológico de explicação da sincretização dos códigos que, em seu aperfeiçoamento, parece de suficiente precisão para poder firmar-se na metalinguagem descritiva da teoria semiótica.

Por outro lado, o sincretismo dos códigos na instância de manifestação, via função intersemiótica, e a hipótese da instância anterior e comum do percurso gerativo, fazem com que as análises propriamente códicas não se vejam diante de uma inconveniência: de postular e descrever uma significação específica para cada código, desde as instâncias profundas, significação que se ‘somaria’ às outras – igualmente produzidas na sua particularidade pelos outros códigos – ou então se ‘juntaria’ por algum processo de amálgama ou de simbiose, coisa difícil de satisfazer a descrição semiótica.

Por intermédio do modelo das funções intersemióticas, permitimo-nos reinterpretar uma afirmação greimasiana. Nas linguagens complexas “trata-se de conciliar a presença de significantes múltiplos com aquela de um significado único” (1979: 392). Nossa releitura disso nos leva a dizer que, para as linguagens complexas, tem-se de sincretizar as manifestações múltiplas (formas códicas da expressão e do conteúdo) para a obtenção de um significado global e homogêneo. A assunção da hipótese de que o percurso gerativo é um só, e mesmo, garante a unicidade e homogeneidade do significado global. O mecanismo de sincretização, por sua vez, talvez possa contribuir para a compatibilização dos códigos e, portanto, para a conciliação deles com o significado global.

CAP. 8 A FUNÇÃO DE CONCEPTUALIZAÇÃO

...la compréhension n'est pas linéaire.

B. Pottier

A manifestação, em duas orientações teóricas.

Já é conhecido o mote, entre as teorias da significação, de que o *texto* manifestado seja apenas *pré-texto* para os múltiplos enfoques possíveis. As razões da multivalência do texto, se nos colocamos na perspectiva de Hjelmslev, só podem ser que o texto, anteriormente à análise, se deixa ver como *substância* (do conteúdo e da expressão) disponível para receber as marcas constitutivas das definições, ou seja, disponível para receber a projeção de *formas*.

Sabemos do cuidado com que o lingüista de Copenhague se cercou para evitar mal-entendidos acerca da ampla gama de utilizações que as duas hierarquias – forma e substância – permitem (1971: 44-76). Sabemos também que, ao mesmo tempo, procurou insistir no fato de que a substância comporta *níveis* ou instâncias de captação e de análise. Para o caso da substância da expressão fônica, determinou um nível de apreciações coletivas, um nível físico e um nível sócio-biológico. Por sua vez, Greimas e Courtés (1979: 368), estendendo o mesmo raciocínio à substância do conteúdo, sugerem que “por comodidade da abordagem” que ela possa ser situada no nível do *enunciador* e no nível do *enunciatário*.

Imaginamos ser útil explorar um pouco essa ‘comodidade’ oferecida. Com efeito, a opção vem para evitar uma situação apórica. Desde Hjelmslev, podemos dizer que uma forma jamais esgota a substância (matéria) porque nesta sempre permanece “resíduos” que ficaram fora da axiomática das definições propostas. Ora, isso propiciaria o risco de se concluir pela infinidade de formas possíveis, conclusão tecnicamente correta, mas operacionalmente desastrosa. Seria fazer do relativismo a metodologia final, fazer explodir teorias da significação aos milhares. Uma situação apórica desse tipo talvez fosse o receio de Hjelmslev.

Restringindo-nos, portanto, à distribuição cômoda da substância do conteúdo aos níveis do enunciador e do enunciatário, presumimos ser lícito indicar e examinar uma hipótese: a de que a formalização da instância do enunciador talvez *não coincida* com uma formalização da instância do enunciatário. Dessa forma, a manifestação, enquanto grandeza substancial disponível à análise, poderia ser vista como um marco de dois grandes blocos teóricos.

Neste contexto específico, talvez possamos dizer que, em sua opção, a teoria greimasiana seja uma teoria da ‘enunciação-enunciadora’: parte do texto manifestado, enunciado, e procura reconstruir o percurso da enunciação, isto é,

da geração da significação, do ponto de vista do enunciador. Efetua, por assim dizer, uma leitura ao reverso, uma retroleitura, orientação que supõe poder encontrar a ‘lógica textual’. Ingenuamente falando, ela cuida com maior ênfase da *face-do-texto-voltada-ao-enunciador*.

OBS. Temos muitas observações a fazer aqui, como medida de cautela. Procuraremos distribuí-las ao longo da argumentação. Vale lembrar, por enquanto, que a enunciação, para a teoria semiótica, não é concebida como abrangedora de todas as situações do emissor (enunciador), sua biografia, suas obras anteriores, seu estado de espírito ou outras ilações pragmáticas e antecedentes ao texto. Em semiótica, a enunciação se circunscreve tão somente como um simulacro lógico-semântico passível de ser construído apenas a partir do enunciado. Numa frase de efeito, diríamos que basta-lhe o enunciado porque a enunciação *se denuncia* no enunciado. Ela não só se ‘desfaz’ (forçando um pouco o étimo do prefixo « de ») no enunciado, como também se ‘delata’ nele. É isso que entendemos quando, a este respeito, numa conferência em Ribeirão Preto, justamente intitulada “L’*énonciation*”, Greimas conclua com esta frase: “Fora do texto, nenhuma salvação. Todo o texto, nada a não ser o texto e nada fora do texto” (1974: 25).

Ocorre, então, que o segundo nível da substância apontado parece permitir a sugestão de que se possa criar e assegurar um espaço teórico de investigação a partir do que poderíamos chamar de *enunciação-enunciatária*, ou seja, a partir da *face-do-texto-voltada-ao-enunciatário*.

Ora, sabemos que Greimas e Courtés (1979: 125) não admitem que se tratem de dois espaços teóricos tão distintos (enunciador *vs.* enunciatário), porquanto, para ele, o enunciatário não é apenas o destinatário da comunicação, mas é tão produtor do discurso quanto o enunciador propriamente dito. Mas é exatamente esse esforço enfático de colocar o enunciatário na *posição* de enunciador, de produtor, que talvez autorize a pensar que lhe importa precisamente o texto voltado ao enunciador, quer este seja efetivamente o produtor primeiro, quer seja, digamos, o ‘produtor-enunciatário’.

A hipótese deste segundo nível de substância do conteúdo, como desencadeador de uma investigação teórica não coincidente, *pari-passu*, com o modo pelo qual a teoria semiótica greimasiana procura formalizar o nível do enunciador, não poderia ser aqui sugerida, não fosse a insistência com que vemos algumas pesquisas, ligadas a uma orientação psicanalítica, tentar trabalhar nessa direção, principalmente se nos referimos a publicações mais recentes de Ch. Metz (1977, 1980).

É com um pouco de atrevimento – já que nossas leituras sob o viés desta segunda orientação estão apenas em seus começos – que tentaremos, no restante deste estudo, explorar o segundo nível de substância do conteúdo (do enunciatário). Se isso realmente permitir um campo autônomo de investigações

teóricas, o ganho será de sugerir a possibilidade de formalizá-lo através da mesma metodologia que a teoria semiótica já tem desenvolvido, mesmo se couber a sugestão de algumas alterações ou ampliações. E se, num determinado estágio da exploração, tivermos de declinar da autonomia do novo campo – já que para a teoria greimasiana, o sujeito da enunciação, embora freqüentemente empregado como sinônimo de enunciador, recobre, de direito, as duas instâncias, ou as duas posições actanciais – pelo menos pensamos poder ter contribuído para trazer a essa instância única, isto é, para a Teoria Geral da Enunciação, um conjunto de problemas, dos quais, somente adotando operativamente o ponto de vista do enunciatário, é que talvez consigamos sublinhar toda a dimensão do seu interesse.

Daqui por diante, temos de misturar um pouco alguns estudos lingüísticos propriamente ditos (Pottier) com alguns estudos psicanalíticos (Metz) e outros semiológicos (Benveniste). Isso não quer dizer que esses estudos trabalhem explicitamente na direção desta última hipótese, menos ainda que possam servir-lhe de caução. Apenas encontramos neles algumas pistas que – esperamos demonstrar – podem contribuir para o amadurecimento da hipótese. Todo o risco e qualquer erro são, pois, inteiramente assumidos por nós.

Instância do enunciatário

Devemos acautelar-nos, logo de início, quanto aos fortes riscos de uma grande psicologização desta instância do enunciatário. A teoria semiótica sempre procurou esmerar-se no cuidado de não cair na armadilha do psicologismo que, cedo ou tarde, faz a pesquisa recair em doxologia. O cuidado em se manter no enunciado para construir a partir dele, e de mais nada, um simulacro lógico-semântico do sujeito da enunciação é a maior prova disso. Apesar das muitas críticas – que classificamos como originadas de incompreensão – das correntes hermenêuticas e pragmaticistas, quanto a essa orientação imanente e ‘objetivante’ do sujeito da enunciação, é a tal preço que se pode construir uma teoria da enunciação de cunho científico. Desse modo, o texto manifestado, e somente ele, pode postar-se como garantia da objetividade da reconstrução do sujeito enunciador, como também, no presente caso, de um sujeito enunciatário. Extrapolarmos o texto enunciado, manifestado, representa perdermos a garantia de uma descrição propensamente científica.

Supomos que seja justamente para evitar os riscos de psicologismo que Metz, por exemplo, em seus trabalhos recentes, se acautela. Embora procure examinar a relação do espectador ao filme de maneira global, o espectador não deve, segundo ele, ser encarado “em sua totalidade concreta, a pessoa que vai ao cinema, mas apenas a parte dela própria que ali vai” (1977: 189). Obviamente o raciocínio metonímico aponta para a construção de um *simulacro* de posição actancial de enunciatário, se nos expressamos em metalinguagem semiótica.

Por outro lado, a exploração da instância do enunciatário, a partir do texto manifestado, é tarefa que já conta com um leque de direções de pesquisa. Não é campo virgem de incursões. Talvez possamos dizer até que é campo onde se deu grande parte do trabalho da crítica cinematográfica, nas suas interpretações sociológicas e ideológicas sobre os filmes. É também onde passa a operar a pesquisa psicanalítica sobre a relação filme-espectador. Apenas, a teoria semiótica teria a reprovar – se é que se possa chamar reprovação – o fato de que, para tal crítica, o texto (filme) se mostra como lugar de irradiação e de liberdade para o desencadeamento de comentários em qualquer direção. O risco é de acabar por perder o contato com o texto e a crítica adquirir existência autônoma, quase como novo trabalho ‘re-criativo’, não podendo, pois, postar-se como descritivo.

Por sua vez, mesmo dentro da teoria semiótica greimasiana, há já todo um fecundo trabalho – cujo enfoque, presumimos, é próximo dos problemas que nos cercam aqui – sobre o /SER/ do sujeito (da enunciação), que recobre também, vimos, esta posição actancial do enunciatário. Tal trabalho começa a ganhar corpo, para se constituir como *semiótica das paixões* (cf. *Le bulletin n. 9*, 1979, em seu conjunto). Ao lado da *semiótica da ação* e da *semiótica da manipulação*, que descreve o /FAZER/ do sujeito, a semiótica das paixões constitui um viés teórico promissor para explicar o jogo das restrições (e liberdades) semióticas que qualquer produção humana significativa desencadeia entre enunciador e enunciatário, no interior do enunciado.

De nossa parte, a exploração da instância do enunciatário, desmembrada operacionalmente da instância do enunciador, visará em específico chamar a atenção para um fenômeno pouco estudado ou, antes, pouco *localizado* no interior das pesquisas lingüísticas e semióticas: o fenômeno da *compreensão* do discurso.

Reconhecer vs. compreender.

Apenas para sublinhar a importância de que se reveste tal fenômeno, notemos que Benveniste (1969a, b) o qualificava nada mais nada menos do que como o “critério de validade” do modo discursivo de significância, modo que chamava “semântico”, por oposição ao modo “semiótico”, este, por sua vez, responsável pelo *reconhecimento* sígnico.³²

³² Não interessa aqui estendermo-nos em contraposições entre a sua proposta de *Semiologia da língua* e a teoria semiótica da significação. Mesmo porque, a hipótese do duplo modo de significância (semiótico e semântico), que Benveniste atribui tão somente à língua natural, não consegue desvencilhar-se da dimensão sígnica. E a teoria semiótica não privilegia essa dimensão, descartando-se do signo para adentrar aos processos de seu engendramento, anteriores à sua manifestação enquanto signo. Não obstante, foi Benveniste um dos primeiros,

Ressaltemos, por ora, que, segundo o grande lingüista, “reconhecer e compreender remetem a duas faculdades distintas do espírito: a de perceber a identidade do anterior e do atual, de um lado, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, do outro” (1969b: 134).

É tentador parafrasearmos essas afirmações dizendo que *reconhecer* está ligado a captar diferenças, estabelecer diferenças no fenômeno estudado – portanto situado na esfera descritiva, analítica, de uma metodologia – e que *compreender* só poderia situar-se em esfera outra, interpretativa, de síntese, de tal metodologia. Sem avançarmos tais comentários, para não nos perder no labirinto das teorias da cognição a que isso levaria, temos de reter apenas o mínimo necessário, para deixar claro qual quota de tarefa nos cabe aqui, no tocante ao fenômeno da compreensão. Quanto a isso, podemos dizer, no contexto da distinção de Benveniste, que o trabalho descritivo da teoria semiótica é um trabalho de *reconhecimento* de como se dá o *estabelecimento* construtivo da significação no discurso (pela hipótese do percurso gerativo). Frente a isso, não cabe de modo algum querer propor no interior desse trabalho descritivo, como contrapartida, um trabalho de *compreensão* da significação no discurso. Ao contrário, parece-nos mais fecundo sugerirmos um novo trabalho, igualmente de *reconhecimento*, isto é, também descritivo, só que, desta feita, não de reconhecimento do modo de como a significação *se estabelece* no discurso, mas reconhecimento, ou descrição, do modo como ela *é compreendida*. Trata-se de indicarmos algum modelo hipotético que procure descrever (reconhecer) como se dá o *trabalho de compreensão* da significação do discurso, pelo destinatário, isto é, como se põe em ação um *mecanismo de compreensão* do discurso.

A conceptualização

Imaginar e explorar um mecanismo de compreensão da significação do discurso não pode ter seqüência sem o auxílio de um conceito que, com muito custo, procura encontrar espaço no interior da teoria lingüística, como também da teoria semiótica: a *conceptualização*.³³ Em seu *Linguistique générale*, Pottier (1974) formulava a conceptualização como a “redução seletiva da referência”. Isso faria nascer a “estrutura de entendimento, muito profunda, lugar do conhecimento, por natureza desligado das línguas naturais” (p. 21). A maneira breve com que

por meio da sua dimensão semântica de significância, a vislumbrar a ultrapassagem do nível sígnico, em direção ao nível discursivo, cuja descrição seria tarefa de uma semiologia de “segunda geração” (1969b: 135). Em que tudo isso pese, suas posições são fortemente sugestivas e, mesmo não assumindo a direção global que propõe, presumimos de grande utilidade introduzi-las parcialmente nas reflexões que seguem.

³³ Para evitar algum mal-entendido prévio, não se trata aqui da expressão comumente usada para referir-se à criação de conceitos, ao seu aprimoramento. Ou seja, não estamos no nível da epistemologia, mas numa acepção que ficará melhor entendida na seqüência.

inseriu tal conceito em sua teoria fez com que passasse um pouco despercebida a sua notável economia para a lingüística e também para a semiótica.³⁴

Com efeito, se pensarmos em inúmeros processos mentais de captação da realidade, isto é, de redução seletiva da referência, processos perceptivos, sensoriais, processos inconscientes; se pensarmos nas inúmeras coerções biofísicas, nas estereotípias psicossociais que envolvem a apreensão do mundo pelo homem, a semiótica poderia correr o risco de mesclar sua área de atuação com as psicologias da percepção, com as filosofias da cognição, entre outras.

Adotamos em semiótica o entendimento de que a percepção trabalha em função de um exercício semiótico. Ela seleciona traços pertinentes para uma determinada situação de comunicação (interior ou exterior). Essa operação de seleção de traços pertinentes, com vistas à significação apresenta-se, mesmo sob o olhar ingênuo, como um campo que surpreende pela sua complexidade. É um campo onde o biológico, o psicológico, o filosófico e o semiótico partilham fronteiras tênues. Se a filosofia prefere subsumir toda essa operação sob a cobertura do termo *cognição*, alguns autores da área da psicologia a encaram como *percepção*, fazendo-a envolver operações de redução a traços essenciais, discriminação, comparação, completamento, perspectivação, etc. Autores como R. Arnheim (1973) procuram sustentar a hipótese de que as operações cognoscitivas, a que comumente chamamos *pensamento*, não são privilégio de processos mentais situados além ou acima da percepção, “senão ingredientes essenciais da própria percepção”, já que, segundo ele, “não parece existir nenhum processo do pensar que, ao menos em princípio, não opere na percepção” (p. 13).

É aqui que nos cabe ressaltar o valor heurístico da proposta de Pottier. Mesmo não negligenciando a existência de todas as coerções e aptidões biofísicas e psicossociais da percepção e do pensamento humano, procura passar adiante delas. É assim que entendemos a economia de um conceito, como o de *conceptualização*, forjado para subsumir por inteiro todo esse jogo de coerções e aptidões, considerando-as como espécie de etapa vencida (não pertinente). A noção de conceptualização traz, pois, notável economia à lingüística e à semiótica, ao definir, de um só fôlego, a complexidade da redução seletiva do universo não finito. Em outras palavras, essa estratégia permite que a semiótica, para estabelecer sua autonomia descritiva, não se proponha eminentemente a observar como se dá a operação real de captação do mundo pelo homem, mas sim como essa captação se erige *em significação*.

³⁴ É apenas recentemente que podemos conferir alguns trabalhos, como os de Pais (1978, 1979a, b), procurando explorar o largo alcance do conceito e dar o merecido realce ao seu estatuto semiótico geral, estatuto de certo modo ocultado, por força de seu lançamento num contexto propriamente lingüístico de investigação.

Uma segunda vantagem do conceito de conceptualização vem de que a “estrutura de entendimento”, que Pottier postula em nível conceptual, apresenta-se como *não vinculada* a nenhum código, seja verbal ou não verbal, por ser-lhe logicamente anterior. Ressalte-se que tal hipótese – “metodologicamente necessária”, como bem o lembrou Pottier em sua estada no Brasil (1977) – abre amplas perspectivas para a formulação de modelos de cunho conceptual, suficientemente gerais para poderem explicar qualquer tipo de produção humana significativa. Por outro lado, abre também possibilidade de contornar uma das grandes dificuldades que a semiologia de alguns anos atrás enfrentou: a de conseguir escapar dos esquemas lingüísticos para explicar outros sistemas de significação não lingüísticos. Pois a estrutura de entendimento seria composta de “esquemas conceptuais” que, da mesma maneira que, no caso lingüístico, se desdobram e evoluem em esquemas lingüísticos (sintáticos, lineares...), nos casos não lingüísticos, poderiam desdobrar-se em esquemas semelhantes ou completamente diferentes, e autônomos por relação a eles.

Conceptualização de apreensão. Conceptualização de compreensão.

Observemos o modo pelo qual Pottier localiza a conceptualização nos seus “esquemas de conjunto” (1974: 37). Um dado do universo referencial, concebido como a “infinitude da realidade ou do imaginário”, sofre, por atuação do enunciador (emissor), uma operação de *conceptualização*, para, em seguida, ser *codificado* e, no caso lingüístico, linearizado. Passa assim a constituir uma “mensagem performada”, cuja linearidade será *descodificada* por um enunciatário (receptor) e, em seguida, *conceptualizada*, para constituir outro universo referencial (universo pós-discursivo ou pós-mensagem).

Pottier não confere nenhuma distinção, de natureza, entre a conceptualização efetuada pelo enunciador, com vistas à produção do discurso, e aquela operada pelo enunciatário, com vistas à sua compreensão. No entanto, supomos ser legítimo – acompanhando o raciocínio que vimos adotando com relação aos dois níveis de substância (do enunciador e do enunciatário) – considerar operativamente a primeira como uma conceptualização de *apreensão* e a segunda, de *compreensão*.

Bem, evitemos quaisquer psicologismos de pretender localizar essas operações na ‘cabeça’ dos sujeitos (enunciador/enunciatário). Procuremos concebê-las como mecanismos passíveis de serem construídos a partir do texto enunciado, isto é, como simulacros lógico-semânticos das duas posições actanciais do sujeito da enunciação. Poderíamos dizer, nesse caso, que a conceptualização de apreensão coincide com as operações lógico-semânticas do “percurso gerativo” greimasiano, enquanto a conceptualização de compreensão constitui uma operação cuja formalização – fazendo, pois, parte da teoria geral da enunciação – resta por fazer.

Se a investigação da conceptualização de apreensão (percurso gerativo) tem condições de explicar o processo discursivo de semiotização do mundo, do mundo erigido em significação ou, ainda, de como o imaginário humano opera para que o mundo confuso de formas e cores *signi-fique*, a hipótese que estamos tentando investigar sobre a conceptualização de compreensão exige todo um outro trabalho teórico. Para tal, veremos, Pottier lança um esboço de modelo que nos cumpre desenvolver. Ele tentaria explicar como esse imaginário opera para compreender um mundo já *signi-ficado*. A hipótese faz presumir, pois, que o “percurso gerativo” da significação não pareça poder subsumir totalmente um, igualmente complexo, *percurso de compreensão* da significação.

OBS. Não poderíamos passar adiante sem confessar aqui o receio de um possível equívoco. Primeiro, porque tememos que a distinção – apreensão *vs.* compreensão – não consiga evitar ser um jogo de palavras hipertrofiado, como se a felicidade etimológica do caso pudesse por si só trazer garantias teóricas ao achado. Depois, porque nos parece até certo ponto uma distinção tão óbvia, que não teria escapado à acuidade de observação de pesquisadores argutos como Greimas ou Pottier. Noutros termos, querer situar toda a pesquisa greimasiana na dêixis do sujeito enunciativo, tal como aqui sugerido, não parece imune a riscos de equívoco.

Entretanto, a reflexão em vista de tal distinção talvez não seja de todo injustificável. Basta vermos as posições do próprio Greimas (com Courtés) acerca do fenômeno da *comunicação* (1979: 47-48). Sem nos estendermos muito, os autores do *Dictionnaire*, ao examinarem as insuficiências da Teoria da Informação, lembram que a comunicação não é só a transmissão de informação entre dois pólos terminais, o emissor e o receptor. Numa perspectiva mais ‘humanizante’, não se pode deixar de entrever uma “comunicação participativa”, em que a transmissão de valores (cognitivos) não implica a sua perda por parte do destinatário. Não se pode, igualmente, deixar de entrever uma “comunicação assumida”. Aqui, as evidências apontam cabalmente – e alguns estudos psicanalíticos procuram explorar – para o grande desvio que existe entre a comunicação *recebida* e a comunicação efetivamente *assumida*. Os próprios autores concordam que esta distinção seja “bastante fácil de reconhecer, mas difícil de explicar”. Lembram que algumas semióticas (como o teatro ou o rito e, queremos crer, o cinema) comportam ainda, enquanto comunicação, uma dimensão suplementar. Esta dimensão suplementar, não bem configurável a partir dos estudos em semiótica literária, transformam tais semióticas em *espetáculo*. Enfim, mesmo uma simples conversação comunicativa entre duas pessoas nunca é a mesma “se os participantes se pressentem escutados”.

No que nos concerne aqui, vemos, portanto, que há um conjunto de distinções e de novas dimensões do fenômeno da comunicação, cuja solução teórica ainda figura tarefa por fazer. Neste contexto, talvez caiba presumir que a distinção que propomos – entre a conceptualização de apreensão e a de compreensão – possa mostrar-se como mais um problema a ser colocado

para a teoria semiótica. Portanto, ligar a teoria semiótica greimasiana à instância do enunciador, não quer significar considerá-la restritiva, insatisfatória ou incompleta. Significa considerá-la como um largo passo, que procura ser galgado cientificamente, mas que recobre um estágio apenas do grande projeto de conhecimento da *semiótica das culturas*, fazendo, pois, entrever outros passos, igualmente complexos e desafiadores.

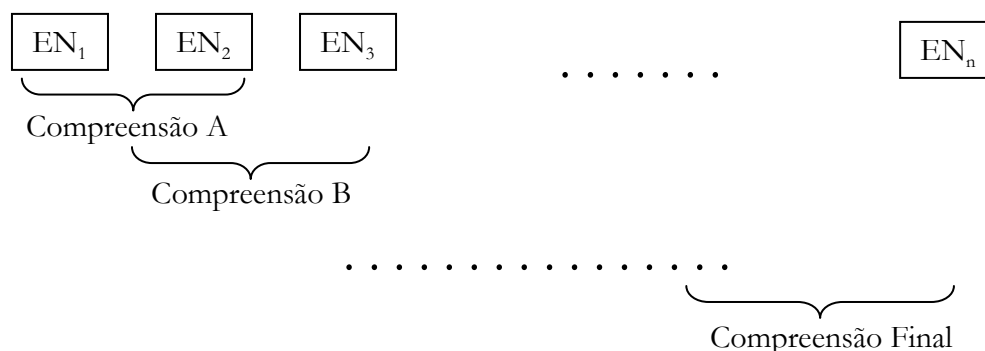
Não saberíamos ao certo dizer se haveria alguma disciplina que consiga melhor se acercar do mecanismo da compreensão do discurso. Por certo, as psicologias da percepção poderiam reivindicar sua parcela também aqui. A psicanálise até já se prepara para isso, se pensarmos nos trabalhos mais recentes de Metz, com relação ao filme, visto que lhe importa, em primeiro plano, a relação filme-espectador – ainda que não apresente elementos a demonstrar que trabalhe com a oposição tal como aqui sugerida (entre apreensão e compreensão).

Como pesquisador iniciante em semiótica – já que não temos nenhuma introdução mais competente nas outras disciplinas – a nossa situação é bastante incômoda. A princípio, parece que talvez estejamos escapando do espaço de atuação tradicional da semiótica. Ele hoje está explicitamente circunscrito por Greimas nas instâncias logicamente *anteriores* à manifestação propriamente dita. Nessas condições, tal semiótica não sancionaria os estudos sobre o mecanismo da compreensão que, a nosso ver, parece situar-se, se não em instância logicamente ‘posterior’ à manifestação, pelo menos no seu limiar inferior.

Não é sem conhecimento de causa que Pottier concorda que seja difícil “saber o que é compreender um texto”. No entanto, tal dificuldade não o leva de antemão a nenhuma demissão. O modo pelo qual esboça um esquema do mecanismo de compreensão é-nos, por isso mesmo, bastante sugestivo para os nossos propósitos neste capítulo:

“Sabemos, no entanto, que *a compreensão não é linear*. Conceptualizamos pedaços do discurso, *constantemente remodelados* pela conceptualização das partes seguintes. O esquecimento de uma parte quantitativamente sensível do texto lido ou escutado é a própria condição da retenção da memória. Transformamos sem cessar o semântico em conceptual. É o que fazemos quando resumimos um filme: podemos ter esquecido *todas as palavras* do filme, e fazer dele uma excelente paráfrase, mais ou menos extensa” (1974: 36 – itálicos do autor).

O mecanismo da compreensão pode ser figurado assim:



Este esquema presta-se utilmente à ampliação do nosso comentário acerca do mecanismo geral da compreensão da significação nos discursos, como também a hipótese, que pretendemos desenvolver adiante, sobre o *modo de funcionamento* dos códigos no interior das semióticas sincréticas.

Função de conceptualização.

Retomemos o assunto do capítulo anterior. Tínhamos procurado conceber a estrutura da manifestação das linguagens complexas como fundada no sincretismo dos códigos aí operantes, sincretismo obtido por meio da função intersemiótica. O objetivo final da proposição era procurar explicar a conciliação dos vários significantes – como o dizia Greimas – ou várias formas códicas (da expressão e do conteúdo) – como gostaríamos de precisar – na obtenção de uma significação global e homogênea.

Pela sua simples ilustração visual, o modelo da função intersemiótica não consegue por si só dar mostras satisfatórias de que tal estágio do modelo se configurou sob o modo *paradigmático* de presença dos códigos operantes. Desse modo, diríamos que sua natureza paradigmática se deve ao fato de que as funções semióticas figuram aí como funtivos variáveis, cuja presença pode ocorrer *ou* não (por isso, tal função intersemiótica foi qualificada como de constelação). Ora, isso nos permite dizer que a função intersemiótica se instaura pelo arranjo *in praesentia* ou *in absentia* das funções semióticas dos códigos operantes (cf. a ausência do código lingüístico no exemplo, citado, do filme do Hulk, e a presença dos outros, mormente imagéticos). Ou seja, trata-se da paradigmática, desde Hjelmslev, de relações « ou...ou ».³⁵

³⁵ Um pequeno esclarecimento se impõe aqui. O fato de estarem operando vários códigos em sincretismo, isso não implica em relação « e...e », que Hjelmslev estipulava para a cadeia *sintagmática* ou do processo. Para dirimir a dúvida, diríamos que numa situação de sincretismo,

De modo que a entrada em operação desse modelo paradigmático de sincretização dos códigos pede a sua contrapartida *sintagmática* (haja vista que, desde Saussure, toda linguagem opera nos dois eixos). Essa conversão sintagmática vai-nos exigir uma ampliação do modelo, para dar conta, justamente, de seu modo de funcionamento. A conversão sintagmática do arranjo, em cadeia, das funções semióticas, pode ser explicada pela instauração de relações « e...e » entre as funções intersemióticas. Sabemos que essas relações sintagmáticas estatuem uma semiótica enquanto processo, como o pensa Hjelmslev. Dito de outro modo, definem o modo sintagmático de existência de uma semiótica, que não é outra coisa senão seu modo de funcionamento. E não vemos outra maneira de descrever tais relações a não ser prosseguindo na proposta de Hjelmslev, para quem toda análise é um contínuo estabelecimento de funções. Portanto, para a ampliação do modelo acima apresentado, do sincretismo dos códigos, isto é, para a sua conversão sintagmática, continuaremos servindo-nos da abertura teórica proporcionada pela sistemática das funções hjelmslevianas e proporemos que tal conversão se dá pela contração de funções *entre* as funções intersemióticas.

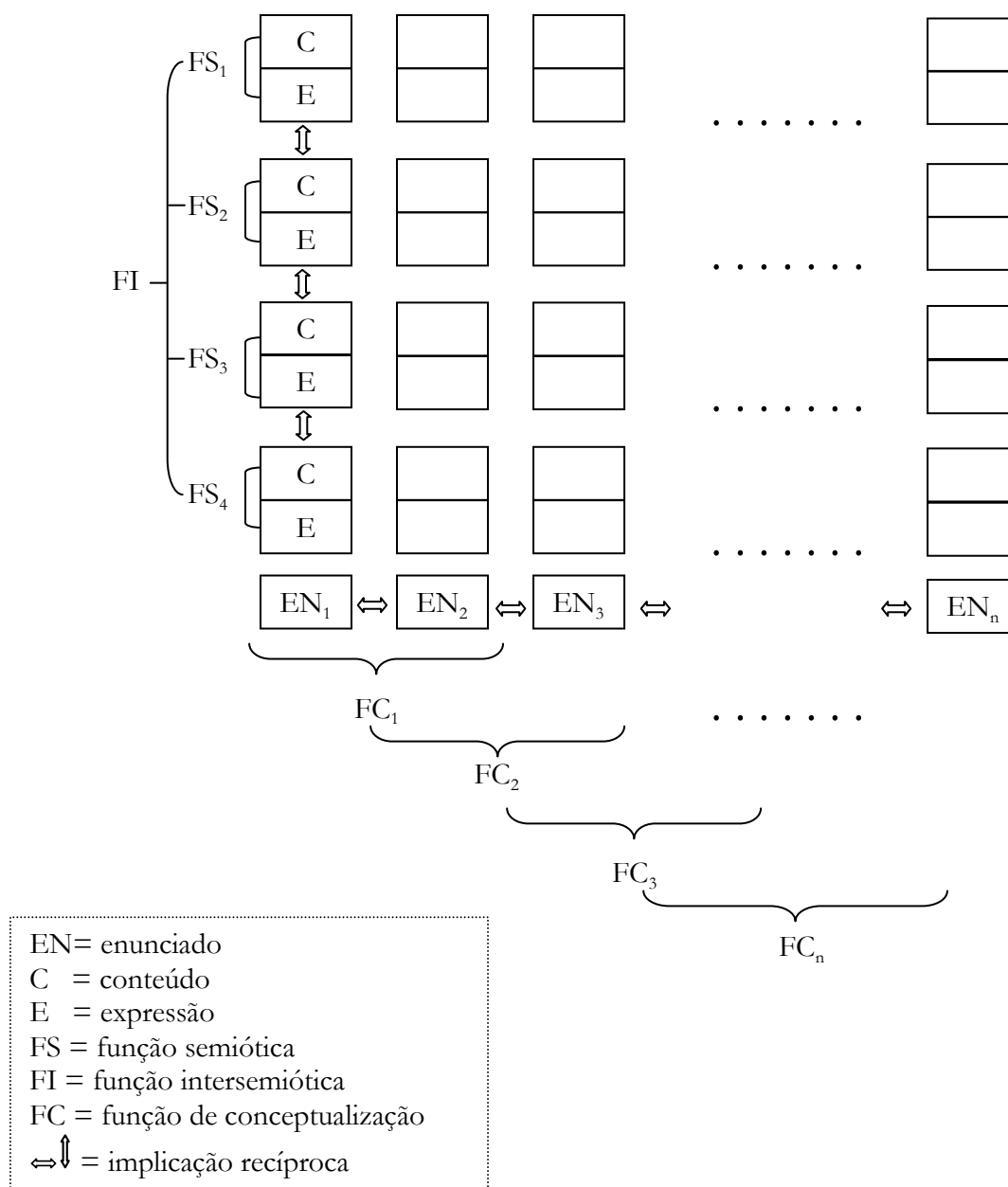
Tomemos um texto fílmico. Ele deixa-se ver como um macro-enunciado – no sentido geral de enunciado: “toda grandeza provida de sentido, saído da cadeia falada ou do texto escrito (ou visto), anteriormente a toda análise lingüística ou lógica” (*Dictionnaire*, p. 123). Noutras palavras, tomemos um texto fílmico que se deixa ver como uma “grande sintagmática da faixa-imagem” como propõe Metz (1972: 170). Podemos conceber tal texto como uma seqüência de enunciados menores, ou de sintagmas (“alternados, em feixe, paralelos”, segundo Metz) também providos de sentido. É de supor que o sentido, articulado em significação, na seqüência fílmica, não espere para se instalar de uma só vez, no ultimo lance do percurso sintagmático global, mas vá acomodando-se parcialmente no seu decorrer.³⁶

do ponto de vista paradigmático, haveria uma configuração códica x (p. exemplo: código lingüístico + focal + cinético) *ou* uma outra configuração códica y (código focal + cinético + proxêmico)

³⁶ Por certo, à primeira vista, parecem ser reprováveis pela teoria semiótica estas últimas observações, porquanto, para sua análise descritiva, não se vão compondo paulatinamente as significações parciais, em nome de uma significação global final, mas, antes, toma-se o texto manifestado, como provido de um sentido global, e vai-se decompondo-o em seqüências menores, em articulações mais finas, estabelecendo níveis de profundidade entre elas, de modo a reconstruir o percurso gerativo do estabelecimento da significação. No entanto, pensamos não serem ilícitas tais observações porque, se nos colocamos tão somente no ponto de vista do enunciatário – abstraindo-nos da posição actancial do enunciador – podemos dizer que o *mecanismo de compreensão* seja uma operação de sintetização gradual e não de análise descritiva. O mecanismo de compreensão conserva liminarmente um caráter de *leitura*, não de *retroleitura*, não obstante as contínuas micro-retroleituras no seu andamento.

O acomodamento parcial da significação em cada enunciado não se dá de maneira estanque. Tal significação só se define na relação que mantém com aquela dos enunciados anteriores. e é suscetível de remodelação na relação com a significação dos enunciados posteriores no percurso sintagmático. Ou seja, implica as significações dos outros enunciados e está implicada nelas. É dessa implicação que as significações dos enunciados tiram o seu valor. Tal implicação se estende do primeiro ao último enunciado do texto examinado.

Tentemos uma explicação teórico-formal – na mesma linha de raciocínio da sistemática das funções hjelmsleviana – para esse conjunto de implicações *recíprocas* entre as significações dos enunciados fílmicos. Diremos então que, em complemento à função intersemiótica – que, vimos, respondia pela implicação recíproca (sincretização) entre as funções semióticas (= significação) dos códigos presentes – temos de lançar mão de uma nova função que opere a conversão sintagmática daquele arranjo, em intersemiose sincrética, de funções semióticas: a função de *conceptualização*. Noutras palavras, diremos que as funções intersemióticas dos vários enunciados contraem função entre si. Deixam-se ver como funtivos de uma nova função, de conceptualização. Ilustremos esquematicamente essa ampliação do modelo, apresentado anteriormente (por economia, retomamos apenas a versão A):



Também aqui, tal como na função intersemiótica, o estatuto que define a função de conceptualização não é o da pressuposição recíproca, nem de pressuposição unilateral. Ela também se caracteriza pela *implicação recíproca*. Seus funtivos (as funções intersemióticas) figuram aí como variáveis. Não há obrigatoriedade de existência de uma função intersemiótica como condição de outra função intersemiótica, tal como Hjelmslev concebe para funtivos variáveis. Mas se ambas se presentificam, co-presentes, no texto, passam a implicar-se reciprocamente, *entram em função*.

À vista do diagrama acima, diríamos que as sucessivas funções intersemióticas dos enunciados contraem, pois, sucessivas funções de conceptualização na cadeia sintagmática do texto. Somente por meio da função de conceptualização, que toma o bastão das significações ‘parciais’ dos enunciados fílmicos, é que podemos definir conclusivamente a significação global de uma semiótica complexa. A significação global aqui nada mais é do que um sincretismo das funções intersemióticas, já sincréticas em si, um sincretismo sintagmático, se se quer. É assim que podemos dizer que a estrutura de manifestação das semióticas complexas se define pelo sincretismo dos códigos aí operantes, quer seja quanto ao seu modo paradigmático de presença, quer seja quanto ao seu modo sintagmático de funcionamento.

A compreensão. Instância conceptual do sentido.

O empréstimo que fizemos à metalinguagem de Pottier para denominar esta última função não é gratuito. A escolha funda-se na convicção (atual) de que a função de conceptualização poderia fazer a ponte entre uma significação manifestada concretamente por substâncias da expressão e a *instância conceptual do sentido*.

OBS. É necessária aqui uma explicação sobre o modo pelo qual concebemos essa instância conceptual do sentido. Presumimos ser suficiente dizer que não acatamos aqui uma formulação *explícita* de Hjelmslev a qual assimilava o sentido (*purport*) ao contínuo amorfo. Conforme mencionamos em capítulo anterior, temos preferência em concebê-lo como uma instância *intermediária* entre o contínuo amorfo e as realizações específicas na manifestação. Vimos que esta interpretação era possibilitada pelo conjunto do exemplário de Hjelmslev, quando se refere às “zonas” de sentido (dos números, do espectro sonoro, dos tempos verbais, enfim do *non scire...*). Em nosso entendimento, esses exemplos denunciam que, mesmo em Hjelmslev, haveria, conquanto não elaborado explicitamente, um ‘zoneamento’ do contínuo amorfo, anterior às suas específicas realizações nas formalizações plenas das línguas. Implicitamente dado, pois, no pensamento de Hjelmslev, preferimos explicitar esse zoneamento como o lugar intermediário onde perfila um conglomerado de zonas de sentido. Seria este, pois, o precípua lugar do sentido.³⁷ Essa não-identificação do sentido ao contínuo amorfo permite, por sua vez, concebê-lo como uma instância *conceptualizada*. Ou seja, destacamo-nos do mundo pesado da matéria das coisas. Na metodologia greimasiana, ele pode doravante deixar-se ver como zonas conceptuais, micro-universos semânticos, articuláveis pela projeção em quadratura semiótica. Ora, se dizemos que as possíveis articulações que daí decorrem nada mais sejam do que sua conversão *em significação*, única maneira de

³⁷ Desenvolvemos esse raciocínio, mais longamente, em “Sentido e forma na estrutura do signo” (1983)

enquadrá-lo numa coerção códica passível de fazê-lo emergir à manifestação, então presumimos ser legítimo interpretá-lo, anteriormente a tais articulações, como compondo a experiência semiotizada global, ou experiência conceptualizada, de uma língua, de uma cultura ou de um indivíduo. Além disso, podemos ver essa experiência conceptualizada como num estatuto *enciclopédico* (acentuando seu caráter histórico, de memória, da vivência social de uma cultura ou do indivíduo). Poderíamos também aplicar-lhe o estatuto *condensatório*, no sentido psicanalítico do termo, o que viria suprimir, em definitivo, quaisquer vestígios de organização forte, sêmica ou qualquer outra ordenação que se conceba. Mais ao modo de tratamento pela teoria semiótica, essa zona de sentido, ou experiência conceptual, pode ser tida como um quadro axiológico de valores virtuais. Ele comandaria, de fundo, o modo de organização discursiva, as isotopias concernentes, enfim, seria o pano de fundo do percurso gerativo da significação, nos exercícios semióticos locais. De todas essas possibilidades, uma última, mais decisiva, parece também postulável: é nessa instância conceptualizada do sentido que todo o discurso, toda a prática significante, todo o exercício semiótico tem origem. E é ela o destino final das significações produzidas, à maneira de um esforço de legitimá-la pela reiteratividade (quantos discursos não versam sobre o mesmo tema conceptual!), ou então de questionar o sentido, já dado, por meio das novas rupturas de nova significação.

Se tais proposições têm algum valor, gostaríamos de dizer que é esse movimento de retorno, de recuperação da significação à instância conceptual do sentido, que aqui concebemos por *compreensão* da significação de um discurso. Portanto, a função de conceptualização, que operaria tal recuperação, parece poder acercar-se desse fenômeno, ainda estranho, da compreensão. Noutros termos, se pudéssemos ter caucionada a oposição que fizemos atrás, entre a conceptualização de apreensão e a conceptualização de compreensão, diríamos que vemos na função de conceptualização um dos possíveis caminhos por onde começar a elucidar o espinhoso mecanismo de compreensão dos discursos, como também, a própria natureza da conceptualização de compreensão.

O modo pelo qual Pottier esboça o mecanismo de compreensão, por simples que parece, apresenta, pois, um caráter acentuadamente sugestivo. Desperta a imaginação teórica, como, aliás, sempre acontece com seus modelos e esquemas visuais. O que fizemos aqui não foi mais do que fundi-lo com o nosso modelo de função intersemiótica. Pudemos ampliá-lo, ao tornar explícita a complexidade que ele adquire ao ser adaptado ao exame das semióticas sincréticas. Se aceitamos, com Pottier, que a compreensão não é linear. Se aceitarmos, com Greimas, no mesmo movimento de pensamento que, na instância profunda, a significação é acrônica, poderemos concluir que a linearização ou globalização dessa estrutura acrônica – (linearização do tempo, no caso, por exemplo, do lingüístico-verbal, ou do espaço, na escrita) ou a sua globalização no eixo do espaço (pintura), ou ainda, a linearização do tempo e

globalização do espaço (o cinema) – são coerções inevitáveis da instância de manifestação.

Tal entendimento permite-nos pensar que a compreensão dos discursos possa ser definida nada mais, nada menos, do que a libertação da significação das coerções de tempo e espaço e demais coerções da instância de manifestação dos discursos. Pela função de conceptualização, os discursos perdem seu caráter descontínuo ou não, linear ou global, temporal, espacial. Perdem qualquer vínculo e amarras com a matéria da expressão (bem entendido, substancializada pela projeção da forma da expressão), para fazer a significação retornar ao nível conceptual do sentido (pós-discurso). É tudo um pouco como se o sentido, para manifestar-se aos sentidos, tivesse de se ‘conformar’ a uma significação (forma semiótica) e realizar-se numa linguagem de manifestação (forma códica). E, para ser *compreendido*, devesse ‘de-formá-la’, isto é, recuperá-la à sua instância eminentemente conceptual.

Como se vê, a inexistência de estudos semióticos que trabalhem nesse campo meio limítrofe, em que a significação como que se desvanece em sentido, obriga-nos fatalmente a adotar terminologia (para não lhe conceder qualquer privilégio de metalinguagem) metaforizada, intuitiva. Enquanto alguma metalinguagem descritiva não se constrói nesse campo, de maneira adequada, a permitir certa disciplina da intuição, não vemos como escapar dessas licenças metafóricas ou operar – numa expressão feliz de Greimas, que cito de memória – “por procuração”.

É assim que, da função de conceptualização não saberíamos formular mais do que isto: ela opera a recuperação da significação à instância conceptual do sentido. E esse movimento de recuperação proporciona a compreensão do discurso. É como uma operação de *insight* – termo inglês de difícil tradução. Talvez mesmo a função de conceptualização pudesse ser nomeada de *função de insight*, espécie de captação ‘fulgurante’, ‘instantânea’ e, no entanto, igualmente ‘fugaz’. Dá-nos um momento súbito de conquista instantânea do sentido, tal a expressão grega *eureka*, mas conquista efêmera, cuja tentativa de retenção memorial ou de explicação descritiva leva-nos de volta ao ponto de partida: a descrevê-lo como articulável pelas suas projeções no quadrado semiótico, pelo seu estabelecimento no percurso gerativo, pela sua conversão nos degraus de profundidade, e assim por diante. Ou seja, de volta à problemática do campo geral da significação.

O sentido

A reflexão em torno do problema da compreensão nos faz, aos poucos, escapar do espaço da significação – instância semiótica por definição de projeto e de método – para invadir o espaço do *sentido* – instância partilhada por todas as disciplinas humanas. Se a semiótica procura deter-se frente ao sentido é somente

porque descobre que a questão do sentido toca fundo na impotência de quaisquer raciocínios que procurem *analisá-lo*. Pois basta abriremos a boca para falar do sentido, para percebermos que ele, como por magia, se ‘in-forma’ numa significação, numa forma semiótica, vazada através de alguma forma códica, o mais das vezes lingüística ou mesmo metalingüística.

“É extremamente difícil falar do sentido e dizer algo sensato” inicia Greimas um capítulo de rara beleza teórica (1970: 7). O sentido faz-nos constantemente lembrar daqueles brinquedos móveis, dependurados nos quartos das crianças, com bruxas em vassouras, com coelhinhos ou peixes flutuando, os quais, ao menor sopro de vento mudam de posição e de equilíbrio. E qualquer metalinguagem que procure decifrá-lo só pode parecer esse sopro de vento, que desfigura um sentido na partida, para configurar um outro, na chegada, permanecendo, pois, desconhecido na sua natureza.

É em vista disso que só podemos concordar com que uma das estratégias que melhores resultados pode ter nessa caça ao sentido, é sem dúvida a da semiótica. Ao invés de se debater em decifrar diretamente a sua natureza, ou sua essência, ela procura “melhor conhecer onde ele se manifesta e como se transforma” (Greimas, 1970: 17). Ou seja, procura interceptá-lo no itinerário da sua manifestação, enquanto significação articulada. É assim que Greimas pode formular, não obstante a modéstia acima, algo de sensato, ao proclamar que “a forma semiótica não é outra coisa senão o sentido do sentido” (*ibid.*).

É justamente com a ‘extrema’ dificuldade lembrada por Greimas que deparamos quando temos de saltar dessa forma semiótica, onde o sentido se deixa ver como significação articulada, para retornar ao universo conceptual do sentido. Entrar no espaço da *compreensão* representa sair do outro espaço, o texto manifestado, mais ou menos controlável pela semiótica. Representa penetrar em terras sem dono (ou talvez indomáveis) onde as formulações – sem controle metodológico – arriscam-se em impulsos interpretativos que podem resvalar para a pura retórica, a pura metaforização, quando não a uma doxologia inconseqüente do discurso investigador.

É difícil evitar a atração e tendência ao discurso ‘interpretativo’ quando, a crermos em Benveniste (1969), não se trata mais do modo “semiótico” de significância, de “reconhecimento” sígnico, mas sim do modo “semântico” de significância, de “compreensão” dos discursos (todos os termos em aspas duplas são seus).

Foi, portanto, para evitar os incômodos passíveis de rondar um ou outro impulso intuitivo, e sem método, que procuramos nos limitar aqui – salvo equívocos não percebidos – a um modelo de estrutura de manifestação dos discursos sincréticos (o cinema sendo o objeto visado). Fundado o modelo no modo de presença sincrético dos códigos, por meio da função intersemiótica, e no modo também sincrético de funcionamento, por meio da função de

conceptualização, procuramos atrelá-los à instância de manifestação do texto. O objetivo almejado foi o de *assentar terreno* para, de um lado, possíveis análises semióticas, mais precisamente sêmio-códicas que, desde a instância de manifestação códica, descreva o modo como as formas semióticas aí se instalaram, e se ‘conformaram’, para tratar do sentido em significação articulada, noutros termos, como o plano da expressão opera para *consignar* as significações articuladas no plano do conteúdo. De outro lado, tendo essa primeira tarefa como lastro, o objetivo foi preparar terreno para possíveis análises de cunho sêmio-interpretativas que eventualmente se ponham, a partir dessa instância de manifestação, começar a aventura da *compreensão* do sentido.

CAP. 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Balanço

As reflexões em torno da proposição da função de conceptualização podem ensejar duas aberturas de estudos. Por um lado, ficou sublinhada a importância – e, pode ser, a autonomia – de um campo de investigações teóricas que, adotando exclusivamente o ponto de vista do enunciatário da comunicação, possam talvez conhecer melhor o trabalho de *compreensão* da significação nos discursos. Com isso, estaria ampliada a problemática da teoria geral da enunciação. Por outro lado, a função de conceptualização pode postar-se como a etapa *ad quem* do estabelecimento da significação. Ela deixa-se ver como o instante (metodológico) em que a significação se dissolve em sentido. E, como tal, impõe aqui os limites a uma investigação que pretenda manter-se na metodologia da teoria semiótica, isto é, que procure encerrar-se no domínio da significação.

Por limites assumidos de método, portanto, e, salvo engano, é que nos limitamos neste estudo a propor um modelo de estrutura de manifestação para as semióticas complexas, o qual não ultrapassasse as fronteiras mesmas da manifestação. A proposta foi que o modelo permanecesse dentro do espaço da significação manifestada, imediatamente anterior à sua recuperação à instância conceptual do sentido. Vendo a estrutura de manifestação das semióticas complexas como fundada no sincretismo dos códigos, o objetivo foi defini-las como *semióticas sincréticas*, não ao modo intuitivo de uma qualquer simbiose pouco convincente, mas com o recurso da sistemática das funções hjelmslevianas. O ganho esperado está em poder entrever alguma explicação, propensamente satisfatória, que consiga descrever como se dá a conciliação e compatibilização das várias linguagens heterogêneas de manifestação, para a obtenção de uma significação global e homogênea.

Propusemos que o sincretismo dos códigos é passível de ser obtido por meio da *função intersemiótica*, quanto a seu modo paradigmático de presença, e pela *função de conceptualização*, quanto a seu modo sintagmático de funcionamento. Isso porque consideramos que a proposição de função semiótica, *stricto sensu*, por Hjelmslev – a qual culmina na instauração do signo, qual seja, o traz à manifestação – não consegue por si só explicar globalmente uma semiótica complexa, na qual vários códigos, isto é, várias funções semióticas, se dão concomitantemente. Se ela consegue explicar bem os sistemas semióticos chamados ‘simples’, talvez precise ser completada com as outras duas, para os casos dos sistemas semióticos complexos.

Para a proposição desses objetivos mais amplos, tivemos de lançar mão de algumas hipóteses operacionais, ou de trabalho. Assim, uma delas procurou ver

uma linguagem qualquer como sendo de natureza *triforme*. Com isso, ela poderia ser observada em três níveis de pertinências: um nível passível de ser descrito de um ponto de vista físico-científico (a forma científica); outro, de natureza semiótica (a forma semiótica) e um terceiro nível, da forma códica, esta responsável pela gramática de manifestação. Essas três formas, sendo aplicáveis aos dois planos da linguagem (do conteúdo e da expressão), se elas encontram algumas dificuldades para se ajustarem ao plano do conteúdo, ao menos parecem bastante operativas para a descrição do plano da expressão. E, mesmo no caso do plano do conteúdo, não é impossível algum ajuste. É certo que a interpretação de um momento ‘científico’ da instauração da significação não é facilmente postulável – dado que as instâncias *ab quo* do percurso gerativo já têm estatuto semiótico, para Greimas, permanecendo, pois, uma questão em aberto. Não obstante, mesmo nesse plano, a distinção entre a forma semiótica e a forma códica – formulada a partir de uma sugestão greimasiana – só pode tornar as coisas mais claras. Distinguem-se, assim, o objeto semiótico propriamente dito, objeto discursivo, transfrástico, formalizável através do modelo do percurso gerativo, e um objeto códico, definido como a representação final que o objeto semiótico toma, ao se enquadrar numa gramática de manifestação, ou gramática códica.

Outra hipótese de trabalho tentou indicar a possibilidade de serem substituídos para o plano da expressão os termos sentido e significação. Carregando o ônus de seu uso excessivo e recorrente em todas as teorias da significação, eles tradicionalmente são mais eficazmente aplicáveis à região do plano do conteúdo. Seu uso no plano da expressão, sua emigração da terra de origem, não vai sem dificuldades e sem o recurso a aspas ou a entendimentos oblíquos e metaforizados. Desse modo, propusemos serem substituídos por aqueles, respectivos, de *semantismo da expressão* e *consignação*. Sabendo claramente que tais termos não trazem nenhuma grande ‘verdade oculta’, quisemos presumir que tal sugestão pudesse ser acolhida como mais um elemento em discussão, na procura de estratégias metodológicas de acesso ao plano da expressão das semióticas sincréticas.

Outras hipóteses ainda foram mencionadas para a busca de tais estratégias. Procuramos deslocar – ao assumir o ponto de vista semiótico (e da distinção entre forma semiótica e forma códica) – as pertinências, costumeiramente aceitas por um ou outro estudo semiológico do cinema. Estes estabelecem códigos de angulação, de enquadramento, de montagem, de iluminação ou outros. A este respeito, as denominações sugeridas (semiótica proxêmica, cinética, focal) não tiveram nenhuma pretensão tipológica. Apenas, sua menção, em desordem, pretendeu fazer ver que o ponto de vista semiótico não pode abrir mão de um estatuto eminentemente semiótico a ser conferido à concepção de código. A definição deste não pode se satisfazer dos meios tecnológicos ou de canais de transmissão para construir-se com pertinência.

Essas hipóteses, embora não mais do que apenas lançadas, o foram para mostrar o longo caminho que a semiótica tem de trilhar para justificar suas pertinências frente a outras tentativas de descrição. Pudemos ilustrar, dentre essas, os estudos semiológicos sobre a imagem (cinematográfica). Dada a carência de metodologia segura que os suportasse, não viam muito bem outra maneira de abordá-la, a não ser proclamando sua natureza ‘iconológica’. Mostramos o excessivo custo que representa a postulação, implícita ou explícita, de um referente externo, como ponto terminal da relação iconológica. Por sua vez, procuramos questionar a terminologia técnica dos cineastas (angulação, *travellings*, enquadramentos, *closes*, *plongées* etc.) que confere gratuitamente a tais termos o estatuto de *códigos* sem atentar para a natureza propriamente *semiótica* que tais aparatos tecnológicos propiciam.

Esse primeiro momento crítico deste estudo, em que demarcávamos as *posições*, sobretudo metodológicas, da teoria semiótica, não se pretendeu demolidor, mas reconhecedor do pionerismo das tentativas já levadas a termo no exame da linguagem do cinema, pela Semiologia, pela Crítica ou pela Psicanálise. Tais estudos, vindo de profundo conhecimento sobre as implicações sociológicas, estéticas, políticas, filosóficas e psíquicas dos filmes, a nosso ver, careciam de metodologia e metalinguagem específica como instrumental de acesso à descrição do objeto cinematográfico. E um *objeto* só existe em função da sua descrição – mais uma posição metodológica da teoria semiótica, desde a tradição saussuriana: é o ponto de vista que cria o objeto – por meio de metalinguagem, quer esta se subordine a uma metodologia explícita (e, por isso, disciplinada na intuição), como a da teoria semiótica, quer seja criada singularmente. Neste caso, como uma espécie de competência particular, embora possa exibir algum tipo de genialidade admirável, é nosso entender que tenha poucas chances de prolongamentos sob o modo de uma teoria em construção.

À guisa de conclusão

Cabe-nos dizer, no fecho deste estudo, que estamos advertidos dos limites das formulações e modelos lançados a título de hipótese. Os limites não se impuseram por restrições arbitrárias de escolha. Mais que isso, a própria escolha foi guiada pelo modo como encaramos as próprias limitações da teoria semiótica.

Já tivemos oportunidade de registrar que a semiótica não se assume como ciência já constituída. Ela pede para ser vista, antes, como um conjunto homogêneo de reflexões que tentam assegurar o valor heurístico de um número de hipóteses que visam à descrição científica da significação dos discursos. Mesmo tais hipóteses (quadrado semiótico, percurso gerativo, estrutura actancial, isotopia) são freqüentemente submetidas a requestionamentos, a uma revisão sempre mais exigente em termos lógico-semânticos. Para nos restringirmos a uma apenas, a hipótese do percurso gerativo, que procura distribuir em níveis de

profundidade os conteúdos articuláveis em significação, é hoje submetida a uma discussão acalorada, cujos objetivos são o de tentar dar conta dos “aspectos da conversão” do nível profundo ao nível superficial da narrativa (cf. *Actes sémiotiques (Bulletin) n. 24*, 1982 –). Isto porque, a coerência de uma disciplina, que se proponha à cientificidade, impõe que as descobertas porventura instauradas não permaneçam estanques, mas se articulem hierarquicamente. E esta organização hierárquica das descobertas – condição da operacionalidade do método – é talvez trabalho mais árduo do que as próprias descobertas. Talvez sejam dificuldades como esta que fazem com que Greimas e Courtés elaborem a hipótese do percurso gerativo, sem abranger *ainda* as instâncias mais próximas à manifestação, ou mesmo, a própria instância de manifestação.

Frente a isso, nossa tentativa de localizar, na instância de manifestação, o modelo de sincretização dos códigos ou, mais precisamente, das funções manifestantes (forma códica do conteúdo e da expressão) teve que se contentar com avanços reduzidos e proposições fortemente hipotéticas. O modelo pede, pois, para ser visto como sondagem de terreno pouco explorado e, como tal, só pode mesmo exibir caráter inseguro, conquanto venha postular sua presença, a título de hipótese, no interior das pesquisas semióticas. É talvez por meio de tentativas do gênero que a teoria semiótica consiga, primeiro, delimitar um pouco mais nitidamente a instância de manifestação para, depois, poder observar aí o modo como as articulações semióticas (forma semiótica) dos níveis anteriores são *convertidas* em articulações códicas (forma códica), de modo a manifestar compatibilizadamente um significado global e homogêneo, mesmo nas semióticas sincréticas.

Se caminhamos pouco em direção a uma eventual semiótica *do cinema*, propriamente dita, foi porque os *objetos* que a teoria semiótica erige, em sua descrição, nem sempre coincidem com as denominações disponíveis pelas pesquisas tradicionais do campo. Assim, tendo o cinema apenas como um pano de fundo, referencial, privilegamos o esforço de definir, enquanto *semióticas sincréticas*, as semióticas em cuja manifestação coexistem vários códigos. O cinema propriamente dito foi sacrificado em vista da pretensão a uma validade da definição para outras semióticas complexas, de modo geral. Mesmo porque, estamos convencidos de que a descrição da semiótica do cinema não tem muitas possibilidades de resultados satisfatórios se não proceder a ajustes metodológicos, por relação às outras disciplinas, concorrentes na análise, como também, a ajustes descritivos, no interior da própria disciplina semiótica. A bem da verdade, esses dois tipos de ajustes, externo e interno, praticamente constituíram o núcleo do estudo, o que nos exigiu maior fôlego.

Se a contraposição da metodologia e dos princípios teóricos da semiótica, em relação à crítica cinematográfica, à semiologia ou à psicanálise constituiu, na primeira parte do estudo, um conjunto de reflexões que não repercutiram imediata e palpavelmente nas proposições teóricas da segunda parte, foi somente

porque elas não visaram estritamente justificar o nosso modelo de sincretização. Ao invés, dado que esse modelo constitui um primeiro passo na descrição das semióticas sincréticas, tais reflexões tiveram a intenção de estabelecer *posições* prévias que, presumimos, uma semiótica do cinema, em seu desenvolvimento, deverá ter, frente àquelas disciplinas, ao procurar manter-se dentro da orientação epistemológica e metodológica geral da teoria semiótica. Foram como que reflexões mais amplas, que ultrapassam os resultados descritivos, aqui porventura obtidos. Pedem que sejam vistas como pressupostos teóricos a serem examinados em ulteriores e eventuais estudos sobre o nível propriamente descritivo da semiótica do cinema.

Por sua vez, os ajustes internos à semiótica que tivemos de proceder, para propor a localização do modelo na instância de manifestação, obrigaram-nos, por vezes, a numerosas discussões, diríamos, meta-teóricas, nas quais não pudemos evitar um custo adicional de leitura, um certo desvio ou paradas na rota que nos cabia cumprir. Assim, após discutir, no capítulo quatro, a possibilidade de instalar o modelo de sincretização na instância de manifestação – de modo a ser concebido como a própria *estrutura de manifestação* – tivemos que desenvolver todo um capítulo com vistas a examinar a hipótese de uma concepção triforme de linguagem. Assim o fizemos porque, justamente, ela facilitava tal localização, ao permitir conceber a sincretização dos códigos como resultando de função (intersemiótica) entre funções semióticas (Hjelmslev), semióticas enquanto estatuto geral, mas formas códicas (do conteúdo e da expressão) enquanto realização local. E, como se pôde observar, o exame de tal hipótese obrigou-nos a um certo questionamento sobre a disposição dos níveis de profundidade do percurso gerativo, o que sempre acaba ocorrendo quando procuramos voluntariamente *fazê-lo permanecer* como mecanismo metodológico central de análise de qualquer semiótica.

Assim também, para propor, no capítulo oito, a função de conceptualização, como mecanismo de conversão sintagmática do modelo sincretizador dos códigos, tivemos de examinar previamente a viabilidade de uma exploração da instância do enunciatário. Para tal, abstraímos-nos (metodologicamente) da instância do enunciador, porque entendemos que a conversão sintagmática, na instância de manifestação, praticamente nos coloca num lugar de *leitura*, de *compreensão* do sentido do discurso. Entrevendo isso como que um campo autônomo de pesquisa, capaz eventualmente de trazer um pouco mais de luz sobre o mecanismo de compreensão dos discursos, tivemos de tomar emprestado de Pottier o seu conceito de *conceptualização* e, junto dele, seu esboço de modelo sobre o mecanismo de compreensão. Foi justamente porque vimos neles um valor heurístico capaz de nos permitir propor a *função de conceptualização* como mecanismo de estruturação das etapas *ad quem*, na manifestação, da articulação da significação nas semióticas sincréticas. Essa etapa, ou esse limiar, pretendemos que possa dar conta da passagem da

significação manifestada à instância conceptual do sentido (pós-discurso) e, conseqüentemente, da compreensão do sentido do discurso.

Enfim, os ajustes externos – em relação às outras disciplinas que se acercam do cinema – e os ajustes internos – para preservar a homogeneidade de descrição no interior da semiótica – tiveram no estudo a proporção da nossa preocupação primeira, a de *assentar* pequenas descobertas (o modelo de sincretização), aqui sugeridas, na economia geral da disciplina da semiótica.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L., (1964) “Freud e Lacan” in COELHO, E. P. (org), s/d, *Estruturalismo. Antologia de textos teóricos*, São Paulo: Martins Fontes, p. 229-55.
- ARNHEIM, R. (1973) *El pensamiento visual. 2ª ed.* Buenos Aires: Eudeba.
- ARRIVE, M. (1982) “Le concept de symbole – en sémio-linguistique et en psychanalyse (Deuxième partie) » *Actes sémiotiques – Documents n. 36*. Paris: GRSL, 35 pp.
- BARTHÉLEMY, A. (1983) *Chaves do cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- BARTHES, R.
 (1964) “Rhétorique de l’image” *Communications n. 4*. Paris: Seuil, p. 40-52.
 (1975a) “En sortant du cinéma” *Communications n. 23*. Paris: Seuil, p. 104-7.
 (1975b) “O terceiro sentido” in *Escritores, intelectuais, professores e outros ensaios*. Lisboa: Presença, p. 193-216.
- BEIVIDAS, W. (1983) “Sentido e forma na estrutura do signo” *Alfa – Revista de Linguística*. Araraquara: Universidade Estadual Paulista – UNESP, v.27, p. 9 – 22.
- BENVENISTE, E.
 (1969a) “Sémiologie de la langue” (1). *Semiotica n. I:1*. Netherlands: Mouton & Publishers, p. 1-12.
 (1969b) “Sémiologie de la langue” (2). *Semiotica n. I:2*. Netherlands: Mouton & Publishers, p. 127-135.
 (1974) *Problèmes de Linguistique générale II*. Paris: Gallimard.
- COQUET, J.-C.
 (1973) “Sémiotiques” *Langages n. 31*. Paris: Didier-Larousse, p. 3-12.
 (1979) “Prolégomènes à l’analyse modale (fragments). Le sujet énonçant” *Documents n. 3*. Paris: GRSL, 27 pp.
- COURTES, J. (1976) *Introduction à la sémiotique narrative et discursive. Méthodologie et application*. Paris: Hachette.
- DUBOIS, J. et al. (1973) *Dictionnaire de linguistique*. Paris, Larousse.
- ECO, U.
 (1974) *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva
 (1976a) *A estrutura ausente 3ª ed.* São Paulo: Perspectiva.
 (1976b) *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva.
- FLOCH, J.-M.
 (1978) “Quelques positions pour une sémiotique visuelle” *Le Bulletin n. 4-5*. Paris: GRSL, p. 1-16.
 (1982) “L’iconicité: enjeu d’une énonciation manipulatoire” *Actes sémiotiques – Bulletin n. 23*. Paris: GRSL, p. 19-38.
- FREUD, S.
 (1973) *Obras Completas 3 T.* Madrid: Biblioteca Nueva.
 (1974) *Esboço de psicanálise (Livro 7 da Pequena Coleção das obras de Freud)*. Rio de Janeiro: Imago.

- GARRONI, E. (1973) *Proyecto di semiótica*. Madrid: Gustavo Gili.
- GREIMAS, A. J.
 (1966) *Sémantique structurale*. Paris: Seuil.
 (1970) *Du sens – essais sémiotiques*. Paris: Seuil.
 (1972) “Pour une théorie du discours poétique” in: *Essais de sémiotique poétique*. Paris: Larousse, p. 5024.
 (1973) “Les actants, les acteurs et les figures” in: Chabrol, D. (org) *Sémiotique narrative et textuelle*. Paris: Larousse, p. 161-76.
 (1974) “L’énonciation” *Significação. Revista Brasileira de Semiótica*. Ribeirão Preto: C.E.S., p. 9-25.
 (1976a) *Maupassant. La sémiotique du texte*. Paris: Seuil.
 (1976b) *Sémiotique et sciences sociales*. Paris: Seuil.
 (1976c) *Semiótica do discurso científico. Da modalidade*. São Paulo: Difel.
 (1977) “La sémiotique” *La linguistique – encyclopoche Larousse*. Paris: Larousse, p. 223-9.
 (1978a) “O contrato de veridicção” *Acta semiotica et lingvistica* v. 2 n. 1. São Paulo: SBPL/HUCITEC, p. 211-21.
 (1978b) “Pour une sémiotique des passions” *Le bulletin n. 6*. Paris: GRSL, p. 1-4.
 (1981) “De la colère – étude de sémantique lexicale” *Documents n. 27*. Paris: GRSL.
- GREIMAS, A. J. & COURTRES, J., 1979, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachete Université.
- HJELMSLEV, L.
 (1968) *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit.
 (1971) *Essais linguistiques*. Paris: Minuit.
- LACAN, J.
 (1957) “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” in: Coelho, E. P. (SD) *Estruturalismo. Antologia de textos teóricos*. São Paulo: Martins Fontes, p. 257-88
 (1978) *Escritos*. São Paulo: Perspectiva.
- LANDOWSKI, E. (1981) “Jeux optiques. Une dimension figurative de la communication” *Documents n. 22*. Paris: GRSL, 27pp.
- LANDOWSKI, E. (org)
 (1979) “Sémiotique des passions”. *Le bulletin n. 9*, Paris: GRSL, 50 pp.
 (1981) “Le carré sémiotique” *Le Bulletin n. 17*. Paris: GRSL, 64 pp.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. (1979) *Vocabulário da psicanálise* 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- LEBEL, J.-P. (1975) *Cinema e ideologia* 2ª ed. Lisboa: Estampa.
- LINDEKENS, R. (1975) “Aproche d’une théorie de la substance sémiotique de l’image” *Significação: revista brasileira de semiótica* n. 2. Ribeirão Preto. Centro de Estudos A.J.Greimas, p. 5-26.
- LOTMAN, Y, (1978) *Estética e semiótica do cinema*. Lisboa: Estampa.
- MACHADO, J.P. (1967) *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Confluência/ Horizonte.

- MARIN, L. (1971) “Eléments pour une sémiologie picturale” in: *Etudes sémiologiques – écritures, peintures*. Paris: Klincksieck.
- METZ, Ch.
 (1971) *Langage et cinéma*. Paris: Larousse
 (1972) *A significação no cinema*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP.
 (1973a) “Além da analogia, a imagem” in: *A análise das imagens*. Petrópolis: Vozes, p. 32-47.
 (1973b) “As semióticas ou semias” in: *Cinema, estudos de semiótica*. Petrópolis: Vozes, p. 32-47.
 (1977) *Essais sémiotiques*. Paris: Klincksieck.
 (1980) *O significante imaginário. Psicanálise e cinema*. Lisboa: Horizonte.
- MORIN, E. (1970) *O cinema ou o homem imaginário*. Lisboa: Moraes Editores.
- NEF, F. (et al.) (1976) *Structures élémentaires de la signification*. Bruxelles: Complexe.
- PAIS, C. T.
 (1978) “Structuration du signifié: de l’analyse conceptuelle à la lexemisation” *Acta semiótica et linguística v.2 n.1*. São Paulo: SBPL/HUCITEC, p. 327-37.
 (1979a) “Semiose, informação e transcodificação” *Língua e literatura, ano VIII, v. 8*. São Paulo: FFLCH-USP, p. 57-68.
 (1979b) “Les tensions et les parcours de production du processus sémiotique” *Acta semiótica et linguística vol. 3*. São Paulo: SBPL/Global, p. 103-23.
 (1982) “Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos” *Revista brasileira de lingüística v.6 n. 1*. São Paulo: SBPL/Duas Cidades, p. 45-60.
- PARRET, H. (1982) “Eléments pour une typologie raisonnée des passions” *Actes sémiotiques – Documents n. 37*. Paris: GRSL, p. 5-29.
- PEIRCE, C.S.
 (1977) *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
 (1978) *Ecrits sur le signe. (rassemblés, traduits et commentés par Gérard Deledalle)*. Paris : Seuil.
- PERALDI, F. (Org)(1980) “La sémiotique de C. S. Peirce” *Langages n. 58*. Paris, Larousse, 128pp.
- PETTITOT, J. (Org.) (1982) “Aspects de la conversion” *Actes Sémiotiques – Bulletin n. 24*. Paris: GRSL.
- POTTIER, B.
 (1974) *Linguistique générale*. Paris: Klincksieck.
 (1980) “Comment dénommer les sèmes?” *Le bulletin n. 13*. Paris: GRSL, p. 21-29.
- RASTIER, F. (1981) “Sur les structures élémentaires de la signification” *Le Bulletin n. 17*. Paris : GRSL, p. 24-27.
- SAUSSURE, F. (1969) *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- THÜRLEMANN, F. (1978) “Comment peut-on parler des couleurs? Pour une analyse de la substance de l’expression chromatique” *Le Bulletin n. 4-5*. Paris: GRSL, p. 17-20.